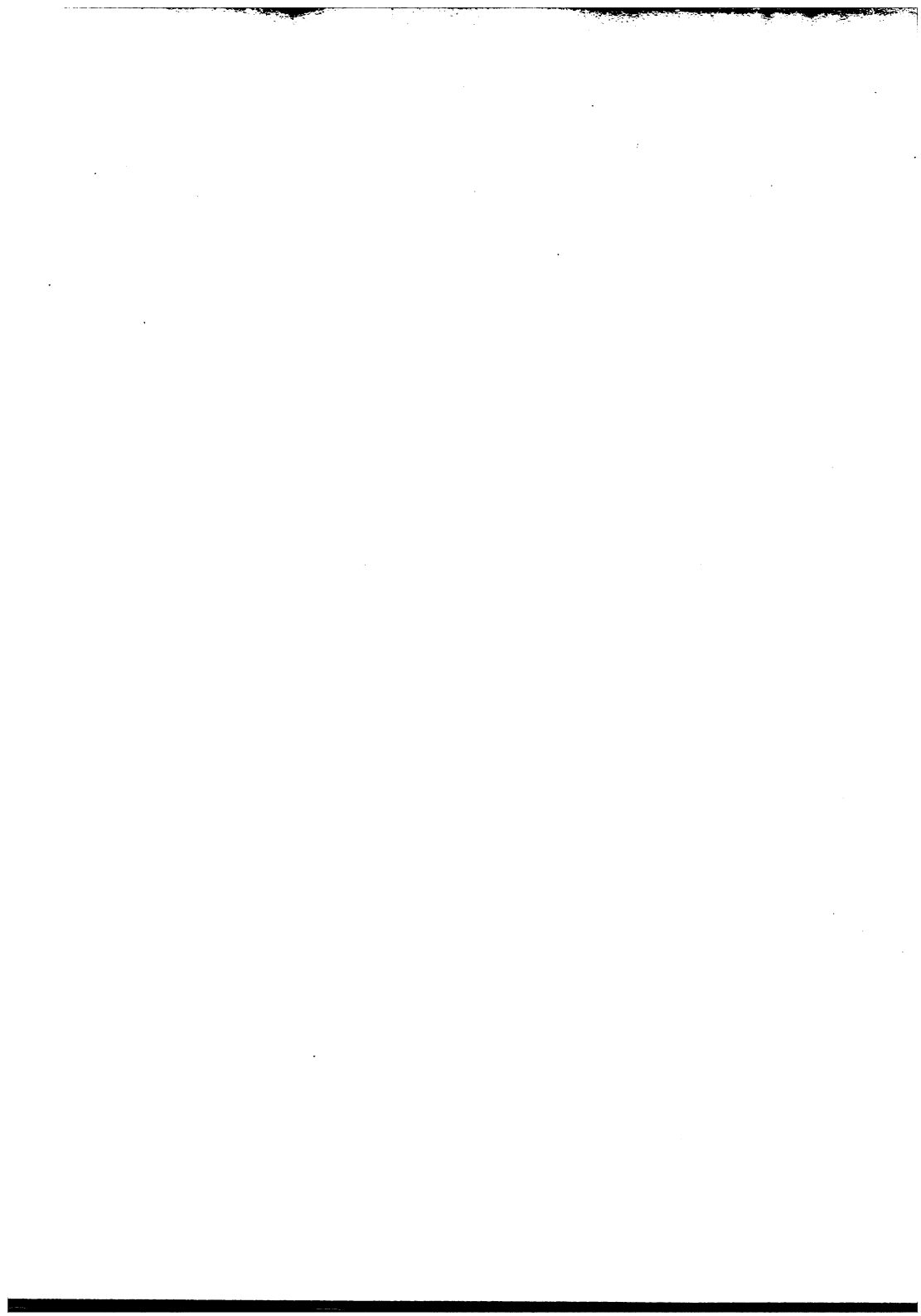
MAURÍLIO AUGUSTO DE ALMEIDA

PRESENÇA DE D. PEDRO II NA PARAÍBA

José Ozildo
Natal - RN
28-11-02

À memória de
Pedro Augusto de Almeida, meu pai,
e a
Eulina Rocha de Almeida, minha mãe.

A
João Lyra Filho e
José Paulino Filho
que, pela amizade e estímulo, me
fizeram concluir esta monografia.

Desta edição foram tirados, fora de comércio, vinte exemplares em papel *vergé*, numerados e assinados pelo autor.

Avenida Cabo Branco, 2860 — Tambaú
58000 — JOÃO PESSOA — PARAÍBA

SUMÁRIO

PREFÁCIO

A leitura desta excelente monografia alenta o espírito daqueles que apreciam o sabor da verdadeira História, ao mesmo tempo que nos entretém e ilustra; valoriza o conhecimento dos homens afeiçoados ao estudo. Escrevo este juízo lembrando-me da controvérsia, ainda na moda, a respeito do melhor rumo que os historiadores devem seguir e tendo em vista as páginas preciosas de David Riesman, constantes do livro «A multidão solitária»; o livro envolve a anatomia da sociedade moderna. Como os tempos mudaram...

Alguns entendem que as verdades da História somente adquirem lastro quando escritas muito tempo depois da passagem dos fatos por ela envolvidos; a distância do tempo abre-se ao mar dos conhecimentos, no qual os historiadores mergulham ou se dão às braçadas. A passarela dos adeptos dessa Escola vem de longe. Até o final do século passado — e fujo ao século presente por temer a omissão de nomes credenciados — ela foi freqüentada pela maioria dos grandes historiadores, desde Raleigh e Bacon a Gibson, Macaulay, Tocqueville, Guizot, Carlyle, Begehot, Brancroft, Parkamm e Henry Adams.

A nova Escola fundou-se à luz da História contada por testemunhas oculares. Arthur Schlesinger lembrou-nos, em estudo recente, que ela tende aos depoimentos escritos por observadores ou participantes diretos dos acontecimentos influentes. O rumo dessa Escola sofre o risco de atrair memórias de homens importantes e narrativas de testemunhas oculares infensos à técnica própria dos historiadores profissionais. A abstração de tais subsídios justifica-se — embora as memórias e os depoimentos possam constituir parte da matéria-prima inerente à História — por comprometê-los, às vezes, a vaidade, o despeito, o rancor, a suspeição ou outros sentimentos subalternos dos respectivos autores.

Pergunta-se: A participação em acontecimento histórico marcante não desqualificará o interveniente para o exercício da profissão de histo-

riador? A experiência direta em quadro de vida historiada é incompatível com o escopo de objetividade da História. Não falta historiador que avive tinta de valia secundária com o intuito de contar um fato histórico baseado em versão diferente daquela tradicionalmente conhecida. Hoje, o passado está bem mais perto do tempo em que as mudanças históricas abrangiam décadas. Arthur Schlesinger observou que, no século XII, o passado atraído pelo historiador remontava a séculos; no século XIX, alcançava uma ou duas gerações e, agora, se encontra no dia de ontem. Daí o olhar de soslaio que os analistas compenetrados lançam sobre os textos de memórias e depoimentos.

Os meios de comunicação estão atropelando ou apressando a História. Não aludo apenas à constância com que a televisão invade o silêncio íntimo de tantas casas — muitas vezes comprometida por interesses bastardos — mas à influência em comum de todos os novos e crescentes recursos tecnológicos. O manuscrito permanece como riqueza de alma da História — fazem prova disto as páginas do Diário pertencente a D. Pedro II, trazidas à colação pelo autor desta monografia — mas a sua importância já não exprime uma verdade singular. O manuscrito sofre a concorrência da máquina de escrever, que, por seu turno, cedeu ao telefone mérito absorvente. Mas a linguagem viva que se transmite pelo telefone morre, por ter tido vida; ela sepulta subsídios históricos de irresgatável preço. Hoje, quem participa da formação de uma página da História usa o telefone para dar fuga à verdade; o telefone desmancha muitas verdades.

Sem embargo, por ser filha do tempo, a verdade histórica será tanto mais fria quanto maior a distância temporal. Não há segurança na verdade histórica influenciada por pressão do instinto, da alma ou do espírito de quem a escreve com ódio ou repulsa, simpatia ou ressentimento, tendência ideológica ou marcação filosófica. A técnica da História perde-se quando conduzida por um historiador predisposto a sentir a tinta ainda morna de um cenário ou a contemplar de olhar embevecido fisionomias de personagens ainda saltitantes. A prova está nesta própria monografia. A figura do Imperador e dos membros de sua comitiva, que deram presença à Paraíba; a atmosfera social daquele tempo; os entremeios da vida cotidiana então vivida; os superávites e os déficites das realidades faladas, ouvidas, vestidas, tudo foi possível ao autor desta monografia contrastear, à luz do tempo presente, de instinto pacificado, alma lúcida e espírito isento, ante manuscritos, crônicas, documentos oficiais e ilustrações iconográficas.

Mas o aspecto saliente deste seu estudo, por extremar-se à raia do ineditismo, é de caráter ecológico; envolve as relações entre os homens e seu meio ambiente, ou entre os homens e a vida cotidiana de então.

Atribuo importância suma, na pintura de uma paisagem histórica, às minúcias atraídas por uma pinça a serviço da Ecologia. A fisionomia cultural do tempo importa muito à fixação e à análise dos traços que avivam o semblante da História. Maurílio de Almeida faz-nos sentir e compreender a presença de D. Pedro II e de tanta gente, em nossa reencontrada terra natal de 1859, como se todos estivéssemos juntos no referido ano, na mesma rua, na mesma casa, na mesma sala e no mesmo serão familiar. Só lhe faltou reparar o pano e a cor da ceroula do Imperador ou dizer se, embora ainda tão moço, o Imperador já usava dentadura postiça.

A História muito terá que pedir à Ecologia. Esta participa cada vez mais da vida geradora dos fatos e os fatos descansam sua alma nos balanços culturais da rede armada pela Ecologia. Tenho entendido à maneira de Kroeber que a Cultura, como realidade superindividual, não se esgota na provisão particularizada no espírito humano dotado de conhecimentos filosóficos, científicos, artísticos, humanísticos, literários, tecnológicos e outros de caráter utilitário ou ornamental. Ela não nos é imanente, transcende o orgânico e o inorgânico; é superorgânica, transmitindo-se fisiologicamente através das instituições. Cultura é a soma dos produtos, bens, valores, invenções, descobertas e demais fatores materiais ou imateriais, corpóreos ou incorpóreos, concretos ou abstratos, que atuam na atmosfera social e influenciam a vida dos povos. Ela está para o organismo da sociedade como o leite para o corpo humano. Ela é bebida, haurida, farejada, tateada, pulsada, apalpada, auscultada, olhada, falada, ouvida, sentida, compreendida e absorvida. Ela, como os povos, aparece, cresce, adolesce, amadurece, envelhece e perece.

Maurílio de Almeida jogou os dados da Cultura em voga no início da segunda metade do século passado para fixar o momento da Paraíba de então. O autor desta preciosa monografia conteve os rasgos da imaginação e enrolou-se nos fatos para não contagiar o espírito entre falsidades; fez história até mesmo no debulho do anedotário, que permite a coleta de índices marcantes da vida psicossocial. Não se movimentou entre cirandas para distrair-se; fugiu às versões, que valem somente à curiosidade solta. Este seu trabalho é frio e, por isto mesmo, autêntico; pode simbolizar um busto de bronze sobre uma coluna de mármore. Já constitui truísmo a advertência de Emílio Castelar, tão citado nos velhos tempos: «A originalidade é tão própria do artista quanto imprópria do historiador». O autor desta monografia fez render a messe de suas pesquisas, dando sabor de originalidade ao texto agora saído em letras de forma.

Suas pesquisas estiveram em vários recantos, até mesmo fora do país; só não foram às memórias de Casanova, que constituem acervo

cada vez mais vivo da História nutrida pela Europa do século XVIII. Giovanni Giacomo Casanova não se deu conta da soma dos serviços que viria prestar à História ao contar a vida mundana de tanta gente então reverenciada no galarim da fama. Um episódio por ele colhido é bastante, porém, para que se comprove a versatilidade de certos depoimentos. Casanova havia ido a De Roche para estar com Heller, então muito famoso — «Felicito-o», disse-lhe Voltaire, «por ser preciso ficar de joelhos diante daquele grande homem». — «Sou também dessa opinião», respondeu-lhe o memorialista, acrescentando: «Mas lamento que ele não tenha a mesma opinião a seu respeito». — «Sim» — concluiu Voltaire — «um de nós dois está equivocado».

Maurílio de Almeida não se interessou pelos equívocos dos depoimentos históricos; preferiu deter-se nos fatos com a ciência que os esclarece através das imagens, passagens e paisagens do tempo repassado. Daí haver-se fixado com exatidão e brilho nas realidades avessas às simulações, distorções e versões que dão pasto ao sensacionalismo. A leitura desta sua monografia trouxe-me a impressão de estar no meio do povo, ouvindo os aplausos recebidos pelo Imperador. Engano; encerro este prefácio e solto minhas mãos para aplaudir a oportuna contribuição trazida à nossa História pelo autor desta monografia.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1975

João Lyra Filho

NOTA PRÉVIA

Esta monografia esgotou-se rapidamente por haver sido generoso o acolhimento dos leitores. Agora, em segunda edição, aparece «revista e aumentada», como se costuma dizer. Alguns reparos foram considerados pelo autor, que, além de acrescentar-lhe um capítulo sobre *O Brasil daquele tempo* — o da viagem de D. Pedro II à Paraíba — reformulou a apresentação e a distribuição do texto. Pareceu-me cabível resenhar no intróito a vida brasileira de então, em seus aspectos econômico, financeiro, social e político. Meu propósito é reavivar a lembrança dos leitores, permitindo-lhes fixar uma relação de conjunto entre os referidos aspectos. Muito estímulo me trouxe ao preparo desta nova edição o fato de haver sido lembrado por Pedro Calmon o episódio daquela viagem. Em sua preciosa *História de D. Pedro II*, publicada posteriormente, o mestre como que nos oferece uma síntese, a respeito, conduzindo o leitor interessado à análise documentada neste meu despretensioso livro. Atraído à *cidade faceira*, como qualifica a capital da Paraíba, Pedro Calmon escreveu:

> «Chegaram à Paraíba na véspera do Natal. O Presidente Ambrósio Leitão da Cunha, «Câmara, clero, autoridades e povo», foram buscá-lo ao Varadouro. O Imperador cumpriu o ritual do recebimento das chaves, do ósculo ao crucificado e do *te-déum* na Matriz, entre o palácio, que fora colégio, e o seminário do Padre Malagrida, em cujo pórtico de pedra de Lisboa o verso, do canto primeiro da *Eneida*, convida gravemente ao estudo. «As casas da cidade se achavam caiadas e pintadas de novo, assim como todos os edifícios públicos, as ruas engalanadas», o palácio ornado para a ocasião. Rezou a missa do galo o Cônego Antônio José de Melo. Ao amanhecer 25 de dezembro, foi a cavalo vistoriar a Fortaleza do Cabedelo («seis soldados e um cabo da Guarda Nacional», «a casa destelhada e meio arruinada», «40 peças das quais 21 mal montadas, algumas holandezas, cujos dísticos copiou interessadamente»); e, de galeota, andou pelo Lazareto da Restinga. Dedicou a tarde aos conventos e às igrejas, São Francisco, Carmo, São Bento, a Misericórdia contemporânea dos primeiros tempos de Nossa Senhora das Neves da Paraíba do Norte; tomando apontamentos, remexendo papéis, decifrando inscrições; e depois do

jantar inspecionou os quartéis («novas espingardas más», «armamento muito pouco limpo e velho», «queixas como em todos») e a cadeia, «ótima, a não ser a má construção», a falta d'água... A polícia ainda manobrava com fuzis de chispa! Saiu (a 26) para o campo, começando pelo engenho de Santo Amaro («onde o Pedro Chaves levou o tiro)», o Tibiri, Santa Rita e outros de José Teixeira de Vasconcelos, em breve Barão de Maraú, senhor de engenho inculto e generoso. Dele contam-se (envenenados pela maldade política) episódios divertidos. Foi o guia por seus domínios, passando pelo engenho de Maraú, que era dos beneditinos, e onde, por exigência destes (Frei Exaltação, o superior), o Imperador almoçou. Às 11 horas entrou na vila do Pilar, «bem situada numa várzea, descobrindo-se no horizonte a serra da Borborema». «Água, o povo bebe do rio». À entrada, a Câmara entregou-lhe as chaves. Fato cômico; «cadeia toda esburacada, com dois guardas quase em fraldas de camisa, que se puseram a correr atrás do único preso que saiu da prisão para me ver». Nota melancólica: «vigário bom e *liberal*, sendo o coronel comandante do corpo, *conservador*. Ainda duram estas denominações». A conciliação não convencia... «Do Imperador», chamou-se desde então a rua do sobrado, em que pernoitou. Continuo a examinar a província (Engenhos, aulas, milícia), e a 28, de volta pela Gargaú, do Coronel Joaquim Gomes da Silveira («parece lavrador inteligente») reentrou na capital. À noite, estrelejou o fogo de artifício. Nem deixou de visitar o liceu (de cem alunos); o Colégio das Neves, de meninos), os do Padre Joaquim Vitor Pereira, e do Prof. Almeida Nobre. «O pequeno interrogado é sobrinho do *Repúblico*, filho de um professor particular de primeiras letras, tem cabeça grande e redonda, e carregado». Sugeriam a reforma... Só não fala do baile, em que dançou «a quadrilha imperial, até então desconhecida na terra, e que foi ensaiada previamente, na residência de ordens do presidente da província, por um grupo de famílias». Às 9 horas de 30 de dezembro, largou o *Apa* para as Alagoas».

As páginas deste livro conduzirão o leitor ao conhecimento das minúcias compreendidas a partir dos preparativos da viagem do Imperador. Vali-me dos documentários e das ilustrações, indo às publicações da época, às crônicas e aos comentários provocados pelo festivo acontecimento. Não há mérito especial neste livro, é certo, mas sua leitura tem sabor de narrativa amena e proveitosa; recorda momentos jubilosos da vida paraibana.

Praia de Tambaú-PB, cinco de janeiro de 1982

M. A. A.

PÁGINA DE APREÇO

O autor honra-se em abrir esta monografia com as palavras sobre ela proferidas pelo grande brasileiro JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA no ato de lançamento da primeira edição, realizado em 12 de fevereiro de 1976:

> «O analista Maurílio de Almeida tem uma opção paralela em sua carreira: é também o bibliófilo. Colecionou um tesouro de cultura, sua *Paraibana*, que se tornou notável pelo volume e ainda mais pelo valor. Compôs em sua biblioteca um ambiente encantador. As estantes metálicas não são só decorativas; não se limitam a ornar as paredes de uma casa elegante. O conjunto espiritualiza-se e cada livro como que salta para as mãos de quem o contempla. Cria-se à beira-mar um clima que se oferece para a projeção exterior. Esse gabinete guarda, em parte, uma matéria que se presta a nova interpretação: a história regional. Maurílio de Almeida extraiu desse acervo um episódio ainda obscuro, em seus detalhes, para sua estréia literária: A PRESENÇA DE D. PEDRO II, NA PARAÍBA, em 1859. É um tema excitante. Essa figura que marcou quase um século do cenário político do Brasil está sendo submetida a uma revisão histórica, desde o ano passado, data do sesquicentenário do seu nascimento. Sua vida e seu reinado estão sendo esmiuçados. Numa obra de cinco volumes, baseada em maciça documentação que a todos surpreende, Pedro Calmon esculpiu uma efígie que adquiriu outra dimensão. Não oculta os pontos fracos, mas proclama a grandeza humana. O subsídio deixado por Irineu Pinto não passa de uma página de jornal. Vamos medir essa imagem por sua aparição, entre nós, contando apenas trinta e cinco anos de idade. Lí, há pouco, no «BOLETIM DO INSTITUTO HISTÓRICO PARANAENSE», a crônica de sua viagem àquele Estado, em 1888, um ano antes da queda da monarquia. Apesar da diferença de idade, pouco

mudou a apresentação de um homem que a Paraíba conhecera vinte e nove anos atrás. O protocolo foi o mesmo, com o pálio, o *te-déum*, as girândolas e o beija-mão. O futuro Marquês de Tamandaré esteve presente na comitiva imperial aqui e lá. Chegou o Imperador véspera de Natal. Ao passar a esquadrilha em frente à fortaleza de Santa Catarina, foi saudada por tiros de canhão. Ainda estava operando. Outra curiosidade: o desembarque verificou-se no cais do Varadouro, onde o navio APA ancorou. O rio era navegável. Como a natureza é mutável! Quando ocupou a Presidência da República, Epitácio Pessoa tentou construir aí o Porto da Capital, perdendo-se mais de vinte mil contos, moeda daquele tempo, devido à inviabilidade do projeto. Dom Pedro II trazia uniforme de general, com a sua imponência física, ao lado da Imperatriz Teresa Cristina, napolitana morena e pequenina, com seu ar de bondade. A passagem para a Matriz, onde se celebrou o *te-déum*, foi feita sob arcos. Os doces e frutas para a sobremesa do jantar, às noves horas da noite, vieram do Pará. E era pleno dezembro, a estação dos nossos abacaxis, cajús, mangas e sapotis. O presidente da Província Ambrósio Leitão da Cunha era paraense. No dia seguinte, às seis horas da manhã, o Imperador, montado a cavalo, foi ao porto, donde embarcou para Cabedelo. Demonstrava assim seu interesse em conhecer todos os problemas locais e ser um madrugador. Trazia consigo um diário onde anotava suas impressões, não parecendo distante da administração e sem objetividade, como insinuaram alguns dos seus críticos. Areia, a cidade vaidosa, empenhou-se em ser visitada por Sua Majestade, mandando uma comissão reiterar o convite já feito pelo juiz municipal Dr. Fausto Benjamin da Cruz Gouveia. A excursão ao interior já estava organizada. Em seguida, sempre a cavalo, o Imperador esteve nas igrejas do Rosário, das Mercês e da Misericórdia e nos conventos de São Francisco e de São Bento. Inspecionou também a ponte de Sanhauá, tendo tomado providências para que fosse reparada. No mesmo dia esteve no Quartel do Batalhão da 1.ª linha, no quartel de polícia e na cadeia, tendo saído às cinco da tarde e voltado às nove da noite. Observava tudo e era incansável. Recebeu entre outros cumprimentos os dos membros da Assembléia Provincial, de que faziam parte sete padres. No outro dia viajou para o interior, às quatro horas da manhã, com destino a Pilar e a Mamanguape. Todas as partidas, daí por diante, seriam à mesma hora. Não conhecia a fadiga. Essa resistência só lhe faltaria no declínio precoce que, conforme um recente diagnóstico, se originava da reincidência de um estado mórbido da infância. Apesar do aviso prévio e de ter sido enviado um conto de réis para a recepção,

nada fora feito. A chegada da caravana, às onze horas da manhã, depois de um percurso desabalado, a galope, por péssimos caminhos, entre nuvens de poeira, causou surpresa. Estava tudo despreparado. Não há notícia de nenhuma explosão do Imperador, como estigma do seu sangue, no brigão Pedro I. Em «Menino de Engenho» José Lins do Rego dá, como uma tradição de sua terra, que ele irritado sacudiu o chapéu no chão e deitou-se na rede do pedreiro que estava limpando a casa da Câmara para a festa. Nenhum documento confirma essa versão. Não teve parte, sequer, na prisão do vereador Tio Henrique, o único representante da Câmara responsável pela hospedagem presente na vila. De madrugada, abalou o Imperador para Mamanguape. Estava programado que almoçaria no engenho São Bento, dos frades beneditinos. Lá chegando, repetiu-se o que se dera em Pilar: nada pronto. No seu diário, o Imperador apenas registrou o fato, sem nenhum comentário. Mamanguape no seu fastígio fez-lhe uma grande festa. Na volta, acompanhado por duzentas pessoas, a correria foi a mesma. Fizeram quatorze léguas em sete horas. Morreram dois cavalos e vários ficaram estropiados. Por onde passou, D. Pedro II viu tudo e em nenhuma parte deixou de ser o mestre-escola. Assistia às aulas e argüia os alunos. Para saber o que foi essa viagem em todos os seus pormenores leiam este livro — PRESENÇA DE D. PEDRO II NA PARAÍBA — de Maurílio de Almeida. Custou-lhe a pesquisa muito esforço e perseverança. A matéria está bem ordenada. A narrativa obedece a um bom método: é direta e precisa. A leitura torna-se saborosa, aqui e ali, por seu pitoresco, próprio dos costumes da época. A história da Paraíba adquiriu com essa monografia uma excelente contribuição. Façamos votos para que o seu autor possa haurir dos preciosos elementos que acumulou a substância necessária à elucidação de muitos tópicos ainda ignorados do nosso passado».

PRESENÇA DE D. PEDRO II NA PARAÍBA

I. O BRASIL DAQUELE TEMPO

A viagem de D. Pedro II à Paraíba ocorreu em dezembro de 1859. Pouco menos de três décadas depois, em novembro de 1889, seria proclamada a República. Então, quando se realizou a referida viagem, a presidência do Conselho de Ministros era exercida por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, que se formara em direito e fora magistrado. O estadista baiano, além de presidente do Conselho e ministro da Fazenda, foi deputado, senador, ministro da Guerra, presidente da província do Rio Grande do Sul e conselheiro de Estado.

Tavares de Lyra fez-lhe o elogio merecido em conferência sobre *A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros*, proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 20 de julho de 1923, citando o juízo registrado por Joaquim Nabuco no famoso livro *Um Estadista do Império*: «Talvez de todos os homens de Estado da monarquia tenha sido o único apto para ocupar qualquer das pastas com a mesma proficiência e mesmo, se as circunstâncias o obrigassem a tanto, todas a um tempo. A sua atividade era igual à sua capacidade».

Ferraz ocupou a presidência do Conselho juntamente com a pasta da Fazenda, que acumulou com a do Império antes de nomeado o deputado João de Almeida Pereira Filho em 3 de setembro de 1859. O Gabinete por ele presidido estendeu-se de 10 de agosto do ano mencionado a 2 de março de 1861, quando foi sucedido pelo de Luiz Alves de Lima, Duque de Caxias. Os demais ministros que compuseram o Conselho foram o deputado João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá (Justiça), o senador João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Visconde de Sinimbu (Estrangeiros), o deputado Francisco Xavier Paes Barreto (Marinha) e o deputado Sebastião do Rego Barros (Guerra).

A ordem econômica e financeira do país era àquele tempo bastante confusa. Ao justificar a organização do Gabinete e apresentar seu programa de governo, Ferraz afirmou em seu discurso que a situação

D. Pedro II, óleo de autoria de José Correia de Lima.

comanditárias o direito de emitir notas promissórias, quando ainda dependia do Senado o projeto que a Câmara dos Deputados votara».

A política financeira adotada pelo Gabinete presidido pelo Marquês de Olinda levou o Visconde de Itaboraí a exonerar-se do cargo de presidente do Banco do Brasil e a coordenar movimento de reação contrária ao Ministro da Fazenda. Segundo a versão do autorizado estadista, Souza Franco estaria estimulando a aparição de um *carnaval financeiro.* O cenário político alterava-se de modo sensível. Na Câmara e no Senado, já no ano de 1858, as principais comissões passaram a compor-se de adversários do ministro. No Senado, o Visconde de Itaboraí e Manuel Felizardo destacavam-se no comando oposicionista; na Câmara, Jerônimo Teixeira Júnior, o Visconde de Cruzeiro, seguiu-lhes as pegadas.

O Visconde de Cruzeiro não esperou o início dos debates acerca da *Fala do Trono* daquele ano de 1858; antecipou-se com um pedido de informação a respeito das condições estabelecidas por Souza Franco para a incorporação de bancos de circulação e requereu a remessa à Câmara de cópias dos pareceres oferecidos pelo Conselho de Estado sobre o momentoso assunto. O Ministro da Fazenda opôs-se à aprovação do requerimento com o apoio ostensivo de Irineu Evangelista de Souza, Tito Franco de Almeida e vários outros deputados. Mas o requerimento foi aprovado com a solidariedade ardorosa de Sales Torres Homem, Sérgio Teixeira de Macedo e Paulino de Souza Júnior.

Vitória idêntica obteve no Senado o Visconde de Itaboraí ao introduzir no voto de graças ao discurso da Coroa censuras à doutrina financeira do Gabinete. O clima parlamentar tornou-se irrespirável. Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, extremou-se em defesa das teorias favoráveis ao crédito ilimitado, condenando a existência de um único banco emissor, e Paulino de Souza Júnior trazia à baila em suas arengas tribunícias os desacertos financeiros e políticos do Governo. O projeto referente ao voto de graças veio a ser aprovado, mas com emendas que temperassem sua ênfase. Sem embargo, a aprovação foi obtida por uma maioria inexpressiva. Ao atingir-se o fim do ano tornou-se insustentável a situação geral do país.

A especulação dominava a praça do comércio. A jogatina alastrava-se juntamente com as fraudes, a agiotagem, o jogo e a prática dos demais recursos de sustento do carnaval financeiro que arrastava os costumes à corrupção. Pereira da Silva sintetizou a negritude do quadro no livro já citado (pág. 268): «Não se negociava mais a dinheiro; abusava-se do crédito. Resultado infalível da superabundância de papel introduzido na circulação, quanto maior é a soma emitida mais necessidades

aparecem. Ostentavam-se a princípio lucros prodigiosos. Entretanto, os bancos haviam esgotado suas emissões, por falta de capital. Perdia-se a confiança; começaram a desvalorizar-se todos os títulos de sociedades improvisadas para a especulação e administradas na maior parte por pessoas sem habilitação e sem moralidade».

O ano de 1857 fechou-se numa expectativa de euforia malograda. A harmonia entre os membros do Gabinete sentia-se vulnerada e alguns ministros amargavam apreensões e desgostos íntimos em face do rumo dos acontecimentos, degenerados na desagregação moral, política, social e econômica do país. O descalabro viera com a inflação, que aumentou substancialmente em conseqüência da pluralidade das emissões bancárias. A circulação passara em dez anos de 50.281 contos (1847-1848) a 85.821 (1857-1858), somando-se aos efeitos imprevisíveis do mal o impacto da crise norte-americana. Dela viemos a ter notícia através de viajantes trazidos ao país na barca *Conrab*, que chegou ao Rio de Janeiro em 13 de novembro daquele ano de 1857. Espalhou-se depressa na praça que «a crise financeira nos Estados Unidos havia alcançado as proporções mais assustadoras e que os bancos de todos os Estados tinham suspendido os pagamentos».

As influências econômicas da catástrofe econômica e financeira, que também se alastrou na Inglaterra e noutras partes do mundo, afetando ainda mais a ordem geral do país, foram recordadas com minúcias por Vítor Viana no livro *O Banco do Brasil*, assim como por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, no livro *Bancos de Emissão no Brasil*, sem contarmos os demais autores numerosos que, por qualquer forma, se detiveram na história daquele tempo. O certo é que o Imperador olhava com os olhos atravessados os efeitos danosos da política financeira de Souza Franco, aguçando no ânimo o desejo de pôr cobro às suas incursões. Não obstante, estava de malas prontas para realizar sua anunciada viagem ao Sul do País.

Sua Majestade anotou à margem do livro de Tito Franco de Almeida, sobre *O Conselheiro Francisco José Furtado*: «O tempo foi mostrando os males da doutrina do Souza Franco», R. Magalhães Júnior, no livro *Três Panfletários do Segundo Reinado*, relembrou: «O próprio Imperador estava alarmado com a administração de Bernardo de Souza Franco e mais alarmado ficou quando as falências começaram a se suceder, tanto na Côrte, como nas capitais das províncias». O Visconde de Taunay, em suas *Reminiscências*, escreveu: «Esse período do ministério Souza Franco foi o *encilhamento da época*». Crescia, então, a pertinácia por Torres Homem empenhada nas escaramuças parlamentares. Como escreveu Luiz da Câmara Cascudo, no livro *O Marquês de Olinda e seu tempo*, «sozinho, ele valia uma oposição».

financeira não seria lisonjeira enquanto subsistissem certas causas conhecidas, acrescentando que a mais restrita economia se impunha como lei de necessidade. O presidente do Conselho foi textual: «Em nosso sistema econômico têm ultimamente surgido questões de muita gravidade e grande importância que requerem um exame refletido e maduro». É do seu tempo a célebre Lei n. 1.083, por alguns considerada *lei dos entraves* e por outros *lei de prudência*, com a qual desejou disciplinar as finanças do país, inclusive as atividades dos bancos de emissão e o meio-circulante.

O país atravessava momentos tornados penosos por efeitos conjunturais causados pela política do Gabinete de 1857, pela segunda vez sob a presidência do Marquês de Olinda, que teve como Ministro da Fazenda o deputado Bernardo de Souza Franco, Visconde de Souza Franco. O Gabinete seguinte ao do Marquês de Olinda, presidido pelo Visconde de Abaeté (1858), teve como Ministro da Fazenda o deputado Francisco de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomerim. Torres Homem destacou-se com a adoção de medidas coercitivas, em seguimento das quais Ferraz também se dispôs a reagir contra as idéias financeiras que Souza Franco pôs em prática estimulado pela solidariedade de vários adeptos, inclusive Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá. Àquele tempo exacerbou-se uma luta não muito diversa dessa outra ainda hoje subsistente entre os desenvolvimentistas fanáticos e os monetaristas emperrados.

O Gabinete de 1857 começara a perder terreno com a votação de uma emenda apresentada por alguns deputados à resposta devida à Fala do Trono, no sentido de que a *política de conciliação* do Gabinete de 7 de setembro de 1853, presidido pelo Marquês do Paraná, fosse sustentada pelo novo Conselho de Ministros. A emenda veio a ser rejeitada pela Câmara, mas apenas por oito votos. Uma outra proposta da autoria de Nabuco de Araujo, discutida na sessão seguinte e tendente a fixar normas e condições relativas às sociedades em comandita, ainda mais acirrou os ânimos. Souza Franco participou dos debates e declarou discordar da existência de um único banco de circulação; preconizou a decretação de favores idênticos a outros estabelecimentos de crédito e sociedades comanditárias, a fim de auxiliar-se o comércio. As emissões poderiam ser realizadas em papéis postos na circulação pelo Governo, e não em moedas metálicas.

A opinião do Ministro da Fazenda, então também deputado, foi contrariada por Francisco de Sales Torres Homem. Aquele que viria a ocupar a referida pasta no Gabinete seguinte possuía idéias opostas: do aumento de notas fiduciárias, sobretudo notas diversas postas em circulação, resultariam o abuso do crédito, a desvalorização do papel-

moeda e a queda do câmbio, vale dizer, a perturbação do comércio legítimo e as especulações inconfessáveis. A despeito de tais razões, Souza Franco logrou êxito, embora efêmero. A oposição ao Gabinete adquiriu asas. Conquanto o pronunciamento da Câmara não fosse conclusivo, por ainda depender da manifestação do Senado, a opinião do Ministro da Fazenda assanhou a cobiça dos aventureiros. Os bancos particulares existentes, que se limitavam às operações de depósitos e descontos, ganhariam fôlego nas trevas.

A matéria foi levada à Seção de Fazenda do Conselho de Estado e ali a fulminou um luminoso parecer de Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí. Rodrigues Torres, conselheiro financeiro do Imperador, considerou inaceitáveis as idéias ministeriais. Em síntese, ofereceu em abono do seu juízo as conclusões seguintes: primeira, o Banco do Brasil alcançara o direito exclusivo de emitir, resgatar e retirar papel-moeda da circulação em épocas determinadas à custa de pesados ônus, inclusive a obrigação de não cobrar juros, até certo limite, sobre o dinheiro por ele recolhido e amortizado; segunda, obrigou-se a pagar suas notas em ouro e, para este efeito, deveria conservar em cofre metal pelo menos equivalente à metade do valor da emissão. Não obrigar pagamento em ouro de notas emitidas por bancos ou comanditas bancárias particulares, dizia Itaboraí, equivale a revogar o privilégio do Banco do Brasil, colocado em plano secundário, e inundar o mercado com tanta variedade de notas que, fatalmente, perturbariam as transações mercantis, depreciariam seus valores, arruinariam o padrão monetário legal e afugentariam o ouro. De tudo resultariam a queda do câmbio e crises vitais com a subida de preços dos gêneros e das mercadorias.

Mas Souza Franco obstinou-se, concedendo a faculdade de emitir a vários bancos existentes e a outros depois instituídos por simples decretos do Governo. Daí haver recordado Pereira da Silva, que também exerceu influentes funções públicas durante o Segundo Reinado, no livro *Memórias do meu tempo*: «Não tardou a agiotagem a propagar-se. Ansiavam os bancos auferir lucros e, quanto mais emissão sua circulava, mais vantajosos proventos lhes provinham. O crédito individual exagerou-se. Dinheiro facilmente emprestado suscitava a jogatina. Instituíram-se igualmente muitas sociedades mercantis e de indústria, sem estudos suficientes e sem critério bastante, dispostas a ágios fictícios que lograssem título. Tudo eram alegrias, ilusões porém tudo. Aparências de ventura enganavam; em vez da verdadeira prosperidade do país, preparava-se medonha crise futura. Não contente em agitar o mercado monetário e animar a paixão do lucro, publicou Souza Franco um aviso em que declarava estar disposto a conceder também a sociedade

O ministério deixou de merecer a confiança de D. Pedro II e disto capacitou-se o Marquês de Olinda, que solicitou a exoneração do Gabinete. O Imperador pretendeu substituir o presidente do Conselho por Eusébio de Queiroz, que declinou do convite alegando motivos de saúde. No livro de Tito Franco, já citado, ele escreveu esta nota: «O Eusébio deveria dizer os motivos *verdadeiros*, e não alegar cansaço». A vez seria de Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, que confiou a direção do Ministério da Fazenda a Francisco de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomerim. O ministério de 12 de dezembro de 1858, presidido pelo mencionado Visconde de Abaeté, durou até 10 de agosto de 1859, tendo sido substituído pelo Gabinete organizado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Torres Homem teve por companheiros o deputado Sérgio Teixeira de Macedo (Império), o Senador José Tomás Nabuco de Araújo (Justiça), substituído em 21 de março de 1859 pelo senador e Marquês de Muritiba, o deputado José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (Estrangeiros), o senador Manoel Felizardo de Souza Melo (Guerra), que substituiu o Visconde do Rio Branco a partir de 12 de fevereiro de 1859, e o próprio Visconde de Abaeté (Marinha), senador e conselheiro de Estado.

Itaboraí haveria de estar oculto na cena, inspirando àqueles que punham o pensamento no alto. Nelson Werneck Sodré tem razão ao considerá-lo no livro *Panorama do Segundo Império* «uma das organizações de político mais argutas que o império conheceu». Aquele foi um dos grandes momentos de Torres Homem, posto quase na mesma altitude de um outro que seria vivido pelo seu verbo faiscante ao discutir-se no Senado o projeto transformado na *Lei do Ventre Livre*. O ano de 1858 tornou-se, porém, o de sua maior resistência, conforme observou o Visconde de Taunay no livro já citado, «ao ter que lutar na Câmara dos Deputados, corpo a corpo, braço a braço, para assim dizer, com Bernardo de Souza Franco».

O autor de *Reminiscências* foi categórico: «Vacilava a Câmara, influenciada pelo prestígio e pela palavra do arrebatado inovador, e ia sendo por ele arrastada quando Sales Torres Homem, apelando para grandes energias, de que não o supunham capazes os seus melhores amigos, lhe fez frente, lhe bateu o pé, arrancando-lhe por fim a palma do triunfo e obrigando o ministério todo a demitir-se. Vale bem a pena compulsar-se o volume dos anais da Câmara relativo a esse tempo. Enchem-no as irradiações da superioridade de Sales Torres Homem, como orador parlamentar e economista. A cada momento, o Ministro da Fazenda o declarava vencido, aniquilado, e já voltava ele à carga e prosseguia na tarefa de ardente oposicionista, a bem dos interesses da pátria que periclitavam, abalando as convicções dos deputados mais

Gabinete agitando a opinião pública e fazendo penetrar

Ministros, organizado conforme as indicações registradas no início deste capítulo. A habilidade política levou o novo chefe do Gabinete a escolher seus companheiros entre aqueles que haviam apoiado o ministério presidido pelo Marquês de Olinda, salvo quanto à pasta de Ministro do Império, preenchida pelo deputado João de Almeida Pereira Filho. A pasta fora ocupada até a data referida, interinamente, pelo próprio presidente do novo Conselho. Deste modo foi que Silva Ferraz supôs possível serenar os ânimos desavindos e garantir o clima de austeridade indispensável à restauração de uma política financeira fecunda. Daí haver anunciado em seu discurso programático:

> «Nosso pensamento a respeito dos negócios externos é todo de benevolência e paz, mas de paz sem quebra da dignidade, dos interesses e dos direitos do Império. No interior, mediante o concurso de todos os homens de mérito, que aceitamos e muito anelamos obter quaisquer que sejam suas opiniões, sem preterição dos princípios de Justiça e moderação que devem selar os atos de qualquer governo regular, tomamos a peito manter as instituições juradas, observar e fazer observar com lealdade a legislação do país, promovendo ao mesmo passo seu melhoramento e perfeição como a experiência aconselhar. São estes os princípios que nos guiarão e esperamos, portanto, à vista deles, merecer o apoio e a confiança dos representantes da nação, sem o que não é possível que vivamos parlamentarmente».

Sales Torres Homem não emudeceu. Pareceu-lhe oportuno explicar as causas da dissolução do ministério precedente, expostas com firmeza e serenidade:

> «A retirada do Gabinete de 11 de dezembro proviera dos meios anormais e imprevistos com que a oposição tornou impossível a posição de ministro que se presa de pundonor. Recorreu-se a excessos lamentáveis, de que não tinha havido exemplo na tribuna legislativa, ainda nos períodos mais tempestuosos de nossa história política. Esses meios de ataque, conquanto não pudessem ferir as pessoas dos ministros, tendiam, contudo, a enfraquecer o princípio de autoridade, desvirtuavam as instituições representativas, rebaixavam o poder e destruíam uma das principais condições de sua força. Este espetáculo dado ao país e a esterilidade provável da sessão legislativa reclamavam providências que o ilustrado presidente do Conselho

O ministério deixou de merecer a confiança de D. Pedro II e disto capacitou-se o Marquês de Olinda, que solicitou a exoneração do Gabinete. O Imperador pretendeu substituir o presidente do Conselho por Eusébio de Queiroz, que declinou do convite alegando motivos de saúde. No livro de Tito Franco, já citado, ele escreveu esta nota: «O Eusébio deveria dizer os motivos *verdadeiros*, e não alegar cansaço». A vez seria de Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, que confiou a direção do Ministério da Fazenda a Francisco de Sales Torres Homem, Visconde de Inhomerim. O ministério de 12 de dezembro de 1858, presidido pelo mencionado Visconde de Abaeté, durou até 10 de agosto de 1859, tendo sido substituído pelo Gabinete organizado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Torres Homem teve por companheiros o deputado Sérgio Teixeira de Macedo (Império), o Senador José Tomás Nabuco de Araújo (Justiça), substituído em 21 de março de 1859 pelo senador e Marquês de Muritiba, o deputado José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (Estrangeiros), o senador Manoel Felizardo de Souza Melo (Guerra), que substituiu o Visconde do Rio Branco a partir de 12 de fevereiro de 1859, e o próprio Visconde de Abaeté (Marinha), senador e conselheiro de Estado.

Itaboraí haveria de estar oculto na cena, inspirando àqueles que punham o pensamento no alto. Nelson Werneck Sodré tem razão ao considerá-lo no livro *Panorama do Segundo Império* «uma das organizações de político mais argutas que o império conheceu». Aquele foi um dos grandes momentos de Torres Homem, posto quase na mesma altitude de um outro que seria vivido pelo seu verbo faiscante ao discutir-se no Senado o projeto transformado na *Lei do Ventre Livre.* O ano de 1858 tornou-se, porém, o de sua maior resistência, conforme observou o Visconde de Taunay no livro já citado, «ao ter que lutar na Câmara dos Deputados, corpo a corpo, braço a braço, para assim dizer, com Bernardo de Souza Franco».

O autor de *Reminiscências* foi categórico: «Vacilava a Câmara, influenciada pelo prestígio e pela palavra do arrebatado inovador, e ia sendo por ele arrastada quando Sales Torres Homem, apelando para grandes energias, de que não o supunham capazes os seus melhores amigos, lhe fez frente, lhe bateu o pé, arrancando-lhe por fim a palma do triunfo e obrigando o ministério todo a demitir-se. Vale bem a pena compulsar-se o volume dos anais da Câmara relativo a esse tempo. Enchem-no as irradiações da superioridade de Sales Torres Homem, como orador parlamentar e economista. A cada momento, o Ministro da Fazenda o declarava vencido, aniquilado, e lá voltava ele à carga e prosseguia na tarefa de ardente oposicionista, a bem dos interesses da pátria que periclitavam, abalando as convicções dos deputados mais

chegados ao Gabinete, agitando a opinião pública e fazendo penetrar benéfico sobressalto em todos os espíritos».

Torres Homem, feito ministro da Fazenda, meteu mãos à obra de restauração e começou a destruir o mito cultuado pelo seu antecessor. A nenhuma das instituições bancárias reconhecidas pelo Governo permitiu o direito de emissão de notas promissórias. Tais instituições tiveram suas atividades limitadas às operações de depósitos e descontos. Com a concordância de Itaboraí, redigiu projeto de fixação das condições indispensáveis ao funcionamento dos bancos de circulação, firmando no texto a doutrina da exclusiva competência do poder legislativo para decretá-las. Mas a Câmara não correspondeu às expectativas do país. As idéias políticas altaneiras e os interesses nacionais de caráter vital eram sufocados pelas ambições bastardas dos aproveitadores. Sem embargo, por discordar de algumas medidas assentadas, Nabuco de Araújo resolveu desligar-se do Conselho e deixar a pasta da Justiça, na qual foi substituído logo no dia 21 de março de 1859 por Vieira Tosta, Marquês de Muritiba.

Após a instalação da Assembléia Geral dos representantes da nação, que ocorreu em 10 de maio seguinte, suscitou-se o pronunciamento legislativo sobre a Fala do Trono. Ela encarecia solução para o intumescimento do meio-circulante e recomendava a reforma do sistema eleitoral, com base em projetos do Executivo. Conquanto o ministério tivesse obtido acolhimento satisfatório, o deputado Martinho Campos desejou saber a causa da dissolução do anterior Gabinete e a da retirada de Nabuco de Araújo do ministério. Paranhos esclareceu que o Ministro da Justiça se demitira por questões secundárias. O interpelante era contrário à sua substituição por Vieira Tosta. A resposta à *Fala do Trono* não ensejou movimento ponderável de oposição, todavia, tendo tido aprovação imediata, embora alguns poucos deputados, sem discuti-la, votassem pela sua rejeição.

O momento seguinte tornou-se propício a Sales Torres Homem e Sérgio Teixeira de Macedo, Ministros da Fazenda e do Império, para a apresentação dos projetos relativos ao meio-circulante e à reforma do sistema eleitoral. O projeto de caráter bancário, submetido a debate em 22 de junho, despertou a apaixonada reação daqueles que se compraziam com as liberalidades consentidas pelo anterior Gabinete. Pereira da Silva referiu-se ao acoroçoamento dos interessados no livro já referido: «Amontoaram-se na Câmara representações de comerciantes, impugnando-a. Organizaram-se no Rio de Janeiro clubes para se influenciarem os votos dos deputados. Temiam os especuladores o termo da jogatina e os descalabros do abuso de crédito, em que se tinham empenhado. Desenvolvia-se uma propaganda contra o projeto,

e tão desorientados corriam os ânimos que pareciam impopulares as idéias do mínistro».

O clima postiço assim difundido encolheu a coragem cívica de muitos deputados tementes à força eleitoral da opinião gananciosa; interessava-lhes era o favor público, que não desejavam perder. As sugestões contemporizadoras partiram de alguns lados, mas o projeto teria que ser apreciado. Assim aconteceu, sendo os debates iniciados pelo Marquês de Paranaguá, seguindo-se Souza Dantas, Saraiva, Francisco de Paula Santos e Irineu Evangelista de Souza. Tornou-se perceptível que o texto era hostilizado por conservadores fiéis à política financeira do anterior Gabinete e por liberais históricos, dentre os quais Martinho Campos, Silveira Lobo, Cerqueira Lima, Tito Franco e Francisco Otaviano.

Sales Torres Homem, por seu turno, recebeu o apoio de fulgurantes talentos que estreavam na vida parlamentar: José Machado Coelho de Castro, Jerônimo Teixeira Júnior e Paulino de Souza Júnior. A luta tornou-se renhida até que os debates foram encerrados em 24 de julho com a votação do projeto, aprovado por 61 contra 50 votos. O texto teria que ir ao pronunciamento do Senado. A Câmara já não teria tempo para considerar qualquer outra matéria, pois eram prioritárias naquele fim de sessão as questões orçamentárias. Mas os desentendimentos subsistiriam entre os governantes e seus opositores. O depoimento idôneo de um contemporâneo faz-nos saber que «os ministros eram desabridamente agredidos, discursos violentos duravam dias inteiros entre recriminações odiosas, apodos insultantes, perturbações da ordem e conturbações a todo instante no recinto dos legisladores». Tudo valia. Fora da Câmara, agitações populares promovidas pelos interessados no malogro do projeto relativo à reforma bancária. Difundiam-se presságios de borrascas fulminantes.

Eis que o Conselho de Ministros recorre ao Imperador, à procura de uma prova de confiança, tentando fortalecer-se com o adiamento das Câmaras. Mas não logra êxito. O ministério persuadira-se de que o desejado adiamento, por dois ou três meses, seria bastante para o recobro da serenidade perdida em tanta parte. D. Pedro II estava certo de que a situação era precária; já não acreditava na resistência do Gabinete, hostilizado por comerciantes furiosos e agitadores empenhados no jogo das especulações. A população pacata aturdia-se, admitindo uma crise de bancarrota, à sorrelfa insinuada insistentemente. Sua Majestade recusou o adiamento das Câmaras e concedeu a exoneração solicitada pelo ministério.

A hora de Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, havia soado naquele 10 de agosto de 1859. Ei-lo à frente do Conselho de

Ministros, organizado conforme as indicações registradas no início deste capítulo. A habilidade política levou o novo chefe do Gabinete a escolher seus companheiros entre aqueles que haviam apoiado o ministério presidido pelo Marquês de Olinda, salvo quanto à pasta de Ministro do Império, preenchida pelo deputado João de Almeida Pereira Filho. A pasta fora ocupada até a data referida, interinamente, pelo próprio presidente do novo Conselho. Deste modo foi que Silva Ferraz supôs possível serenar os ânimos desavindos e garantir o clima de austeridade indispensável à restauração de uma política financeira fecunda. Daí haver anunciado em seu discurso programático:

> «Nosso pensamento a respeito dos negócios externos é todo de benevolência e paz, mas de paz sem quebra da dignidade, dos interesses e dos direitos do Império. No interior, mediante o concurso de todos os homens de mérito, que aceitamos e muito anelamos obter quaisquer que sejam suas opiniões, sem preterição dos princípios de Justiça e moderação que devem selar os atos de qualquer governo regular, tomamos a peito manter as instituições juradas, observar e fazer observar com lealdade a legislação do país, promovendo ao mesmo passo seu melhoramento e perfeição como a experiência aconselhar. São estes os princípios que nos guiarão e esperamos, portanto, à vista deles, merecer o apoio e a confiança dos representantes da nação, sem o que não é possível que vivamos parlamentarmente».

Sales Torres Homem não emudeceu. Pareceu-lhe oportuno explicar as causas da dissolução do ministério precedente, expostas com firmeza e serenidade:

> «A retirada do Gabinete de 11 de dezembro proviera dos meios anormais e imprevistos com que a oposição tornou impossível a posição de ministro que se presa de pundonor. Recorreu-se a excessos lamentáveis, de que não tinha havido exemplo na tribuna legislativa, ainda nos períodos mais tempestuosos de nossa história política. Esses meios de ataque, conquanto não pudessem ferir as pessoas dos ministros, tendiam, contudo, a enfraquecer o princípio de autoridade, desvirtuavam as instituições representativas, rebaixavam o poder e destruíam uma das principais condições de sua força. Este espetáculo dado ao país e a esterilidade provável da sessão legislativa reclamavam providências que o ilustrado presidente do Conselho resolveu solicitar de Sua Majestade, e que consistiam no adiamento das câmaras, que seria seguido mais tarde de sua dissolução, se porventura fosse malograda a esperança que nutríamos de ver arrefecidas

as paixões no seu intervalo e preponderassem sentimentos naturais de justiça dos nossos adversários».

Os episódios agora recordados talvez retratem o temperamento blandicioso do Imperador. Sua Majestade preferiu tangenciar, ao em vez de enfrentar os males do desprestígio imposto à autoridade daqueles que governavam o país. Em vez de dar suporte à dignidade do ministério hostilizado pela sanha aventureira, preferiu acomodar os ânimos dos promotores da baderna, compensados com a destituição do ministério. As hostilidades armadas na Câmara decresceram em face do programa apresentado pelo novo Gabinete. Mas já não havia tempo para a votação dos orçamentos; a apreciação da matéria ficaria para depois. A sessão legislativa encerrar-se-ia quase em seguida, no dia 10 de setembro.

Silva Ferraz valeu-se da trégua parlamentar para aprofundar-se no exame da conjuntura perdurante, inquirindo especialistas em finanças, coligindo pronunciamentos de senadores, ouvindo autoridades, banqueiros, comerciantes, corretores e até mesmo as notabilidades das associações nacionais e estrangeiras de alta reputação no domínio do assunto. O ministério poderia entregar-se aos enredos políticos dos clãs e aos traçados manhosos dos comandos provinciais, mas o Ministro da Fazenda preferiu mergulhar sua atenção nos misteres que preferencialmente lhe cumpria solver. Ele amadureceu depressa as suas conclusões atento às realidades circunstanciais, aclarando o espírito à luz dos depoimentos reunidos. Antes, fizera-se defensor da inteira liberdade do crédito. Mas, já então, com a responsabilidade de presidente do Conselho e Ministro da Fazenda, se fazia convencido adepto da doutrina sustentada pelos Viscondes de Itaboraí e Inhomerim: Joaquim José Rodrigues Torres e Francisco de Sales Torres Homem.

Aproximava-se o dia de reabertura do parlamento, com a instalação em 3 de maio de 1860 da Assembléia Geral dos representantes da nação. A Fala do Trono recomendaria a solução de três projetos preconizados pelo anterior ministério: reforma eleitoral, reforma bancária e criação de uma nova Secretaria de Estado para os assuntos do comércio, agricultura, obras públicas, comunicações e correios. Nenhum obstáculo maior emperraria a aprovação dos projetos relativos à reforma eleitoral e à criação da nova Secretaria de Estado. Enquanto tais matérias fossem apreciadas pela Câmara, Ferraz promoveria no Senado a tramitação do projeto bancário de Torres Homem, que lhe fora remetido na anterior sessão legislativa. O então presidente do Conselho e Ministro da Fazenda já o tinha revisto com a chancela de Itaboraí, visando ao seu aperfeiçoamento, mas sem prejuízo dos seus princípios cardeais.

O projeto revisto mereceu a aprovação do Senado e voltou à Câmara para exame das emendas incorporadas ao texto.

Os acontecimentos teriam seqüência no seguinte ano de 1860, após a viagem do Imperador ao Norte. Renovar-se-iam, na Câmara, os episódios vividos ao tempo do Gabinete presidido pelo Visconde de Abaeté. Martinho Campos, Carrão, Irineu Evangelista de Souza, Paula Santos e Franco de Sá tomaram o pião na unha, verberando acrimoniosamente na trincheira de combate às emendas recebidas do Senado. Silva Ferraz, na tribuna de defesa, reavivaria os negrumes da situação financeira: a crise da bolsa exigindo providências imediatas, as calamidades resultantes da continuação da agiotagem, a desordem de notas fiduciárias, a depreciação dos títulos, o aviltamento do padrão monetário e a subseqüente queda do câmbio, que ameaçava o patrimônio público e o privado.

Mas a explanação do presidente do Conselho e Ministro da Fazenda não sensibilizaria o ânimo dos opositores cada vez mais esbraseados. Ferraz lembraria que a superabundância do papel-moeda constituía a causa da queda do câmbio. Em 1853, circulavam em notas do Governo 48 mil contos e o câmbio se mantivera a 27 dinheiros. Em 1857, aduziria, diminuída essa circulação de 10 mil contos, mediante amortizações e resgates efetuados pelo Banco do Brasil, a emissão desse estabelecimento de crédito atingira mais 20 mil contos, realizável em ouro, não superabundando na circulação porque a emissão era garantida. Em 1859, ao lado dos 38 mil contos em notas do Governo, os bancos particulares favorecidos pelo próprio Governo haviam elevado sua circulação a mais 31 mil contos. Assim, tornava-se iminente nova queda do câmbio, que já estava reduzido a 24 1/2 dinheiros. O Banco do Brasil não pôde continuar pagando em metal as notas que emitira.

Assim desenhava-se o quadro sombrio das finanças, com reflexos imprevisíveis na ordem moral, política, social e econômica do país. Francisco de Sales Torres Homem assomaria a tribuna, após a convincente exposição de Ferraz, para agradecer ao presidente do Conselho a adoção do projeto vindo do seu tempo de Ministro da Fazenda. Do seu notável discurso, que tanto aurifica a oratória parlamentar, são os tópicos seguintes:

> «Na apreciação das causas da queda do câmbio e da perturbação dos valores, nós nos empenhamos em provar que o papel moeda se depreciava pela demasia da emissão e pelo abuso de crédito. O Gabinete atual convenceu-se de que tínhamos razão e adotou nosso sistema sem a menor hesitação. Destruídas ficam essas doutrinas incorretas e estravagantes sobre as funções do meio-

circulante, sobre a natureza do capital e sobre o destino especial dos bancos. Em todos os conhecimentos humanos há os preconceitos populares, que a ciência dificilmente consegue desvanecer de todo. Em astronomia, por exemplo, é a fé na lua, nos seus efeitos misteriosos sobre grande número de fenômenos morais e físicos. Em economia política, há supersticiosos que acreditam que os bancos criam capitais e que o seu papel emitido multiplica os valores. Em toda parte, as mesmas causas produzem os mesmos efeitos. O papel inconversível produz necessariamente a depressão do câmbio, a fuga dos metais sem esperança de volta, a deterioração do valor do meio-circulante e, por conseqüência, a subida dos preços, a lesão dos contratos e os sofrimentos das classes mais numerosas da população. O único valor real do bilhete bancário é a conversibilidade. O expediente falacioso de cauções irrealizáveis nas ocasiões oportunas e urgentes é concepção deplorável que expõe a naufrágio certo os interesses mais respeitáveis do comércio, a fortuna particular e a fortuna pública. Ao ministério de 10 de agosto competirá a glória merecida de haver realizado este importante melhoramento, que nós, os ministros de 12 de dezembro, não fomos bastante felizes para realizá-lo, apesar de nossos esforços e dedicação. Mas isto não importa. O que importa a nós todos é que triunfem os bons princípios, é que satisfaçamos os grandes interesses do país, sejam quais forem os operários a quem caiba a honra da obra».

Os debates fariam o plenário arder, mas as emendas do Senado foram afinal aprovadas em votação nominal: 70 votos favoráveis e 21 contrários. Ferraz conseguira atrair os deputados conservadores que haviam rejeitado a proposta de Torres Homem. A atoarda assoalhada àquele tempo induziria o povo a acreditar nesta versão: à medida que o secretário da Mesa pronunciava o nome de cada deputado conservador contrário ao projeto na sessão de 1858, no momento novo infenso à sua própria opinião, Torres Homem sarcasticamente exclamava em voz vibrante: — «Mais um esquife que passa!» Ele vingava-se das ofensas recebidas. Daí por diante, não seriam poucos os membros da corrente derrotada tendentes a insuflar o povo ao tripúdio. Ferraz passaria a ser alvo de infâmias, injúrias e calúnias. A zombaria dos combatentes hostis à aprovação do projeto afinal convertido na Lei n. 1.083, de 22 de agosto de 1860, vulgarizar-se-ia nesta quadra irreverente:

«Ângelo Muniz
Da Silva Ferraz
Não sabe o que diz,
Nem sabe o que faz».

Mas o tempo demonstraria o acerto das providências refletidas nos consertos das finanças e nos incrementos da economia do país. Sem embargo, não seriam poucos os prejuízos monetários dos aproveitadores beneficiados pelo regime financeiro anterior. Sofrear-se-ia o jogo desabotinado e estancar-se-ia o abuso do crédito resultante da expansão das notas fiduciárias. Em novembro seguinte, quando se realizariam as eleições destinadas à renovação da Câmara temporária, o ministério se predisporia a retrair-se, entregando à estratégia exclusiva dos partidos a busca dos votos. Os saquaremas mais influentes, sobretudo Rodrigues Torres, Eusébio de Queiroz, Paulino de Souza e Limpo de Abreu, reorganizariam as hostes sob sua liderança, recomendando candidatos e intensificando a catequese eleitoral. A liberdade de crédito passaria a constituir o suporte principal da propaganda oposicionista, lucrando os adversários do Governo o apoio ostensivo do comércio da metrópole.

Muitos antigos parlamentares do partido liberal, arredados da política, lograriam voltar à Câmara com os novos incentivos de combate. Nas bancadas provinciais recompostas seriam vistos Jerônimo Vilela, que participara ativamente da revolta de Pernambuco, os dois irmãos Otoni, ausentes do parlamento desde 1848, Silveira Lobo, Paula Santos, Carrão, Martinho Campos, Otaviano, Francisco José Furtado e, além de outros, Gomes de Souza — o fabuloso Souzinha, como o considerou Luiz da Câmara Cascudo no livro já citado (p. 249). Humberto de Campos dedicou-lhe páginas memoráveis no livro *Carvalhos e Roseiras* (ed. de 1945, p. 57 e seguintes). Dentre os jovens deputados liberais que se tornaram famosos apareceriam José Bonifácio de Andrada, Aureliano Tavares Bastos e Félix da Cunha. Os conservadores teriam que lastimar a saída de Silva Paranhos, mas festejariam a volta de Benevenuto Taques, Saião Lobato, Zacarias e outros correligionários que não tiveram vez na anterior renovação da Câmara. Mas, ainda em compensação, contariam com José Martiniano de Alencar, escritor primoroso e crítico farpeante.

Não obstante, a coesão do Gabinete haveria de vulnerar-se em face de supervenientes incompatibilidades entre João de Almeida Pereira Filho, Ministro do Império, e seus companheiros. Joaquim Nabuco acolheu a versão na seguinte nota de rodapé, constante do seu livro já citado: «Provoca a crise Almeida Pereira, Ministro do Império, para quem a situação do país, *com elementos subversivos que atuam fortemente sobre ele* (a frase é da carta em que pedia demissão do cargo), reclama uma modificação na política ministerial». Pereira da Silva aludiu à discórdia, no seu livro também já citado, ao registrar esta passagem: «Introduziu-se, no entanto, cizânia no coração do Gabinete. Referia-se que Almeida Pereira tornara-se incompatível com alguns colegas».

Mas o memorialista acrescentou ao tópico transcrito esta notícia: «Adiaram todavia os ministros suas dissenções até que o Imperador houvesse regressado de uma viagem empreendida às províncias do Norte, na qual fora acompanhado pelo Ministro do Império. Em fins de fevereiro voltou Sua Majestade de sua excursão. No 1.º de março solicitou o Gabinete sua exoneração». Pereira da Silva enganou-se quanto à época do retorno de D. Pedro II. Segundo os historiadores, o regresso do Imperador ocorreu em meado de fevereiro do anterior ano de 1860 ou, mais precisamente, a viagem imperial estendeu-se de 1.º de outubro de 1859 a 11 de fevereiro de 1860, abrangendo as províncias do Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Aliás, não se compreenderia, em face da situação então reinante na política nacional, que o Imperador se mantivesse ausente da metrópole por um período superior a um ano — quase um ano e meio — sobretudo tendo-se em vista, àquele tempo, a insuficiência dos meios de comunicação e a morosidade dos transportes.

Efetivado o pedido de exoneração do Conselho de Ministros, no dia 1.º de março de 1861, o Duque de Caxias voltou pela segunda vez à presidência do Gabinete. O ministério por ele organizado obedeceu à seguinte constituição: deputado Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, Visconde de Niterói (Império, interinamente), substituído em 21 de abril de 1861 pelo deputado José Antônio Saraiva, que, por sua vez, seria substituído em 10 de julho do mesmo ano pelo senador José Ildefonso de Souza Ramos, Visconde de Jaguari; aquele mesmo deputado Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato, Visconde de Niterói (Justiça); deputado José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (Estrangeiros, interinamente), substituído em 21 de abril pelo deputado Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que, por sua vez, foi substituído em 10 de julho pelo deputado Benevenuto Augusto de Magalhães Taques; aquele mesmo deputado José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (Fazenda); oficial general da Armada Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma (Marinha); senador Luiz Alves de Lima, Duque de Caxias (presidente do Conselho e Ministro da Guerra).

O Gabinete apareceria com o titular de uma pasta nova, correspondente ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O ministério fora criado pela Lei n.º 1.067, de 28 de julho de 1860, instalando-se a respectiva Secretaria de Estado em 11 de março de 1861, consoante a iniciativa parlamentar já recordada neste capítulo. O regulamento da nova Secretaria de Estado foi baixado pelo Decreto n.º 2.747, de 16 de fevereiro de 1861. O primeiro ocupante da pasta foi o senador Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma, que a dirigiu até 21 de abril daquele ano de 1861, sendo substituído na data referida pelo senador Manoel Felizardo de Souza e Melo.

O novo presidente do Conselho de Ministros encontraria o caminho preparado. A questão bancária tivera tido alvissareira solução. Além de cassada a faculdade de emissão não realizável em moeda metálica, fora imposta às instituições bancárias de natureza privada a obrigação de recolher em prazos estabelecidos toda emissão que estivesse em circulação sem poder conservar-se com observância das novas condições prescritas. Nenhum banco suscitaria dissídio para cobrar direitos ou indenização. A situação financeira melhoraria visivelmente e o câmbio, que descera de 27 a 24 1/2 dinheiros, começaria a subir a ponto de confiar-se a sua volta ao equilíbrio previsto na lei de 1846. Já seriam cartas fora do jogo político as idéias avigoradas pelo Marquês do Paraná com a sua *política de conciliação*. As antigas fronteiras que separavam os acampamentos partidários voltariam a ser respeitadas. O Imperador poderia respirar e o Conselho de Ministros teria em seu poder condições que lhe permitissem navegar com destino seguro. Decerto que não encontraria mar de rosas, como ainda hoje não o encontramos, mas não seria o mar tenebroso como nos idos da história do próprio descobrimento do Brasil.

II. CIDADE DA PARAÍBA: UM PEQUENO AGLOMERADO URBANO

A Cidade da Paraíba era no início da segunda metade do século XIX um aglomerado urbano acanhado; pequeno e pobre como, no Império, as outras Capitais das Províncias de pequeno porte. O total exato da sua população manteve-se desconhecido por falta de estatísticas precisas. O primeiro recenseamento oficial só veio a ser realizado no país em 1872. Os dados àquele tempo coligidos basearam-se em levantamentos precários. O próprio arrolamento promovido pelas Prelazias, em 1850, ressentiu-se de insegurança por falta das necessárias condições de apuro técnico. Sem embargo, o confronto entre umas e outras estimativas permite-nos admitir que a Capital do nosso Estado possuía em 1859 cerca de 25 mil habitantes, compreendendo brancos, pretos e mestiços.

Tal como ainda hoje, bem mais de um século depois, as áreas integrantes da cidade eram distribuídas conforme sua apresentação topográfica, com a saliência de uma parte alta e de uma parte baixa; esta última ainda conhecida como Varadouro. A primeira das referidas partes totalizava apenas dezessete ruas, além de travessas e becos, tendo como principais as seguintes: Rua Nova, Rua da Misericórdia, Rua da Matriz, Rua das Mercês, Rua da Cadeia e Rua das Trincheiras, sendo de destacar-se, ainda, o Largo do Erário. O Varadouro — a parte baixa — compunha-se de dezesseis artérias, entre ruas, travessas e becos, adquirindo relevo as ruas das Convertidas, do Varadouro, da Areia, do Império, da Viração, do Quartel e das Flores.

Não havia calçamento nas ruas, salvo na Rua Direita e em parte do Varadouro; isto concorria para o feio aspecto do meio ambiente, sobretudo no tempo invernoso de chuva, quando o lamaçal as envolvia. Então, as partes esburacadas e os sulcos produzidos pelas erosões das águas pluviais ainda mais comprometiam o trânsito dos pedestres e dos veículos movidos por tração animal. Ainda não era tempo para uma definição de progresso ininterrupto. A população era reduzida, a educação pouco penetrante, o trabalho rudimentar e a economia pri-

mária. Os aspectos urbanos da cidade teriam por força que refletir um produto de contingências sujeitas às incertezas de fatores desencontrados. Terra fértil havia, mas sóbrio era o capital e inconsistente o trabalho que incentiva a formação de riqueza.

Às autoridades públicas fazia-se necessário promover após a extinção das chuvas a restauração das vias danificadas, mas nem sempre os malefícios resultantes das enxurradas mereciam pronto atendimento; muitas vezes, além das delongas, os reparos deixavam de satisfazer às mínimas exigências. Os recursos disponíveis em mão-de-obra, meios financeiros e material não tinham força que permitisse precisão, eficiência e continuidade aos serviços de manutenção ou recuperação. Se as chuvas fossem fortes e demoradas, morosos também haveriam de ser os consertos. O povo e as autoridades hão de ter rezado para que fizesse bom tempo durante a estada alvissareira do Imperador.

As ruas não eram todas continuamente edificadas; na maioria, as construções esparsas abriam intervalos que atentavam contra a estética urbana. Sempre havia entre uma casa e outra espaço bastante para o permeio de um jardim, mesmo nas áreas destinadas a novas construções. No Centro que hoje corresponde à Rua Direita isto ocorria em menor escala; havia exceções, mas quase sempre a interligação se tornava notória. A Rua Direita parece ter sobrevivido para servir de amostra até certo ponto capaz de simbolizar o que havia de melhor na apresentação urbanística da Capital da Província, bastando a quem se detiver em sua contemplação minuciosa, com faro de historiador, recuar a imaginação há doze décadas atrás.

As casas residenciais seguiam a arquitetura típica da época: baixas, beiral lançando na calçada a água descida pelo telhado em dias de chuva, senão no próprio leito da rua, com o aumento dos agentes erosivos que ainda mais dificultavam o trânsito de quantos então procuravam abrigo junto às paredes. O espetáculo constituía rotina da vida cotidiana: via-se o pedestre compelido a caminhar no leito da rua, quase sempre transformada em largo atoleiro, transpondo aos saltos os lamaçais e os sulcos encharcados. A terra escorregadia não raro impunha aos transeuntes a mobilização ginástica dos seus recursos físicos, mas aqueles que já fossem encanecidos muito hão de ter penado no soçobro.

O ambiente estimulava o crescimento da vegetação reles: a erva, o bredo, o capim rasteiro, que medravam nas ruas como pasto para carneiros, vacas e burros. O lixo proliferava à solta; os escravos o despejavam na via pública, em frente às próprias moradias ou nos terrenos baldios que existissem na vizinhança. O quadro nordestino

assim exposto ao desprazer dos transeuntes foi ilustrado por Gilberto Freyre ao estudar os contrastes da vida entre *sobrados e mocambos*. Dava-se importância prioritária à limpeza de casa, da fachada para dentro; os entulhos seriam atirados pelas portas e janelas para serem acumulados nas ruas como se elas fossem o lado imprestável da vida.

A maior concentração de moradias e outras construções era visível na Rua das Convertidas, na Rua Direita e na Rua da Areia. A Cidade possuía em 1859 o total de mil e quinhentas casas, aproximadamente, não chegando a contar cinqüenta sobrados; os sobrados, em número assim reduzido, pertenciam a membros da aristocracia rural. Quase duas dúzias existiam na Rua Direita, com ares senhoriais, para orgulho da artéria; em quantidade ainda menor, eles poderiam ser vistos no Varadouro e na Rua das Convertidas. As casas eram de regra pintadas em cores espantadas, berrantes. Alguns sociólogos identificam nessa preferência uma certa tenuidade cultural refletida no sentimento dos povos economicamente ainda imaturos.

Várias casas ostentavam em suas janelas de guilhotina ornatos com vidros coloridos e balcões de cantaria lavrados com relativo bom-gosto artístico. Isso parece significar que, já então, repontava no espírito provinciano da gente mais qualificada uma tendência cultural infensa ao ronceirismo. A convergência maior da população era visível no centro hoje formado pelas ruas Direita, Nova, da Areia e Maciel Pinheiro. A zona de Tambiá distanciava-se, àquele tempo, em face da insuficiência dos meios de acesso; distribuía-se em chácaras que continham vários hectares de terra. O carro-de-bois era recurso de transporte utilizado por aqueles que se alongavam nas distâncias além dos perímetros urbanos. A Capital não o ignorou no início deste século XX, antes da inauguração dos bondes.

Ambrósio Leitão da Cunha, Presidente da Província, pretendeu atenuar os contrastes urbanísticos propensos a deformações com o fim de garantir ao rosto da Cidade agradáveis traços fisionômicos. Daí a Lei n.º 26, de 30 de setembro de 1859, por ele sancionada. A lei visava a disciplinar a construção dos imóveis; continha disposições sobre a altura e a largura de fachadas e janelas, compreendendo as casas de um andar e os sobrados. Ela também prescreveu normas relativas aos projetos de construção das calçadas, que deveriam ser revestidas com pedras lageadas. E mais: além de proibir degraus de pedras ou tijolos no lado exterior das construções, fixando o prazo de um ano para a demolição daqueles que existissem, determinou a retirada dos canos de esgoto mantidos para despejos nas ruas de dejetos ou líquidos, salvo as águas pluviais. Os proprietários ou responsáveis eram obri-

gados a promover a colocação de calhas nas extremidades dos telhados voltados para as vias públicas.

A maioria das ruas não possuía meio-fio, ao menos, e o alinhamento das casas era arbitrário; algumas se davam a recuos e outras a saliências. Por outro lado, não havia simetria nas medidas das ruas; o comprimento e a largura variavam arbitrariamente. A lei citada impunha que as novas ruas abertas na cidade e nos povoados contivessem oitenta palmos. Estas e outras precauções foram adotadas com o louvável intuito de assegurar-se a progressiva transformação topográfica dos quadros, tendo-se em vista a melhoria das condições urbanas. A Cidade parecia um burgo medieval; decerto que ela não se fechou por dentro, entre muralhas, para evitar a penetração de quantos fugiam dos campos à sua procura, mas a burguesia nascente ainda sentia a ausência da aeração social.

Àquele tempo era hábito de muita gente banhar-se nua na Fonte Pública de Tambiá, em Gravatá, na Cacimba do Povo, na Fonte dos Milagres e na de Maria Feia; até mesmo no cais da Cidade era comum aos banhistas se oferecerem às águas completamente despidos. O hábito fora herdado dos índios; ainda que salutar e prático, quando levado a efeito com naturalidade, já não quadrava à vida social de uma cidade predisposta a melhor cunho de civilização. Em conseqüência, foi banido por força da lei invocada, que autorizou a fiscalização pública a multar os infratores da postura prevista no texto; a multa correspondia a dois mil réis, a cujo pagamento estavam sujeitos aqueles que se banhassem despidos entre 6 e 19 horas. No caso de reincidência, o gravame seria elevado ao dobro.

Não constituía raridade a presença nas ruas de pessoas vestidas apenas da cintura para baixo; de calças, mas sem camisa. A lei também coibiu esse atentado aos bons costumes, determinando a cobrança aos que a infringissem de multa idêntica àquela outra imposta aos banhistas infensos ao decoro. A sucessão das providências legais adotadas no sentido exposto aos poucos foi permitindo o ajustamento social dos costumes cuja frouxidão desregulasse o compasso da vida comunitária. Íamos ainda à procura de uma ordem que alentasse em clima satisfatório o bem-estar dos habitantes. Hoje, na Paraíba, sentimos que a procura não nos foi infiel. O prazer de viver na Cidade, hoje, é quase privilégio da sua população.

A água, de boa qualidade, era retirada das cacimbas existentes no fundo dos quintais, puxada em latas amarradas a cordas, ou, então, trazida em barris, das Fontes Públicas, no lombo de burros, tangidos por escravos, ou, ainda, comprada àqueles que se dedicavam a tais encargos.

A cidade desprovinha-se de saneamento. Ademais, localizados fora das casas, nos quintais e perto das fossas, os banheiros domésticos não atendiam aos requisitos da higiene desejável. Sabemos quanto insuficiências dessa origem comprometem as condições sanitárias do meio e dão causa a moléstias que atuam em detrimento da segurança coletiva. Àquele tempo, os recursos necessários ao conforto domiciliar eram de acentuada insuficiência quanto às instalações sanitárias. Mas, como o mal de muitos consolo é, segundo o ditado, talvez a população se conformasse ante exemplos análogos então existentes no mundo mais civilizado. A História conta que muitos povos sofreram no corpo, mesmo naquele século XIX, a falta de um mínimo de banheiros, pias e outros apetrechos indispensáveis à profilaxia individual.

Os edifícios públicos, em número reduzido, eram modestos e de conservação precária; nenhum oferecia imponência, ao contrário de hoje. Hoje, alguns possuem requintes em que são aplicados recursos mais úteis aos investimentos fecundos. O Palácio da Presidência ocupava a Casa do Colégio dos Jesuítas desde 1771. Na ala esquerda, reservada aos Seminários dos discípulos de Santo Inácio, existiam as dependências do Liceu. A cidade possuía uma cadeia no Prédio Novo, assim chamado por ser de construção mais recente; possuía a Casa do Tesouro Provincial e a Casa da Pólvora, bem como Quartel para o Corpo da Guarnição e para o Corpo de Polícia.

As Igrejas esmeravam-se em sua pompa arquitetônica, ao oposto dos edifícios públicos, com seus lavores em madeira ou cantaria e suas linhas majestáticas. Distribuídas na área central, nas redondezas ou além, os templos católicos existentes sustentavam pontos de atração que ornavam a paisagem urbana da cidade. Hoje, após o decurso de tantos anos acumulados, algumas apresentam desfigurações; empalideceram o esplendor dos seus aspectos fisionômicos. O progresso fez desaparecer, por exemplo, as igrejas das Mercês, da Conceição, do Rosário e outras. Mas subsistem várias que conservam a imponência dos tempos idos e embevecem a contemplação de quantos têm olhos de ver. A riqueza turística da Paraíba muito se valoriza com o patrimônio cultural que tais igrejas corporificam.

As muitas igrejas que resistiram aos tempos transpostos permanecem testemunhando o gosto artístico do passado: a Igreja e Convento São Francisco, com seus azulejos recordando a história de José do Egito e seus altares entalhados em madeira revestida em ouro, ainda mais se valoriza por possuir o adro mais amplo e artístico do país; o Convento de Nossa Senhora do Carmo e sua bela Igreja; a Igreja da Santa Casa, construída pelo senhor de engenho Duarte Gomes da Silveira, que a levantou às suas expensas e ali está sepultado juntamente com sua

mulher; o Convento e a Igreja de São Bento; a Igreja do Senhor do Bomfim — onde estiveram expostas a cabeça e as mãos do mártir paraibano Peregrino de Carvalho, sacrificado na malograda Revolução de 1817 — e, ainda, a Matriz de Nossa Senhora das Neves.

Algumas igrejas conservavam-se abertas até às 20 horas e em suas dependências eram realizados numerosos sepultamentos. Estes foram ali diminuindo a partir de 1854, quando se construiu o Cemitério do Senhor da Boa Sentença; a construção custou dois contos de réis. Os mortos eram levados à necrópole em carros dirigidos por boleeiros de libré preta e puxados por dois ou apenas um cavalo, conforme a qualidade do enterro, fosse de primeira ou segunda classe. O enterro de primeira custava vinte e cinco mil réis e o de segunda seis mil réis. Valeria a pena o estudo ecológico dos costumes relativos aos atos fúnebres dos sepultamentos de corpos humanos, através dos tempos, inclusive com ilustrações iconográficas. Não são muito copiosas, entretanto, as ilustrações que envolvem a história social da Paraíba.

O toque de silêncio e conseqüente recolhimento, a partir das 21 horas, era ouvido na cidade através dos sinos das igrejas de São Francisco, São Bento e do Carmo; o toque, lento e longo, era desferido simultaneamente. Ainda não vivíamos tempo de poluição sonora e, por isto, a voz dos sinos espraiava-se por todas as distâncias da Capital para envolvê-las como se estivessem juntas num só ponto. Por fim, o silêncio dormiria com a noite. Fechavam-se as portas das poucas numerosas casas de comércio; em algumas moravam os proprietários. O cerramento das portas só não era total porque permaneciam abertas as boticas, à espera das receitas porventura aviadas pelos rareados médicos existentes.

A vida recreativa não dispunha de atrativos mundanos. O teatro aparecido havia dado fim às suas atividades. A Cidade devera a existência dessa primeira casa de diversões à iniciativa privada; a casa localizou-se na Rua da Areia. Sem pontos variados de comunicação social, movimentando-se numa rotina só de raro surpreendida por algum evento novo, a vida urbana encontrava ar de festas e demais derivações do lazer no meio familiar das residências mais dotadas. Ali, os fandangos, as pândegas e as reuniões musicadas vez por outra aqueciam em clima de efusão os sentimentos da gente considerada a mais distinta. Ali os namoros nasciam e os noivados prosperavam.

Melhor sorte também não alcançara, ainda, a instrução da infância e da adolescência dos paraibanos; muito menos, o efeito dos incentivos destinados aos lazeres saudáveis. Somente no ano de 1861, após a viagem do Imperador, foi aberta uma casa que se prestasse para as

derivações de espírito do povo. Devemo-la a José de Lima Penante, que, contando com a colaboração de alguns amigos, pôde garantir-lhe o funcionamento no Largo das Mercês, hoje Praça 1817. Aquele teatro foi conhecido como o *Ginásio Paraibano* e funcionou no exato local onde agora existe a Igreja Presbiteriana. Escolas públicas existiam, mas em número escasso; D. Pedro II viria a conhecê-las de perto, conforme recordaremos noutras páginas desta monografia. Decerto que o ensino ainda era ministrado em condições inseguras; sem embargo, floresceria com a expansão de sua rede e envolveria depois todos os níveis de formação dos educandos.

A imagem da instrução, a cargo do magistério da Província ou entregue a professores particulares, era frágil. O ensino cultivado nas escolas de primeiras letras não ia além dos rudimentos; nelas os alunos aprendiam superficialmente a ler e escrever, assim como adquiriam tinturas de aritmética e noções de catecismo. Poucos se habilitariam ao programado estudo de latim; mas nas respectivas aulas os alunos chegavam a esmerar-se na pronúncia e a traduzir os clássicos dessa língua morta. O educandário tido como modelo era o Liceu, criado pela Lei n.º 11, de 24 de março de 1836, que preparava futuros estudantes de Direito e Medicina; os primeiros iriam formar-se em Olinda e os últimos no Rio de Janeiro. A Faculdade de Direito de Olinda veio a ser transferida para o Recife alguns anos antes da viagem de D. Pedro II ao Nordeste.

O ensino do Liceu compreendia as seguintes disciplinas: latim, francês, retórica, poética, geografia e história, filosofia racional e moral, trigonometria, aritmética, geometria, álgebra até equação do segundo grau e desenho. Os currículos a duras penas acompanhavam o sistema de ensino que então vigorava no Império. O povo brasileiro ainda não dispunha de conteúdo àquele tempo, nem as gerações novas se destacariam com poder de compreensão ante currículos de ensino assim tão sofisticados. Basta-nos recordar, em face do recenseamento realizado mais de dez anos depois (1872), que o número de escolas primárias não atingia 4.000, em todo o país, e o de alunos não ia além de 160.000. Gilberto Amado sintetizou em discurso proferido na Câmara dos Deputados e incluído como apêndice no seu livro *Grão de Areia*:

> «O povo brasileiro existente como realidade viva não poderia deixar de ser senão as 300 ou 400 mil pessoas pertencentes às famílias, proprietários de escravos, fazendeiros, senhores de engenho, de onde saíam os advogados, médicos, engenheiros altos funcionários e os chefes de empresas, únicas pessoas que sabiam ler, tinham alguma noção positiva do mundo e das coisas, podendo compreender dentro de sua educação o que vinham a ser monarquia, sistema de governo, etc.».

A luz ainda nos era escassa; não apenas a do espírito, também aquela destinada à iluminação da Cidade. As ruas, os becos, os largos, as travessas, ou os logradouros em geral, cujo número não subia além de quarenta, eram iluminados por uma centena de lampiões providos de candeeiros com pavios de algodão e nutridos a óleo de mamona ou de peixe. Eles pendiam dos suportes de ferro quase sempre chumbados nas paredes externas das casas ou nas esquinas de ruas, espalhando claridade tênue. Às vezes, eram vistos em pequenos postes de madeira, fincados nas calçadas ou mesmo na parte central de algumas vias públicas. O número era, todavia, escasso; por isto, os lampiões afastavam-se uns dos outros para que a iluminação pudesse cobrir maiores distâncias.

A cobertura tornava-se rala, embora a Cidade ainda fosse pequena. A palidez da luz envolvia as artérias na penumbra e enchia os noctívagos de receios. Seria quase temeridade sair à noite após desferido o toque de recolher. Somente em casos especiais, quando a urgência se tornava imperiosa, alguém se arriscaria a voltar à rua a destempo. Mesmo se forçado por conjuntura incontornável, não haveria quem se animasse a sair de casa pela noite adentro sem adotar precauções. O transeunte não enfrentaria o silêncio escuro e despoliciado sem valer-se da companhia de escravos munidos de archotes. Ainda assim, iria espreitando, farejando. Os adjudicatários do serviço de iluminação pública eram obrigados a manter os lampiões em perfeito funcionamento e a conservá-los acesos sempre que preciso. Mas a obrigação só existia como promessa, muitas vezes desfeita na própria escuridão.

A iluminação da cidade custou aos cofres públicos da Província no ano de 1859 a importância de oito contos de réis, desdobrados em duas parcelas: seis contos, com a despesa de manutenção; dois contos, com a aquisição de novos lampiões. Tal desembolso constituiu o primeiro indício concreto do empenho oficial em preparar condignamente a Cidade para recepcionar o mais alto dignitário do país. Todos desejavam ver e sentir às claras, mesmo depois da despedida do sol, a festejada presença de D. Pedro II e dos membros da Comitiva Imperial. Em verdade, assim aconteceu. Na medida possível, senão mesmo além das possibilidades do erário, os créditos adicionais ao orçamento foram abertos e aplicados com o objetivo de testemunhar-se veneração ao Imperador que iluminou o Segundo Reinado.

Os lampiões permaneciam acesos, em noites de escuridão espessa, das seis e meia da tarde às cinco horas da manhã. Mas não seria assim quando a noite era valorizada pelo fulgor do luar. Então, os lampiões sentiam sua humildade, recolhiam-se para somente revelarem sua graça discreta nas horas noturnas de ausência da lua; antes e

depois de sua bênção, prolongada durante muito tempo. Nas quatro noites seguintes à Lua Nova, a iluminação dos lampiões permanecia na cidade das seis e trinta da noite às cinco horas da manhã. Mas, havendo Lua Cheia, ninguém os veria acesos nas duas noites anteriores da fase lunar. Em tempo de Lua Cheia, como ainda hoje, a luz descia das alturas siderais para encontrar-se com aquela outra interiorizada na alma romântica dos namorados.

A Cidade ainda oferecia àquela época, segundo nos esclarecem os registros repassados, alguns outros aspectos peculiares merecedores de trato histórico. Àquela época, a medicina andava à procura das novidades existentes no dicionário de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, cuja primeira edição havia sido publicada no Rio de Janeiro em 1843. Ela não havia adquirido corpo e pouco se dava às revelações da ciência. Seus recursos eram insuficientes para o tratamento de múltiplas moléstias englobadas em diagnóstico único: febre. Todos os processos infecciosos acompanhados de elevação da temperatura haveriam de ser bitolados na mesma diagnose. Morria-se de febre tifóide — infecção endêmica — em grande parte decorrente da falta de cuidados higiênicos; de febre amarela, impaludismo, câmaras de sangue, sífilis, cólera, etc.

Os esculápios de então muito acreditavam na importância dos miasmas; os de então e os que vieram em seguida. Eis o que se observa através dos próprios documentos e até mesmo de relatórios médicos. Veja-se, por exemplo, este texto redigido no século passado por um facultativo: «O fenômeno que se repete anualmente só pode ser explicado pelo excesso de miasmas palustres e telúricos que desprende-se dos inúmeros focos existentes dentro e fora do perímetro desta Capital». A terapêutica em voga não oferecia outras alternativas menos prosaicas; compunha-se de chás, sinapismos, sangrias e clisteres. Sangravam-se os hemorrágicos, aplicavam-se purgativos nos disentéricos e, para despistar a ignorância, usavam-se expressões de um latim trôpego. As insuficiências só aos poucos curariam seus próprios distúrbios.

A Cidade contava com o Hospital Militar, que atendia aos militares enfermos ou acidentados, e dispunha de um outro existente na Santa Casa de Misericórdia; este acolhia aos indigentes que, não poucas vezes, morriam quando em busca da cura. As estatísticas pouco esclarecem a respeito dos critérios aplicados nos tratamentos médicos e cirúrgicos. Mas não é provável que algum cirurgião de maior competência existisse na Paraíba ou que, então, nela viesse residir. A cirurgia ainda vivia à espera dos seus equipamentos e instrumentais qualificados. O mesmo clínico cuidaria de qualquer doença e o mesmo cirurgião interviria em qualquer operação. O ecletismo médico dava as cartas.

Por seu turno, a botica possuía como principal riqueza as mezinhas, os chamados remédios caseiros; nela os curandeiros pontificavam.

A Cidade era, em resumo, a miúda soma das realidades agora expostas. Ela superou-se a si mesma, de corpo e alma, todavia, ao preparar-se para receber a visita do Imperador D. Pedro II. Nenhuma reserva de sentimento deixou de ser mobilizada em toda parte: nas iniciativas e nas decisões; nas ordens transmitidas e no seu cumprimento; na ação das autoridades e na solidariedade maciça do povo exultante. Os feitos, os fatos e os fastos encheram muitas páginas da crônica histórica agora recordada para conhecimento mais direto das novas gerações que estão povoando a Paraíba. Em 1859, como antes e depois, nossa terra encheu de esperanças o mapa do Brasil.

III. RUMO AO NORDESTE

O Imperador manifestou o desejo de conhecer as províncias do Império desde muito cedo; não só como Chefe de Estado, cioso dos seus deveres, também por influência do seu espírito voltado ao estudo das ciências e das artes. Não poucas vezes, no plano do governo e no seio da família, ele reiterou interesse em conhecer o país por dentro, auscultando *in loco* as necessidades, peculiaridades e particularidades de cada região para avivar numa visão global a presença do Brasil no íntimo do seu espírito. Parecia-lhe indispensável esse conhecimento direto a fim de que mais seguramente pudesse promover providências visando ao crescente desenvolvimento nacional. Por motivos circunstanciais, que não deveriam ficar à margem, Sua Majestade decidiu iniciar o cumprimento do seu roteiro pelo Sul, em 1845, indo às Províncias de Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Quatorze anos depois chegou a vez do Norte e do Nordeste; seria a sua segunda grande excursão, minuciosamente estudada em função do tempo disponível e do espaço a ser abrangido. As Províncias compreendidas nas regiões mencionadas sofriam atrasos consideráveis, como ainda hoje, em confronto com as demais do Centro-Sul. As estruturas de todas, débeis e desnutridas, não ofereciam resistência ao peso dos problemas crônicos. Nem existiam infra-estruturas que pudessem alentar as sementes de um progresso menos moroso. A economia incipiente arrastava-se no ramerrão de uma rotina que se esterilizava na terra quente e despreparada. O trabalho ardente pouco poderia dar de si para a produção racionalizada e a riqueza fecunda. O Imperador haveria de ver tudo com seus próprios olhos argutos.

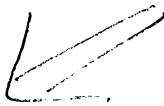
D. Pedro II formalizou a notícia oficial do seu propósito em comunicação constante da Fala do Trono apresentada às Câmaras no dia 11 de setembro do ano de 1859: «Para melhor conhecer as Províncias do meu Império, cujos melhoramentos morais e materiais são o alvo de meus constantes desejos e dos esforços do meu Governo, decidi visitar as que ficam no Norte do Rio de Janeiro, sentindo que a estrei-

teza do tempo que medeia entre as sessões legislativas me faça percorrer somente as Províncias do Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba, reservando a visita às outras para mais tarde». Já então, as providências estariam articuladas com minúcia e segurança. D. Pedro II não era de tomar decisões no escuro; quando vinham a público, estariam pensadas e amadurecidas.

Sua Majestade deixou de visitar o Brasil por inteiro, como tanto ambicionava, por alguns sucessivos motivos de ordem pessoal e outros de cunho político. As conjunturas da vida pública, muitas das quais de caráter fulminante, conspiravam contra sua intenção mais persistente. No capítulo introdutório desta monografia estão lembrados episódios que comprovam esta verdade. Suas lamentações foram confessadas no exílio ao Visconde de Taunay, poucos dias antes de morrer: «Se voltasse ao Brasil, trataria de satisfazer logo um ardente desejo que tenho, o de visitar cinco vastas circunscrições da nossa terra, que não conheço *de visu* — Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Pará e Amazonas. Assim, apagaria uma lacuna que muito me aflige». A saudade da Pátria ardia no seu pensamento.

Mesmo no exílio, pobre e doente, alquebrado ao peso das provações e esquecido por aqueles que mais lhe receberam as graças do poder temporal — excetuados os poucos amigos leais a todo instante empenhados em mitigar-lhe as amarguras — seu pensamento permaneceu no Brasil por ele governado com sabedoria e austeridade. Não são poucas as páginas da nossa História, sobretudo aquelas relativas à sua biografia, que ilustram a dignidade e o estoicismo do Imperador maltratado, ofendido e decomposto pela fúria irresponsável de detratores e turiferários. Hoje, refeitas as verdades, não há, em consciência, quem deixe de entoar-lhe euges e loas, indo ao mais íntimo do seu Reinado.

Ao contrário do que alguns autores registram e outros repetem, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, então Presidente do Conselho de Ministros, não integrou a Comitiva Imperial. Quem a integrou foi o Ministro do Império, já referido: Conselheiro João de Almeida Pereira Filho. Nem seria possível que Silva Ferraz pudesse acompanhar o Imperador em sua tão demorada viagem, ausentando-se por tanto tempo do centro nervoso do país; isto seria desaconselhável em face dos imperativos inerentes ao seu cargo.

Assentada a viagem em definitivo, já no prévio conhecimento de toda a Nação, D. Pedro II constituiu sua comitiva com a designação dos respectivos membros: Visconde de Sapucaí, camareiro; Conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz, veador; Conselheiro Antônio Manuel de Melo, guarda-roupa; Dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, mordomo;

Cônego Antônio José de Melo, capelão; Dona Josefina da Fonseca Costa, dama da Imperatriz; Conselheiro João de Almeida Pereira Filho, Ministro e Secretário dos Negócios do Império; Dionísio Antônio Ribeiro Feijó, Oficial de Gabinete, e Dr. Francisco Bonifácio de Abreu, médico da Imperial Câmara. Além destes, ainda figurou na comitiva imperial um escalão de segunda linha, com nomes inscritos nos livros da Mordomia: um mestre de copa e seu ajudante; um «maître» de cozinha; três cozinheiros, sendo um de 1.ª classe e dois de 2.ª, além de um ajudante; um padeiro; a criada particular da Imperatriz, Maria José da Conceição de Araújo; o criado particular do Imperador, Manuel Joaquim de Paiva; um escriturário; seis moços da prata; um varredor; um moço de montaria; cinco cocheiros; três moços da estribeira; três moços auxiliares subalternos e quatro escravos.

A Imperial Família foi conduzida em sua viagem pelo vapor APA, da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, comboiado pela fragata Amazonas, pela canhoneira Belmont e pela Corveta Paraense. A esquadra assim constituída seguiu o rumo do Norte sob o comando do Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré. O percurso marítimo desenvolveu-se em condições normais e o passadio a bordo transcorreu sem nenhuma anormalidade. O Imperador a todos dava atenção, estabelecendo diálogos amistosos como se passageiro desprovido de honras e deferências. Avesso aos salamaleques, ameno e discreto no trato, Sua Majestade deixava-se confundir em ambiente de cordialidade. Se não fosse quem era, nivelar-se-ia aos demais passageiros.

Embarcaram no APA, além de D. Pedro II e a Imperatriz, o futuro Marquês de Tamandaré, acompanhado do respectivo Ajudante de Ordens, Primeiro-Tenente Manuel Carneiro da Rocha; o Secretário, Primeiro-Tenente Antônio Marcelino de Ponte Ribeiro; Conselheiro Luiz Pereira, Visconde de Sapucaí; Conselheiro Antônio Manuel de Melo; Dr. Francisco Bonifácio de Abreu; Antônio de Araújo Ferreira Jacobina; Cônego Antônio José de Melo; Dona Josefina da Fonseca Costa; Conselheiro e Ministro João de Almeida Pereira Filho e Dionísio Antônio Feijó. Faziam parte da oficialidade do vapor o Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Pereira Pinto, que o comandava; Capitão-de-Fragata José Secundino Gomensoro; os Capitães-Tenentes João Carlos Tavares e Francisco Edwiges Bricio; e o médico-cirurgião Dr. Propicio Pedroso Barreto de Albuquerque.

A Fragata Amazonas era comandada pelo Capitão-Tenente Teotônio Raimundo de Brito e dispunha da seguinte tripulação: Primeiros-Tenentes José Manuel de Araújo Cavalcanti de A. Lins, Silvino José de Carvalho Rocha, Henrique Francisco Martins e Bonifácio Joaquim de

Santana; Guarda-Marinha José Carlos Palmeira; Cirurgião Dr. Francisco Henriques da Costa e Capelão Padre João de Santa Presciliana Melo. A Oficialidade era em número ainda mais reduzido que o das duas outras embarcações escolhidas para comboiar o vapor APA: uma canhoneira e uma corveta. Em todas, a presença de um médico-cirurgião e de um padre-capelão. O comando das embarcações referidas ficou confiado a Oficiais jovens na carreira militar.

Por seu turno, a canhoneira Belmont era comandada pelo Primeiro-Tenente Antônio de Mariz e Barros, contando com a seguinte Oficialidade: Segundo-Tenente João Antônio Alves Nogueira, e Guarda-Marinha Frederico G. Lorena. Conduzia também o Dr. Joaquim Monteiro Caminhoá, médico-cirurgião. Por fim, a corveta Paraense, que viajou sob o comando do Capitão-Tenente Delfim Carlos de Carvalho e a seguinte tripulação: Primeiros-Tenentes Joaquim Guilherme Melo Carrão, João Evangelista Cordeiro de Araújo Lima e Pedro Ferreira de Oliveira, além do Dr. Ermelino César da Silva, cirurgião.

A oficialidade integrante da Comitiva do Imperador compunha-se de elementos destacados, pertencentes a várias gerações da nossa Marinha; alguns já se haviam destinguido por seus feitos militares e outros, então ainda jovens, viriam a atuar com denodo em defesa das instituições imperiais e do Brasil, inclusive na guerra contra o Paraguai. Exemplos numerosos poderiam ser citados dentre os componentes das guarnições do vapor APA, da Fragata Amazonas, da Canhoneira Belmont e da Corveta Paraense. Alguns foram mencionados por autores que se fizeram biógrafos ou memorialistas, como José Leite de Abreu Brito (in «Apontamentos Biográficos», ano de 1866) e Ernesto Sena (in «Rascunhos e Perfis», ano de 1909): Capitão-Tenente Teotônio Raimundo de Brito, Primeiro-Tenente Henrique Francisco Martins, Primeiro-Tenente Antônio de Maris e Barros, Capitão-de-Fragata José Secundino Gomensoro, Primeiro-Tenente Bonifácio Joaquim de Sant'Ana e Capitão-Tenente Delfim Carlos de Carvalho.

As citações obedecem à ordem das unidades navais mobilizadas, sem respeito à hierarquia militar dos postos. Teotônio Raimundo de Brito comandou o Amazonas na Batalha de Riachuelo, secundando o empenho legendário do Almirante Barroso; portou-se de modo altivo e destemido. Os postos a que ascendeu foram conquistados por merecimento e bravura. Henrique Francisco Martins comandou a canhoneira Parnaíba por nomeação do Vice-Almirante e Visconde de Tamandaré, participando do bombardeio da praça de Paissandu; o heroísmo com que procedeu custou-lhe a morte, por ele mesmo pressentida em face do próprio destemor. Antônio Carlos de Mariz e Barros imortalizou-se na guerra; seus feitos desdobraram-se heroicamente na memorável jornada de

Paissandu. Ao serem balanceados os triunfos da nossa gente, ouviu-se esta pergunta: «Quem neles mereceu o melhor quinhão?» O biógrafo José Leite de Abreu Brito registrou: «À testa de nossa bateria, teve-o Maris e Barros, sob o próprio fogo da fuzilaria inimiga».

Após a campanha do Uruguai, o bravo marujo ainda mais se revelou na guerra contra o Paraguai, da qual participou no comando do Encouraçado Tamandaré. Ferido no joelho direito por uma bomba que penetrou na casa-mata do Encouraçado, não lhe ouviram gemidos. Ao ser transportado para o vapor Onze de Junho, que servia na Esquadra como hospital de sangue, seu olhar adquiriu inusitado fulgor. O biógrafo imaginou: «Dir-se-ia que, à porta do túmulo, agradecia a coincidência que juntava seu corpo quase cadáver àquela data gloriosa que recorda o maior feito da Marinha Nacional». A gangrena impôs-lhe a amputação da perna; ao vê-la pendida, ele mesmo arrancou-a com a mão ante o pasmo dos companheiros. Não lhe faltou a consciência da morte, que enfrentou com estoicismo sobre-humano. Mas teve tempo para mandar ao pai ilustre, o Chefe da Esquadra Joaquim José Inácio, este recado: «Diga-lhe que eu sempre soube honrar seu nome».

José Secundino Gomensoro, Bonifácio Joaquim de Sant'Ana e Delfim Carlos de Carvalho também atuaram com valentia na gloriosa jornada de Riachuelo. No arroio em frente ao Rincon de Lagrana, fundeara a Divisão Naval Brasileira comandada pelo Almirante Francisco Manoel Barroso. À Divisão pertenciam a Fragata Amazonas, sob o comando do Capitão-de-Fragata Teotônio Raimundo de Brito, que tinha como Imediato o Capitão-Tenente Delfim Carlos de Carvalho, assim como o vapor Beberibe, dirigido pelo Capitão-Tenente Bonifácio Joaquim de Sant'Ana. Todos foram referidos com as devidas reverências cívicas por vários autores. O então Capitão-de-Mar-e-Guerra José Secundino Gomensoro, engajado na canhoneira Parnaíba e recordado com seus demais companheiros pelo Almirante Jaceguai, em conferência proferida a respeito da Batalha épica no Clube Naval, foi um dos nossos feridos no encontro cruento, juntamente com mais cento e três combatentes brasileiros; oitenta e sete não resistiram aos ferimentos. Entre os mortos inolvidáveis, Marcílio Dias, que se extremou no arrojo heróico.

As ligeiras referências sintetizadas agora constituem uma homenagem aos denodados representantes da nossa Marinha de Guerra; mas, ao mesmo tempo, valem como prova de qualificação exemplar da oficialidade escolhida para acompanhar o Imperador em suas peregrinações ao amplo das costas brasileiras.

Um fato merece realce: todas as despesas havidas com a viagem à Paraíba e demais Províncias correram por conta pessoal de D. Pedro

II, como se o Imperador estivesse empreendendo uma excursão turística para regalo íntimo; como se não estivesse no desempenho de missão inerente às suas funções conspícuas. Marcava-lhe o caráter este traço reconhecido até mesmo por seus adversários mais ferrenhos: Sua Majestade nunca se valeu de recursos públicos para custeio de despesas pessoais, limitando-se ao emprego dos estipêndios que lhe coubessem por direito. Se as suas disponibilidades escasseassem, tendo que atender a um compromisso ou outro, mais fácil lhe seria contrair dívidas a serem resgatadas a prazo. Exemplo que isto comprova foi visto na própria ocasião agora historiada.

O numerário com que o Imperador poderia contar era exíguo para atender a todos os gastos exigíveis. Por este motivo, ele não relutou em tomar por empréstimo parte do dinheiro que lhe era necessário. Não só um, alguns empréstimos foram ajustados por Sua Majestade, sendo o primeiro no valor de vinte contos de réis. Os membros de sua comitiva tiveram os respectivos serviços gratificados mediante desembolsos pessoais. O total despendido por D. Pedro II com o pagamento de gratificações elevou-se além de sua expectativa, ultrapassando a casa dos sete contos de réis. Por esta razão, algumas das gratificações tiveram de ser parceladas, inclusive a gratificação com que foi contemplada a Dama da Imperatriz, na importância de três contos e seiscentos mil réis; esse dinheiro veio a ser pago em seis prestações.

Palacio da Parahiba, em 1 de Outubro de 1859

Illmo Senr Dr Luiz Correia de Queiroz Barros.

Tendo Sua Magestade O Imperador de Visitar esta Provincia, onde Poderá Achar-se por todo o mez de Novembro proximo futuro, provavelmente Quererá Percorrer os principaes povoados do interior mais proximos a costa; e n'esse caso Terá de passar por essa Villa do Pilar, e pousar na povoação de Gurinhem da comarca de sua jurisdicção.

Cumpre pois que V. Sa, como primeira autoridade n'esses lugares promova os necessarios arranjos para a conveniente recepção de Sua Magestade.

Confio que V. Sa e os habitantes da sua comarca se prestarão com gosto e boa vontade a honrar a Sua Magestade na Visita que ahi tem de Fazer, e que aproveitar-se-hão de tão boa opportunidade para manifestarem ao Mesmo Augusto Senhor o amor respeito, e dedicação, que todos nós Lhe tributamos

Sou com estima e consideração.

De V. Sa

Collo amo obro

Correspondência do Presidente da Província.

IV. EXPECTATIVA DA CHEGADA

A Província da Paraíba estava sendo governada pelo Dr. Ambrósio Leitão da Cunha; ao assumir o Governo, sua idade não ia além dos 34 anos. Agraciado com o título de Comendador da Ordem de Cristo, muito ele se ativou no preparo do programa relativo à viagem do Imperador à Paraíba e muito se esmerou na arrumação de casa. À sua infatigável atividade deve-se a coordenação das providências tão bem sucedidas. Mas sua presença nas crônicas da História não se resumiu naquela passagem. O antigo Presidente da Província nasceu no Pará, na cidade de Santa Maria de Belém, a 21 de agosto de 1821, e faleceu em Trajano de Morais, no Estado do Rio de Janeiro, a 5 de dezembro de 1898. Seus pais foram o Major do Exército Gaspar Leitão da Cunha e D. Maria Antônia da Fonseca Zuzarte, ambos descendentes de famílias fidalgas portuguesas, que se fixaram no Pará em 1770. Sua mulher, D. Maria José da Gama e Silva, era irmã da Viscondessa de Souza Franco.

Seus estudos de humanidades foram feitos em Lisboa, cidade em que também concluiu o curso da Aula de Comércio. Em 1839, ano seguinte ao do seu regresso ao Brasil, foi nomeado escriturário do Tesouro Provincial do Pará: naquela Província ocupou depois os cargos de Inspetor do Tesouro e Diretor de Instrução Pública. Em Olinda iniciou-se em 1840 nos estudos jurídicos, tendo concluído o bacharelato na Academia de São Paulo em 1845. Nomeado Juiz Municipal da Capital do Pará em 1847, foi condecorado com a Imperial Ordem de Cristo, no grau de Cavaleiro; a condecoração foi-lhe outorgada em reconhecimento por sua atuação em processo instaurado contra certo negociante de grande evidência na praça da cidade, envolvido na prática de falsificação de moedas. Habilitado em 1852 para o cargo de Juiz de Direito, foi titular em várias comarcas. Em 1857 e 1862 foi Chefe de Polícia do Pará, tendo sido aposentado em 1867 com as honras de Desembargador.

Sua vida pública destacou-se noutros diferentes postos: depois de ser Vice-Presidente da Província natal em 1858, ocupou a Presidência

da Paraíba (1859), Pernambuco (1860), Maranhão (1863 e 1868) e Bahia (1866). Deputado à Assembléia Geral, representou o Pará na 11.ª, 12.ª e 13.ª Legislaturas (1861, 1864 e 1867). Em janeiro de 1869 foi nomeado Senador pela Província do Amazonas, mas a nomeação deixou de ser acolhida pelo Senado, sendo anulada pela referida Câmara Vitalícia em 3 de julho do mesmo ano. Sem embargo, voltando a ser bem sucedido em nova eleição, a nomeação foi ratificada pelo Imperador através de uma Carta Imperial de 27 de abril de 1870. Membro do 34.º Conselho de Ministros (1885), como ocupante do cargo de Ministro do Império, salientou-se na área de Saúde Pública ao estabelecer-se o cordão sanitário que preservou o país contra a epidemia da cólera difundida no Uruguai.

O nome de Ambrósio Leitão da Cunha vinculou-se também aos projetos de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, para a qual concorreu entusiasticamente. Comendador da Imperial Ordem de Cristo, Cavaleiro e Comendador da Imperial Ordem da Rosa, Gentil-Homem da Casa Imperial, Veador de S. M. a Imperatriz, Camarista de S. M. o Imperador, titular do Conselho de S. M. o Imperador, tais condecorações espelham o acúmulo dos seus serviços ao bem público e à Nação. O coroamento de tais serviços reflete-se ainda mais no título nobiliárquico que o Imperador lhe outorgou por decreto de 3 de março de 1883, Barão de Mamoré, Barão com Grandeza. Estes apontamentos foram extraídos do livro *Inventário do Arquivo Leitão da Cunha*, Barão de Mamoré; os apontamentos resumem as indicações biográficas reunidas no acervo do Arquivo Histórico do Museu Imperial, ao qual está incorporado o próprio arquivo de Ambrósio Leitão da Cunha.

Em 12 de agosto de 1859, antes mesmo da Fala do Trono em que se concretizou a notícia oficial da viagem do Imperador, o Ministro dos Negócios do Império oficiou ao Presidente da Província comunicando-lhe que Suas Majestades visitariam a Paraíba. Ao mesmo tempo, o oficiante fez chegar à referida autoridade paraibana a importância de um conto de réis, destinada à cobertura das despesas necessárias ao preparo dos aposentos em que o Imperador e a Imperatriz deveriam hospedar-se. Algum tempo depois, em 6 de setembro daquele ano, o Dr. Ambrósio Leitão recebeu mais três contos para serem aplicados na aquisição do mobiliário e objetos de decoração. Nenhum governo provincial dispunha, então, de instalações residenciais à altura do tratamento devido a visitantes altamente credenciados.

O Palácio Presidencial da Paraíba, conforme já lembrado, funcionava no antigo Colégio dos Jesuítas. A construção, datando do século XVIII, fora adaptada às novas exigências e finalidades. O casarão não dispunha dos requisitos de conforto que atendessem à hierarquia dos hós-

pedes esperados. Fazia-se mister empreender uma reforma a prazo curto, que envolvia transformações no interior, substituição parcial de móveis, reparos nas dependências, revestimento de paredes, troca de tapetes, pinturas, etc. Não havia tempo senão para obras e consertos de urgência. As dificuldades se tornavam ainda mais visíveis por carência de mão-de-obra qualificada. Tudo seria superado, entretanto, porque sobravam entusiasmo e compenetração.

Mas a situação não deixava de preocupar o Presidente da Província, responsável final pela pontualidade e acerto de providências sucessivas; a ninguém tanto seriam debitados os ônus resultantes de qualquer desleixo. Uma consulta que se faça aos textos da correspondência então trocada entre o Governo da Província e o Governo Central, embora arquivada sem ordem e com faltas de monta, comprovará o tenso estado de espírito das autoridades paraibanas. Um dos ofícios incluídos na correspondência, assinado pelo Presidente da Província e dirigido ao Conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Presidente do Conselho de Ministros e titular da pasta da Fazenda, é de enfática expressividade; faz-nos depreender o estado de penúria da residência presidencial. Vale a pena transcrevê-lo:

> «Havendo-me V. Exa. determinado que fizesse decorar o Palácio da Presidência, onde devem residir SS.MM.II. enquanto aqui estiverem, vi logo que não existe no Palácio cousa alguma que pudesse ser aproveitado convenientemente para o serviço de SS.MM., no estado em que se achava. A mobília toda da casa e o serviço de mesa eram tão ordinários ou deficientes que forçosamente deviam ser substituídos ou aumentados. Além disso, as salas e quartos ou não tinham papel nas paredes e esteiras no chão, ou as tinham completamente estragados. Nestes termos, resolvi o caso de modo conveniente a receber Sua Majestade não com luxo, mas ao menos com a necessária decência, o que não pude conseguir apesar da mais restrita economia que empreguei para haver a mobília e objetos de decoração, sem que as respectivas contas se elevassem a 6:797$920...».

A adjudicação a terceiros dos serviços de adaptação do *Palácio*, a fim de torná-lo em condições de ser utilizado como residência temporária de Suas Majestades Imperiais — solução que prevaleceu na Bahia e, possivelmente, em Pernambuco — pareceu ao Presidente Ambrósio Leitão incompatível com a dignidade do Governo e menosprezo ao decoro nacional; a solução seria tanto mais vexatória quanto certo que redundaria numa poupança inexpressiva de dois a três contos de réis. Em verdade, como escreveu o governante paraibano, «a economia seria

insignificante em relação ao objetivo extraordinário e elevado de que se tratava». Dir-se-ia, hoje, que a economia seria de palitos. A presença de D. Pedro, na Paraíba, era acontecimento que justificava atenções imunes à mesquinharia.

O Presidente Ambrósio não se alheou a esta compreensão e, por isto, confiou ao comerciante Francisco Alves de Souza Carvalho a incumbência de adquirir no Rio de Janeiro e em Pernambuco o mobiliário e o material de decoração que o Palácio Presidencial exigia como local onde o Imperador iria hospedar-se. Eis o rol das aquisições, transportadas à Paraíba pelo vapor Oiapoque: «uma mobília completa, de último gosto, para a sala de recepção; 158 côvados de tapetes finos para o chão da mesma sala e 13 ditos para o docel; uma cama para casados com todos os acessórios, bem como mobília e utensílios próprios de um quarto, para Suas Majestades Imperiais, e 2 ditos de vestir, um para Sua Majestade o Imperador e outro para Sua Majestade a Imperatriz; um serviço fino e completo para almoço, jantar e chá; 50 peças de papel fino para forro das salas e alcovas; 225 jardas de esteira para chão de salas e quartos.»

O Governo ainda comprou outros objetos julgados indispensáveis à dignidade dos hóspedes ilustres: um serviço de prata lavrada para refeições; outras mobílias destinadas às demais dependências, inclusive salas e quartos; utensílios de porcelana, bronze e cristal, que serviriam à complementação dos interiores nobres do Palácio. As crônicas históricas não dizem qual teria sido o destino de tais valores, após a visita imperial, mas não temos em mente nenhuma ressalva que possa deslustrar os critérios das autoridades responsáveis pelo uso e pela guarda de tão precioso material. É possível que nem todos os bens duráveis se tenham perdido e que muitos tenham merecido tombamento.

O total das despesas resultantes dos melhoramentos realizados no Palácio, futuro Paço, atingiu a importância de 6:797$920. O indicado valor subiu muito além dos créditos especiais existentes; a soma dos créditos havia sido limitada a quatro contos de réis, concedidos por ordem do Ministro dos Negócios da Fazenda. Tornava-se imperioso o reforço da quantia de 2:797$920, obtidos graças à compreensão da referida autoridade. O Presidente do Conselho de Ministros e titular da Fazenda não opôs embaraços a uma nova remessa, que se concretizou prontamente. Os cofres provinciais não dispunham de recursos orçamentários, nem se fazia possível jogo de verbas naquele tempo em que já se havia atingido o fim do último semestre do exercício financeiro. Mas o montante das despesas haveria de crescer ainda.

Ao Governo da Província cumpria o preparo condigno de toda a Cidade ou, pelo menos, o da sua parte mais freqüentada. A urgência

conspirava contra qualquer programação que se organizasse de cabeça fria; tudo exigia providências sucessivas e de cumprimento imediato. Despesas atraíam despesas em crescendo, a ponto de ter-se tornado imperioso à Assembléia Legislativa conceder ilimitado crédito de confiança ao Presidente Ambrósio. O crédito de confiança consubstanciou-se na Lei n.º 30, de 3 de outubro de 1859, através da qual a referida autoridade ficou autorizada «a despender nas forças do cofre provincial a quantia que for necessária para solenizar convenientemente a honrosa e patriótica visita de Sua Majestade». Estávamos a menos de três meses da chegada do Imperador.

A despeito da amplitude dos poderes financeiros delegados ao Presidente da Província, não mais permissível em face da legislação vigente, a verdade é que não havia onde buscar-se mais dinheiro. O Tesouro Público não poderia fazer milagres, nem seria possível *escorchar* os contribuintes do fisco, exigindo-lhes reforço adicional ao pagamento dos tributos. A situação se tornava angustiosa, mas o milagre haveria de acontecer graças à solidariedade generosa de alguns membros abastados da aristocracia rural e de outros vários paraibanos de boa posição financeira. Eis como foram superados os aperreios nascidos da conjuntura; o milagre valeu como prova de que existia íntima associação entre governantes e governados, pelo menos em decorrência do magno evento em preparo.

A Cidade preparou-se em todos os sentidos para a visita imperial. Intensificaram-se o corte e a limpeza do mato, os consertos dos buracos nas vias públicas, o tratamento dos jardins existentes nos logradouros. As casas mereceram caiação, por dentro e por fora, retirando-se os musgos que medravam nos beirais. Nelas e nas igrejas, como se o trabalho leigo e o religioso se unissem em consórcio, a faina estendeu-se ao polimento dos candeeiros de bronze e cobre, com o emprego de limão, vinagre ou cinza de borralho. Alma nenhuma se manteria vadia naquela hora de azáfama generalizada. Faria gosto sentir aquela comunhão de sentimentos.

A comunhão não era apenas civil. Nas guarnições da Força Pública, nos quartéis e nos arsenais, os Oficiais inspecionavam a correção dos comandados, extremando-se na verificação do esmero necessário aos apetrechos e equipamentos, inclusive fardas, bonés, calçados, espingardas, espadas, sabres. Lá fora, na sociedade, as damas faziam descer das prateleiras dos armários peças de seda francesa, logo transformadas em vestidos que seriam exibidos nas solenidades e festas. A Cidade viveu tempo de excitação eufórica. A visita de Suas Majestades tonificava o clima social como assunto dominante nos sobrados, nas casas e nos mocambos; nas ruas e nas repartições; ali, além e acolá.

O regozijo crescia à medida que se aproximava o dia culminante da chegada do Imperador, da Imperatriz e dos membros da comitiva. Quem visitasse qualquer residência de gosto requintado se daria conta de apuro soberbo: móveis de jacarandá, amarelo vinhático, mogno e jurema brilhando no verniz; cadeiras, canapés, sofás e conversadeiras realçando palhinha nova; portas e janelas vestidas com vistosas cortinas adamascadas ou de cassa. Nas salas, quartos, corredores e demais dependências, limpando, esfregando, lavando, escovando, os escravos esgotavam o fôlego no trabalho. A Cidade jamais conhecera clima tão intenso de mobilização integral.

Quem estendesse o olhar às cozinhas domésticas, grandes, espaçosas, já não pressentiria a existência de recantos escuros; a luz da vibração saltava dos olhos da gente ali em plena faina. As cozinhas, com os pisos de tijolo cozido e a fumaça da lenha dos fogões espalhando-se derredor, pareciam ainda mais amplas; não armavam tropeços ao corre-corre dos serviços. Nunca os tachos de cobre teriam sido tão areados! As escravas quituteiras estavam ali, no preparo dos doces de côco, peluche, caju, banana, manga e demais frutas da estação. As donas de casa postas no controle, atentas e solidárias, não se esqueceriam dos bolinhos de goma, das raivas, sequilhos e cavaquinhos, nem da massa de mandioca utilizada nos pés-de-moleque e outras muitas guloseimas.

A insuficiência do número de hotéis era notória; durante múltiplos anos e até pouco tempo foi sentida, mesmo nos anos anteriores à década atual. O jeito seria hospedar-se a gente graúda, assim como aquela outra vinda do interior para homenagear o Imperador e a Imperatriz, nas residências particulares que mais se prestassem. Não poucos desejavam vê-los de perto; muitos teriam pousada previamente garantida por serem parentes ou amigos dos donos das casas existentes na Capital. Eles estariam na cidade com muito tempo de antecedência, à procura dos alfaiates e das costureiras de fama a fim de fazerem jus às confecções do mais apurado gosto. Ninguém que se prezasse estimaria participar das festas sem ser notado a crédito da elegância.

O afluxo dos hóspedes ainda mais requintava o trato dos anfitriões. Esse trato fidalgo haveria de prevalecer até mesmo por imposição do momento, não só dos costumes. A hospedagem nas casas da gente de prol seria também régia, fazendo jus a mesa rica e farta. Os perus e os capões já estariam condenados à morte. Os cardápios variariam em cada refeição; os pratos de bolos e doces se multiplicariam com enfeites preparados em papel de seda. Compoteiras e fruteiras desfilariam em cima dos tampos de mármore ou vidro dos aparadores. O vinho que houvesse, os refrescos, ou canapés sortidos estariam a

postos ante a gulodice moça ou velha de todos os hóspedes. A prodigalidade nordestina se espalharia mais do que nunca.

Os escravos não seriam esquecidos; eles eram gente, já não eram coisas. Todos mereceriam tratamento generoso e participariam sem frustração do sereno festivo. Não lhes faltou roupa nova: calças e camisas de tecido riscado para os homens e vestidos de chita colorida para as mulheres. O pixaim dos cabelos de uns e de outras seria alisado em gordura de porco perfumada com macerado de manjericão e hortelã-de-cheiro. Os sapatos talvez tivessem polimento com a ajuda das papoulas que vicejavam nos jardins. A expansividade restituída fazia com que cada escravo exibisse o alvo teclado dos dentes no riso aberto. Não seria tempo de lamúrias. A alma dos negros era branca e mais limpa do que a de numerosos escravocratas. As amarguras crônicas purificam os sentimentos humanos.

Na cúpula governamental azafamada, com as autoridades absorvidas no trabalho tenso, as providências iam numa sucessão compacta. No fim da segunda quinzena de setembro chegara às mãos do Dr. Tomás de Aquino Mindelo, Secretário do Governo, o ofício em que a Assembléia Provincial reafirmava sua participação no evento magno: «Sirva-se V.S. levar ao conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da Província que esta Assembléia nomeou uma deputação para receber S.M. o Imperador por ocasião de honrar com sua Augusta Presença esta Província. A Comissão compõe-se dos Senhores Deputados Filinto Henriques de Almeida, Padre Felipe Benício da Fonseca Galvão, João Florentino Meira de Vasconcelos, Antônio da Cruz Cordeiro, Antônio Souza Carvalho, Padre Lindolfo José Correia das Neves e o abaixo assinado. Deus guarde V.S. Paraíba do Norte, 30 de setembro de 1859, João Leite Ferreira».

Mais adiante, no dia 18 do mês de outubro seguinte, a Câmara Municipal reuniu-se para «tratar da chegada e recebimento de Suas Majestades Imperiais em visita a esta Província». Nessa ocasião, o Vereador Sérgio Rangel apresentou ao plenário a seguinte proposição:

> «1.ª, que se mandasse celebrar um «*Te Deum Laudámus*» ao terceiro dia da chegada de Suas Majestades Imperiais, em felicitações e ação de graça pela próspera viagem;
>
> 2.ª, que a Câmara conserve, durante todas as noites, enquanto Suas Majestades aqui estiverem, a iluminação da frente do Paço;
>
> 3.ª, que se nomeie uma comissão de três membros para promover assinaturas entre os vereadores e dirigir o *Te Deum*».

A Câmara Municipal estava sendo presidida pelo Dr. Francisco de Carvalho Júnior e secretariada por Joaquim Francisco Monteiro da

Franca. Dentre seus vários membros, contavam-se Bezerra Cavalcante de Albuquerque e Narciso de Carvalho. O registro vale como prova do clima de entendimento entre os poderes, os órgãos e as autoridades públicas dos diferentes níveis governamentais. As tendências políticas porventura colidentes não teriam como cindir a unidade visível no sentimento e no espírito de todos os paraibanos. Não importaria a coloração partidária de uns ou de outros, fossem conservadores ou liberais. O Imperador sobrepunha-se aos partidos políticos.

O Presidente da Província ia aos pormenores; chegou a determinar que a Guarda Nacional praticasse exercícios todas as quintas-feiras e até a data da chegada de Suas Majestades Imperiais, que deveriam ser recebidas com «limpeza e garbo». A precaução da referida autoridade resultou do receio de que sobreviesse alguma desídia, pois a Corporação vinha dando provas de descuro no cumprimento dos deveres de ofício. A disciplina periclitava no seu meio e a instrução afrouxava a firmeza. Uma tropa regular não deveria apresentar-se fora de linhagem e sem preparação adequada. A referência vale como prova dos cuidados governamentais.

O Dr. Ambrósio Leitão da Cunha não poucas vezes se queixara do Comandante da tropa, que residia fora do quartel e da própria Cidade; morava no seu engenho, a três léguas de distância. A irregularidade do seu procedimento parecia contagiante, pois o Chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional também abandonava ao relento a compostura devida ao desempenho de suas funções; preferia morar no engenho onde possuía casa. O engenho estava localizado ainda mais longe, a quatorze léguas da Capital. Àquele tempo inexistiam viaturas motorizadas e, por isto, a ordem pública não poderia contar prontamente com a autoridade responsável por sua manutenção.

As providências desdobradas em face da próxima visita de D. Pedro II exigiram uma coordenação que mais rápida e eficientemente levasse a bom termo os preparativos da hospedagem imperial. Eis o que induziu o Presidente da Província a atribuir ao empreiteiro Francisco Soares da Silva Retumba, sob sua própria supervisão, a superintendência de todas as atividades relativas à reforma a que o Paço esteve sujeito e das demais porventura ligadas à visita do Imperador. O Chefe do Executivo instituiu, além disso, uma Comissão de Festejos, designando para compô-la o Coronel Francisco Alves de Souza Carvalho, o Dr. Felizardo Toscano de Brito e o Dr. João José Inocêncio Pogge. Todos se dedicaram devotadamente às respectivas funções.

A 26 de novembro, menos de um mês antes da chegada do Imperador à Paraíba, o público tomou conhecimento através da imprensa do programa de recepção. Ei-lo, na íntegra:

«O Presidente da Província recomenda que, por ocasião da chegada de Suas Majestades Imperiais a esta Província, se observe o seguinte, se o contrário não for determinado.

1.º. Logo que da Fortaleza de Cabedelo avistar-se a Esquadra Imperial, içar-se-á nesta o Pavilhão Nacional, com dois tiros de peça. Este sinal será correspondido pelo telégrafo colocado na torre do Colégio; aí será içado o Pavilhão Nacional, com dois tiros de canhão no Quartel do Meio Batalhão e subindo imediatamente ao ar duas girândolas, com intervalos de dois minutos de uma para outra. Em seguida, repicarão os sinos das Igrejas da Capital, com espaços de dez minutos.

2.º. Ao aproximar-se da barra a Esquadra, salvará a Fortaleza de Cabedelo o Pavilhão Imperial; logo que a mesma esquadra passar pela Fortaleza, esta salvará novamente, assim como o navio ou navios de guerra, porventura existentes na ocasião dentro do Porto.

3.º. As embarcações surtas no Porto deverão tomar posições convenientes e colocar-se de modo a não impedir ou embaraçar o trânsito ou a aproximação da Esquadra Imperial ao cais. O capitão do Porto dará as instruções necessárias, para a colocação dos navios e para o mais que convier à Polícia do mesmo Porto, sujeitando as instruções à aprovação da Presidência.

4.º. Ao primeiro sinal da aproximação da Esquadra Imperial, formará a Brigada composta do 1.º Batalhão da Guarda Nacional e do Meio Batalhão de Linha no Largo do Quartel deste, sob o comando do Comandante Superior ou do seu substituto, na forma das ordens em vigor, marchando para o Varadouro. Dali desfilará em alas, até a Porta do Palácio, pelas ruas que estão indicadas para o trânsito de Suas Majestades Imperiais. Estes corpos irão formados em pelotões na retaguarda da Comitiva Imperial até o pátio do Palácio, onde farão as marchas em continência, darão as descargas e os vivas de estilo. Depois, destacando-se a Guarda de Honra, que deverá ficar no Paço Imperial, a força será recolhida aos quartéis, se não houver outra ordem.

5.º. São convidados os funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos, bem como todos os cidadãos, para assistirem ao desembarque de Suas Majestades Imperiais.

6.º. Depois da cerimônia de ósculo do crucifixo, que será apresentado pelo Rvm. Visitador ou, na sua falta, pelo Rvm. Vigário da Capital, no Pavilhão que se achará preparado na Praça do

Varadouro, a Câmara Municipal apresentará suas homenagens às Suas MM.II.

7.º. As senhoras que comparecerem à recepção de Suas Majestades Imperiais ficarão no Pavilhão, donde sairão para irem receber a mesma Augusta Senhora, no ato de seu desembarque, e acompanhá-la até o Paço Imperial.

8.º. No trajeto de Suas MM.II. até o Palácio observar-se-á esta ordem:

a) os cidadãos que não estiverem compreendidos nas classes abaixo designadas;
b) os funcionários públicos que não são especialmente indicados nos seguintes números;
c) os oficiais do Exército que não estiverem em forma, os da armada, das extintas milícias e da Guarda Nacional, assim como as pessoas que gozam de honras militares;
d) as pessoas condecoradas com as diversas ordens honoríficas, os que têm o tratamento de Senhoria, os Vice-Cônsules, os Chefes de Repartição Pública, os Juízes de Direito, os Membros da Assembléia Legislativa, os Deputados, à Assembléia Geral e os Fidalgos da Casa Imperial;
e) os clérigos regulares e seculares, os párocos;
f) atrás do pálio, as senhoras, os grandes do Império, as pessoas da Casa Imperial e os que têm tratamento de Excelência;
g) os quatro Juízes de Paz do Distrito da Capital são incumbidos de manter a ordem do préstito, como fica determinado;
h) desembarcando Suas Majestades Imperiais na ponte predisposta para esse fim no Varadouro e saindo do respectivo Pavilhão, seguirão o trânsito seguinte, se outra ordem não for dada: Calçada do Varadouro, Rua da Areia, Rua da Conciliação, Praça do Quartel, Ladeira das Pedras, Rua Direita e por aí ao Paço Imperial, fazendo antes oração na Igreja do Colégio, querendo;
i) se da Fortaleza de Cabedelo avistar-se a Esquadra Imperial à noite, içar-se-á no mastro da bandeira um lampião, com dois tiros de peça, correspondendo o telégrafo de Palácio em sinal idêntico menos os tiros. Neste caso, formará a força da Guarnição em seus respectivos quartéis e aguardarão as ordens desta Presidência».

Um grupo de paraibanos criou o chamado Batalhão Patriótico, devidamente autorizado pelo Chefe do Executivo da Província, com o objetivo de homenagear Suas Majestades Imperiais; o Batalhão incumbir-se-ia de acompanhar e escoltar o Imperador em suas visitas na Capital e

no Interior. Mas, após iniciadas as atividades da corporação, surgiu um outro grupo com o nome de Batalhão Popular, comandado por José Lucas de Souza Rangel. Tornou-se visível um jogo das facções políticas desavindas, interessadas em fermentar as rivalidades com os estímulos da inveja e do despeito. Os componentes do Batalhão Patriótico preferiram dar uma lição de civismo e desprendimento: dissolveram o movimento que haviam patrocinado e decidiram incorporar-se ao grupo hostil para não serem empanadas com atritos intempestivos as manifestações de regozijo que a presença do Imperador despertaria.

Como prova da elevação dos propósitos que os inspiravam, o Comandante e demais Oficiais do Batalhão Patriótico tornaram público o seguinte manifesto:

> «Os abaixo assinados, Comandante e Oficiais do Batalhão Patriótico, que começou a organizar-se para solenizar e vitoriar a memorável visita dos nossos Augustos Monarcas a esta Capital, observando a criação de um outro Batalhão denominado «Popular», com o mesmo louvável fim, a cuja frente deverá apresentar-se o distinto cidadão, Sr. José Lucas de Souza Rangel, um dos mártires de nossa liberdade, ancião muito respeitável e credor por todos os títulos de tão subida honra, que mesmo já havia sido consultado, por deliberação espontânea do sobredito Comandante e Oficiais, para assumir aquele honroso posto no citado Batalhão Patriótico, do que são órgãos; considerando que, para festejar tão honrosa visita, todos os brasileiros, qualquer que seja sua cor política, devem unir-se em um só pensamento, forrando assim o desgosto que traz consigo a rivalidade; ponderando que a nossa escassa população não pode suportar a formatura de dois Batalhões em força suficiente a apresentarem-se numerosos, sendo muito sensível o espetáculo de duas facções que, não obstante animadas de um mesmo sentimento, manifestam, todavia, por aquele fato, desunião; refletindo que muitas pessoas importantes desta Capital conhecendo agora a excelência da idéia, aparecem atualmente em campo, animadas de todo entusiasmo para levarem ao cabo tão patriótica empresa; reconhecendo nessas mesmas pessoas mais títulos e habilitações que os abaixo firmados possuem, para execução de um objeto tão grandioso e digno; o Comandante e Oficiais do sobredito Batalhão Patriótico resolveram declinar da honra, que lhes foi concedida, em presença das razões expostas, e dissolvem, como de fato por esta têm dissolvido, o mesmo Batalhão, desligando de seus compromissos todos aqueles indivíduos que se dignaram anuir ao seu convite, cujo concurso poderoso os deixa assaz penhorados e agradecidos, incitando-os para engrossar as fileiras do Batalhão Popular sob

o Comando do digno Chefe indicado, do qual eles mesmos indistintamente e como simples praças farão parte, a fim de que SS.MM.II. reconheçam que o povo desta Capital é unânime e compacto em vitoriá-los, e deixa à margem quaisquer caprichos mesquinhos e intrigas individuais quando se trata de provar-lhes seu amor e adesão. Paraíba, 24 de novembro de 1859. João Rodolfo Gomes, Manuel Caetano Veloso, Antônio Francisco D'Ávila, Jucundiano Rodolfo de Oliveira, José Francisco de Ataíde e Melo, Joaquim da Costa Serafim, Dr. Francisco Antônio Vital de Oliveira, Elias Francisco Mindelo, Severiano Elísio de Souza Gouveia, Firmino Xavier Vidal, Vicente Gomes Pessoa, Antônio José Lopes, Francisco José do Rosário Júnior, João Francisco da Rocha Ataíde, Cândido Gregório dos Santos Siqueira, Manoel Odorico Cavalcanti de Albuquerque, João Pinto Rodrigues de Paiva, Antônio Francisco Ramos, Estanislau Dantas Galesia e Dominiciano Lucas de Souza Rangel».

Os componentes do Batalhão Popular reuniram-se à noite em casa do respectivo Comandante, no dia 1.º de dezembro, juntamente com os participantes do outro Batalhão dissolvido. Generalizou-se clima de congraçamento, culminando as manifestações de confiança mútua com a escolha por eleição dos Oficiais que deveriam dirigir a corporação fortalecida por gregos e troianos. Após a reunião, com o Comandante à frente e a Banda de Música executando dobrados, o Batalhão coeso dirigiu-se à residência do Presidente da Província em visita de cortesia e, em seguida, percorreu as ruas principais da Cidade entre vivas às Suas Majestades. Vê-se como o ânimo apaziguador adquire força para apagar fogo, extinguir labaredas e varrer brasas.

O Batalhão Popular incumbiu-se da lavagem e limpeza do Cruzeiro de São Francisco, inclusive do adro que ainda mais valoriza o templo famoso, retirando-lhe os musgos das paredes e podando as gramíneas que se alastravam derredor. O local voltou a ostentar-se como ponto de atração dos paraibanos e turistas. A cidade ia adquirindo fisionomia restaurada, para júbilo dos seus habitantes; parte da população deslocava-se dos respectivos redutos para embevecer-se no centro da Capital ante o ornamentação preparada a capricho. Os tônicos injetados no corpo urbano da Cidade emprestavam ao ambiente sabor de beleza nova. A exultação espocava, engrandecendo a alma dos adultos e deslumbrando o olhar da gente jovem.

Logo correu a notícia de que o Imperador desejava estender sua visita a alguns povoados, adentrando-se no território paraibano pela faixa litorânea; estaria incluída no roteiro, possivelmente, sua passagem pela cidade de Pilar, com estacionamento na povoação de Gurinhen. A

notícia tinha todos os visos de verdade e, por isto, o Presidente da Província apressou-se em transmiti-la ao conhecimento do Juiz de Direito de Pilar e a solicitar-lhe, como «principal autoridade nesses lugares», que promovesse «os necessários arranjos para a conveniente recepção de Sua Majestade». Nenhuma surpresa desagradável deveria pesar no ânimo de D. Pedro II.

Os monges beneditinos, que eram os proprietários do Engenho Maraú, foram também alertados sobre a ida do viajante ímpar ao local. A atenção do Presidente Ambrósio estaria em toda parte. No mesmo sentido de sua solicitação ao Juiz de Direito de Pilar e aos monges beneditinos do Engenho Maraú foram seus ofícios a Francisco Manuel Carneiro da Cunha, proprietário do Engenho Tibiri, e ao Capitão-Mor José Francisco de Albuquerque Maranhão, proprietário do Engenho Santo Amaro. Tornar-se-ia indispensável, ademais, promover os reparos exigíveis nas pontes construídas sobre os riachos existentes ao lado de suas fábricas de açúcar. E lá iam novos desembolsos de pecúnia!

A correspondência do Presidente da Província não haveria de ter um dia para descanso; os envelopes fechados tomavam as mais variadas direções. Ofícios e cartas eram expedidos com endereços numerosos e solicitações de todo gênero; algumas até de caráter prosaico, conforme o grau de instrução dos destinatários. Mais importantes que tudo haveria de ser o objetivo final: recolher o Imperador de tudo e de todos uma impressão livre de constrangimentos; agradável e jubilosa. Se uma ou outra providência deixou de produzir os efeitos desejados não haverá de ter sido por incúria das autoridades provinciais ou por falta de entusiasmo popular. As decepções foram em número reduzido.

Todas as atenções estiveram concentradas, realmente, no preparo do magno evento da presença de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II. Em certa ocasião, já na vizinhança do dia ansiosamente aguardado, o Dr. Ambrósio Leitão da Cunha foi informado de que a população de Mamanguape se mostrava indiferente à visita imperial por causa de algumas desagradáveis rivalidades locais. O Presidente da Província não perdeu tempo: em carta ao Dr. Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque pediu a este, encarecidamente, que exercesse a sua interferência no sentido de «harmonizar os ânimos, e terem todos o mesmo ponto de vista». A autoridade solicitada foi bem sucedida.

Em 5 de dezembro, três dias após a data do seu aniversário, já se sabia que D. Pedro II estaria na Paraíba a 24 do mesmo mês. Na data referida, o Presidente da Província formalizou apelo ao 1.º Vice-Presidente, Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, então em Mamanguape, no sentido de que «se dirigisse a esta Capital o mais depressa possí-

vel, a fim de preparar sua casa para hospedar o Ministro do Império, como também ajudá-lo na tarefa de conseguir cavalos para a comitiva imperial». O Conselheiro João de Almeida Pereira Filho, Ministro do Império, *já não afinava* com alguns dos demais membros do Conselho de Ministros, presidido por Ângelo Muniz da Silva Ferraz, conforme recordamos no capítulo inicial desta monografia.

O Chefe do Executivo provincial esteve vigilante em relação aos possíveis contratempos que ameaçavam o clima de solidariedade entre as autoridades e o povo de Mamanguape. Admitindo a visita do Imperador à referida cidade e sua hospedagem no próprio edifício da Câmara Municipal, ele fez chegar às mãos de Antônio F. Serrano a importância de 400$000 a serem aplicados em melhoramentos de urgência necessários ao referido edifício. E mais: determinou ao engenheiro David Polemann a construção no ponto de desembarque do Imperador de um Pavilhão de madeira que, no juízo da imprensa de então, se revelou «maior e mais bonito que o de Pernambuco». O Pavilhão construído foi assim descrito em documento da época:

> «A ponte de desembarque tem de comprimento 80 palmos e de largura 20. A plataforma, que se une à ponte, tem 45 palmos de largura e 40 de fundo. Por traz desta eleva-se o frontispício do Pavilhão, que geralmente é executado em estilo romano. A entrada é formada por três pilastras de 30 palmos de altura, ornadas de capitéis de ordem toscana, entre as quais se acham colocados três arcos: o do meio com 25 palmos de altura e 12 de largura, os dois laterais com 23 palmos de altura e largura correspondente. O vão do arco maior é ornado de um círculo composto de folhas verdes com as iniciais P.T. pendentes de uma coroa Imperial, tudo feito de folhas naturais. Estes arcos assentam-se sobre pilares salientes de 18 palmos de altura, ornados com capitéis correspondentes. Em cima dos capitéis principais assentam-se a arquitrave e cornija de ordem toscana com friso largo, que tem o dístico: «Vivam Suas Majestades e Altezas Imperiais», limitado por cima com 7 cornijas principais, sobre as quais elevam-se 5 degraus destinados para trazerem as Armas e as Bandeiras Nacionais e mais 8 bandeiras de diferentes cores raiantes semicirculantes. Todo o frontispício tem uma altura de 55 palmos e 45 de largura. Detrás do frontispício, que forma um arco triunfal, estende-se o Pavilhão num comprimento de 64 palmos e 45 de largura. Cada lado é formado por 6 arcadas de 11 palmos de altura e 9 de largura, cujas pilastras se acham igualmente ornadas com capitéis. Em cima destas arcadas acham-se a cornija correspondente e um parapeito, interrompido por 5 pilastras e enfeitado de grinaldas de veludo verde. O frontão do

lado do fundo é formado por 4 pilastras de 24 palmos de altura, ornadas de capitéis, sobre os quais assentam-se a arquitrave e a cornija do oitão, que acaba em um docel, do qual pendem cortinas de veludo verde com franjas amarelas, cujas pontas são presas em duas pequenas pilastras laterais, ornadas com vasos de porcelana com flores naturais. Por baixo do docel acham-se as Armas Brasileiras, e duas ricas cadeiras de môgno com estofos de damasco amarelo, e por cima a Bandeira Nacional e quatro outras de diferentes cores. O interior, como também toda a plataforma e a ponte, é alcatifado de tapetes de damasco e decorado com cortinas de seda; o docel do lado direito de veludo verde, ornado com cortinas de chamalote de seda cor de rosa, com franjas. Do teto pendem três candelabros. As pilastras das arcadas são envoltas com flores artificiais na forma de espiral. Em derredor delas circula grande número de arandelas. Seis mastros existem aos lados do frontispício, ornados cada um com 4 bandeiras de diferentes cores e um Pendão Nacional».

O sucinto relato compreendido neste capítulo parece evidenciar o estado de espírito das autoridades públicas e do povo da Paraíba, fervorosamente empenhados em garantir brilho e conforto à permanência de D. Pedro II e sua comitiva na terra inicialmente povoada pelos tabajaras. Àquele tempo, no Segundo Reinado, havia comunhão mais íntima entre os sentimentos dos membros da comunidade paraibana e os homens destacados para representá-la na órbita gerida pelos governantes do Brasil. Mas é de justiça reconhecer-se que, agora como antes, as aspirações comunitárias desta nossa terra continuam voltadas para os movimentos em que os vínculos de solidariedade social possam intensificar-se em clima de ordem, paz e confiança. Afinal, reunida ao trabalho ardente e aos frutos que nos concede, nenhuma outra trilogia mais simboliza o bem-estar do povo.

V. ARCOS E POUSADA

No percurso feito por Suas Majestades, do Porto ao Palácio, os lugares de honra foram assinalados por três arcos, símbolos do triunfo, sob os quais o cortejo imperial deveria passar. É provável que o engenheiro Polemann, idealizador do Pavilhão construído no ponto de desembarque, também tenha sido o autor ou inspirador do projeto relativo à construção dos três arcos. O primeiro foi financiado pelos comerciantes da Capital e erguido no local denominado Paço com a seguinte descrição: «Este arco, o do Paço, é sustentado por duas pilastras com seus capitéis, sobre os quais se acham dois jarros com folhas de independência; no centro do arco, do lado do mar, acha-se colocada uma grande coroa de metal dourado e do lado da Cidade um globo do mesmo metal».

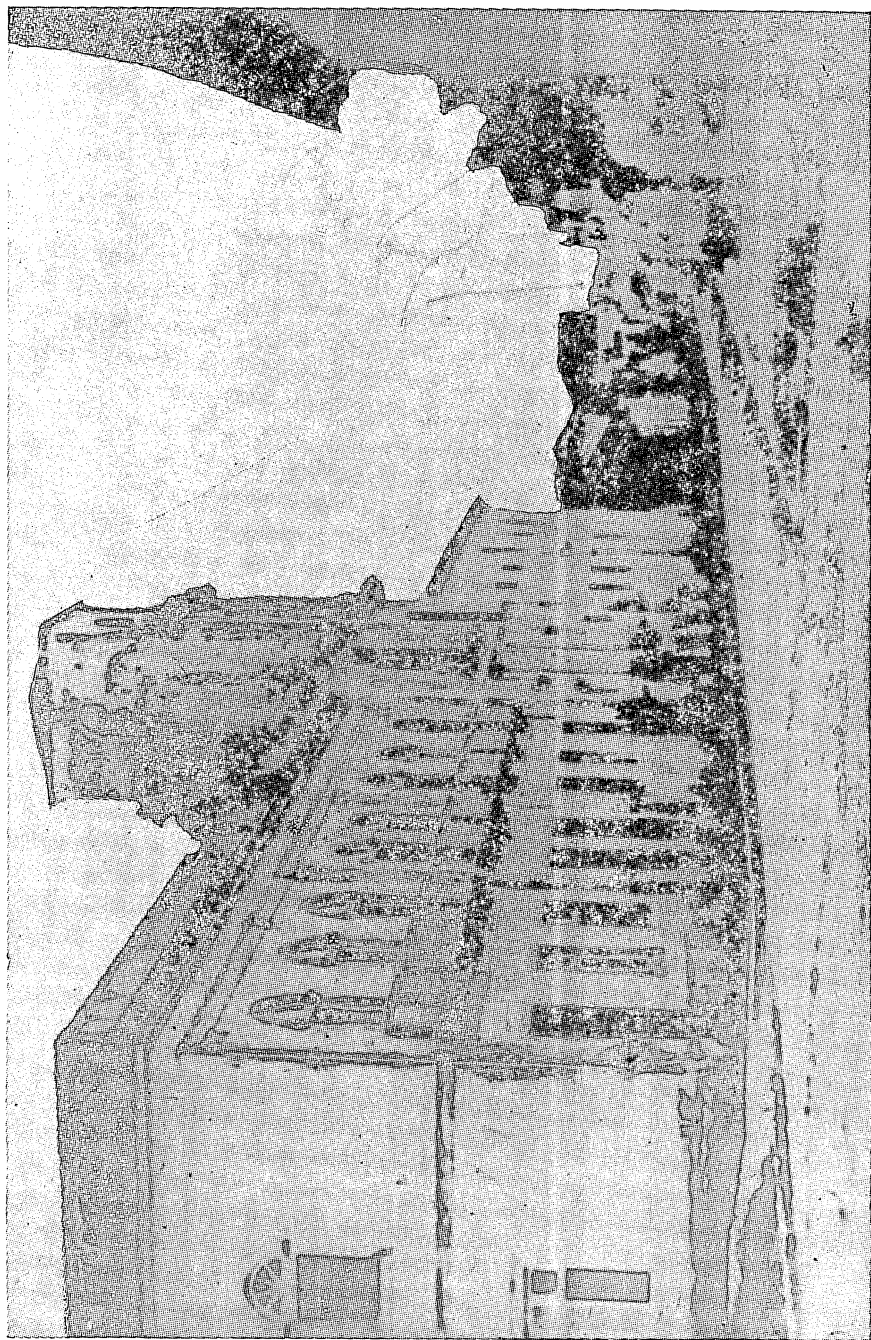
O arco dava suporte a grande mastro, em forma de gávea de navio, no qual tremulava o Pavilhão Nacional. Desciam pelos lados várias bandeiras, à feição de signos, figurando um mastro de navio em dia de grande gala. Finalmente, uma profusão de pequenas bandeiras de nacionalidades diferentes lhe guarneciam o fuste. A imponência daquele monumento inclinado numa curvatura de abóbada há de ter engrandecido a imaginação do povo em hora de fascínio. A Paraíba daquele tempo não era chamada a ver o esplendor na rua, muito menos a Paraíba da criançada sem recreio, que lhe vinha chegando no desconhecimento dos brinquedos armados nos jardins floridos ou noutros jardins habitados por animais enjaulados e pássaros presos em gaiolas.

O segundo arco foi armado na Rua da Areia, no ponto de sua confluência com a Rua da Conciliação. O arco era de estilo gótico, com três arcadas sobre pilastras. A pilastra do centro possuía dezoito palmos de largura e as duas laterais apenas dez; sua elevação pouco superava a largura total. No centro dos remates góticos, que davam sustento às arcadas, várias inscrições se punham à leitura dos observadores. Para cada lado externo, no total de quatro, pendia um

mastro venesiano. Bandeiras de seda desfraldadas ao vento, em cores variadas, repontavam no topo em todas as direções. No feixe superior da arcada central viam-se as Armas Imperiais ao natural. A Coroa apresentava-se em metal dourado e os ramos de fumo e café no mesmo metal, embora pintado. Salientava-se o escudo, com suas vinte estrelas em madeira e pintura envernizada. As Províncias estavam ali representadas. Ao centro, destacadamente, o Pavilhão Nacional colorido em seda.

O terceiro e último arco foi erigido em frente à Igreja da Santa Casa de Misericórdia, na Rua Direita. Quatro colunas dóricas davam-lhe apoio; duas de cada lado sobre pedestais com frisos e cornijas. As colunas aparentavam revestimento em mármore branco, apresentando nos capitéis e cornijas molduras douradas que davam realce ao conjunto. De cada lado, por cima das cornijas, sobressaía um jarro com oito palmos de altura e do qual pendia um ramo com folhas de independência. O arco fechava-se com uma cortina adamascada cujos flancos se prendiam nas colunas, sustentando no meio uma grande coroa de metal dourado. Ao alto, a miniatura sobreposta de outro arco guarnecido com seis bandeiras; no centro, duas do Brasil. As duas em seguida, uma de cada lado, bandeiras de Nápoles; nas extremidades opostas, uma de Portugal e outra da Áustria.

A lembrança de colocar-se nesse terceiro arco a bandeira de Nápoles há de ter sensibilizado a Imperatriz. Tratava-se de uma homenagem em que o carinho prevalecia como prova de afeição velada. A Imperatriz não poderia deixar de sentir-se tocada, emocionada. Embora seu coração partilhasse de todos os prós e contras da vida nacional, nas horas de júbilo ou de aflição, a presença da sua Pátria pulsava no íntimo das saudades por ela cultivadas. Ao Imperador, por outro lado, abria-se lenitivo com as simbolizadas imagens de Portugal e da Áustria, pátrias de seus pais: D. Pedro I e D. Leopoldina, respectivamente. Mas também é de realçar-se na lembrança enternecedora a finura de alma do povo paraibano.

Os arcos embandeirados e construídos a capricho exprimiam aos olhos dos Augustos Hóspedes mostruário de requintes artísticos, é certo, mas idêntica expressividade revelaram o labor e o primor que existiram no preparo da pousada onde o Imperador e a Imperatriz viveram enquanto na Cidade. Já foi recordado que o Palácio do Governo Provincial recebeu decoração estilizada, com móveis novos, tapetes trocados, candelabros refulgentes, jarros de porcelana fina, castiçais trabalhados por mãos de mestre e quantos outros apetrechos ou lavores do melhor gosto. Houve um milagre de transformação; o velho solar, pobre e murcho, passara a ser uma vivenda confortável e atraente. Muito contribuíram para a mudança prestidigitadora o Presidente Am-

O Palácio Presidencial da Paraíba, onde D. Pedro II ficou hospedado em 1859.

brósio Leitão da Cunha e sua família. Uma das filhas do Presidente foi bordadeira da vistosa almofada que constituiu adorno da Sala de Despachos de D. Pedro II.

A crônica da época assim descreveu o Palácio do Governo: «O Paço Imperial achava-se colocado em um ponto central do Bairo Alto, em que se divide esta Cidade. Ocupa uma das mais belas posições topográficas, correndo a fachada do Edifício ao Noroeste e lado direito ao Suleste. Tem em frente um largo campo em forma quadrada e do lado direito outro de não inferior dimensão. Domina um belo ponto de vista; pela frente a Rua Direita, desde o magnífico Cruzeiro de São Francisco até a das Trincheiras, a Rua das Mercês, que corre em um dos ângulos do quadro e outras que desembocam no campo; e pelo fundo o Bairro Baixo, o Rio Paraíba, que borda a Cidade, e o ancoradouro são os pontos de vista que fecham o horizonte que se oferece aos olhos do observador».

O Paço da Assembléia Provincial, «convertido em grande Salão», plantava-se na extremidade oposta. Ali a Província ofereceu às Suas Majestades esplêndido baile em reconhecimento festivo pela visita com que a Paraíba foi distinguida. No centro contíguo ao Paço Imperial via-se um belo templo, que, outrora, fora o Colégio dos Jesuítas. Após serem eles expulsos, o templo desandou na profanação; já não possuía a decência inerente «à morada do Senhor». Depois, graças ao zelo e ao desvelo do Presidente Ambrósio, voltou a oferecer aos devotos o ambiente de contrição religiosa antes purificado «para a celebração do mais sublime sacramento: o da Eucaristia». O Presidente era afeiçoado ao culto da Igreja Católica.

O Paço Imperial havia sido decorado com extrema sobriedade, embora os ornatos que o valorizavam; a sobriedade transparecia na combinação das cores de suas pinturas e cortinas. Uma senhorial escadaria construída com pedras de cantaria facilitava o acesso aos salões e demais interiores nobres. A escadaria apresentava-se revestida de tapetes adamascados em róseo vivo, com listras verdes e amarelas sobre forro de esteiras. Idêntico revestimento se estendia aos corredores. Nada contrastava, nenhum aspecto bizarro: o bom-tom imperava com discreção e apuro. Luxo não havia, mas simplicidade esmerada, caprichada. Dir-se-ia ter existido o propósito de emprestar-se ao conjunto cenário que espelhasse aquela mesma visão, sem atavios, da alma enobrecida no íntimo do Imperador.

A primeira sala era a de espera. O assoalho havia sido forrado com esteiras e as paredes com papel branco adamascado. A mobília de jacarandá distribuía-se esparsamente, vendo-se na parte principal um

conjunto de sofá e cadeiras em número reduzido, armando círculo. Ao centro, uma redonda mesa estilizada com tampo oculto numa toalha de veludo. Outras mesas existiam nos cantos da sala com jarros de porcelana dourada, castiçais de cristal e bibelôs avulsos. Ali os visitantes poderiam aguardar os hóspedes festejados numa atmosfera atraente e amena. Não havia extravagância ou desperdício que porventura pudesse contrafazer o ânimo crítico dos observadores exigentes.

A segunda sala destinava-se à recepção de Sua Majestade Imperial. O assoalho fora coberto com um tapete fino e aveludado, sobre fundo branco. As paredes apresentavam-se com um forro de papel também branco, mas adamascado com sanefas verdes. As portas haviam sido pintadas a óleo, numa cor azul de tom cerúleo. No limiar, capachos confeccionados com lã de carneiro. O mobiliário, os candelabros, os adornos, os enfeites, tudo numa conjugação simétrica de cores, medidas e distâncias. Ali poderiam reunir-se à vontade aqueles que lucrassem o emprego do tempo no convívio nobre do Imperador e da Imperatriz, assim como dos membros da Comitiva Imperial, das autoridades provinciais e demais pessoas de trato polido.

Nas duas salas de entrada flutuavam reposteiros; uma sala dava acesso ao Gabinete de D. Pedro II e outra à sala do docel. Na primeira, os resposteiros bordados à agulha, com desenhos das Armas Imperiais, não quebrariam a claridade mansa do ambiente, que se prestava à conversação em tom de respeito e confiança. A sala de entrada contígua à do docel havia sido equipada com uma rica mobília de jacarandá, em primoroso trabalho ao estilo Luiz XV; sobressaía ao fundo um sofá de artístico e paciente entalho. Sobre os consolos e na mesa do centro, cobertos com mármore fino, serpentinas e candelabros dourados em bronze e pingentes de cristal. Arandelas derredor, nas paredes, à espera dos pingos de vela. Ali e acolá, vasos de porcelana com douração de Sèvres. Distante, ainda mais enobrecendo a sala, um piano em proporções de vulto.

Na terceira sala, a sala do docel, viam-se o assoalho forrado com um tapete de veludo sobre fundo escuro e as paredes de papel branco adamascado com frisos que imitavam ouro. Dos umbrais das portas, presas por lanças também douradas, pendiam bambidelas de cassa da Índia. No teto, ao centro, a douração refletindo-se no desenho das Armas Nacionais conjugava-se com as linhas das demais cores do Pavilhão Brasileiro. Ao fundo, soberbo e solene, o trono. O acesso ao sólido elevado tornava-se fácil; os degraus, de altura curta, eram de subida suave. Ademais, tornavam-se macios com seu forro de veludo verde e frisos dourados. Cortinados adamascados em seda verde, franjados com finos galões e presos por bordas de ouro, ainda mais

relevo ofereciam à efígie do Imperador. A grandeza não excluía a sobriedade.

A quarta sala, a sala destinada ao Gabinete de Despachos de D. Pedro II, apresentava-se com o assoalho coberto por tapetes amplos e paredes de papel adamascado, branco e azul. O cenário, discreto e simples, era por isto mesmo sugestivo; permitia ao Imperador serenar ainda mais o espírito e entregá-lo às lucubrações. A própria mobília de jacarandá, um conjunto de cadeiras com braços de esmerado entalho, refletia desafetação. O esmero significava polimento. Sobre os consolos em número restrito, cobertos de mármore pálido, viam-se jarros de vidro com ornatos em forma de frisos dourados e castiçais de bronze embelecidos por artesanatos de agradável gosto. A sala do Imperador não destoava das outras peças no apuro artístico, mas possuía cunho de marcante singeleza. O luxo lhe daria muxoxos.

Em sofá isolado no canto, próximo de uma janela, destacava-se bela almofada de encosto, confeccionada em veludo carmesim; seus bordados exprimiam lavor posto em relevo, realçando pontos tecidos com entrelaçamento de contas. A almofada fora confeccionada por uma das filhas do Presidente da Província, conforme referência feita noutra página desta monografia. A prenda poderia ornar dependência faustosa do Palácio, mas a bordadeira carinhosa há de ter querido significar ao Imperador o sentimento direto do seu respeito filial. A mesa de D. Pedro II, sua escrivaninha, era uma espaçosa fabricação em jacarandá. Ela se punha retraída, no canto mais esquivo da sala, como se estimulando ainda mais o usuário insigne à concentração do espírito em hora de trabalho intenso. Perto, para ilustração do olhar curioso, um projeto de ponte de ferro sobre o Rio Sanhauá, oferecido por Thomas Dixon Lowdem. Adiante, para enlevo do sentimento atraído, um vaso de porcelana com trigo produzido na Província.

A quinta sala destinava-se às refeições. Amplas esteiras cobriam o assoalho e um belo papel estampando paisagens de Nápoles forrava as paredes. No centro da sala extensa, em amarelo vinhático, a presença envolvente de uma bem disposta mesa elástica. Perto da sua cabeceira, quase unida, outra mesa de tamanho pequeno, também em amarelo vinhático, reservada para o Imperador e a Imperatriz. Ornavam os lados quatro aparadores de mogno com tampos de mármore. Outro bufê existia em amarelo vinhático, de largas dimensões, contendo uma baixela de prata lavrada primorosamente, além de salvas, paliteiros e demais utensílios adequados. À parte, dois armários, ainda em amarelo vinhático, para a guarda dos equipamentos necessários ao serviço de mesa, inclusive peças de porcelana dourada de Sèvres. Em hora de almoço ou jantar, vasos de vinho e pratos com guloseimas; algumas preparadas com famosas frutas do Pará.

A sexta sala, com lavatório, espelho e demais apetrechos, era o compartimento destinado à toalete da Imperatriz. O chão apresentava-se forrado de esteira, como quase todas as outras dependências da pousada imperial, e as paredes, por igual, cobriam-se com papel adamascado. O mobiliário revelava bom gosto: um guarda-roupa com desenhos de madeira em ambas as portas; um toucador de mogno coberto com uma pedra de mármore e ornado com uma serpentina de bronze dourado, deixando à vista pingentes de cristal e frascos de perfumes finos; um lavatório também de mogno com um espelho ao centro e um serviço de porcelana de Sèvres. E mais: toalhas de linho com labirintos; extenso espelho para abranger o corpo inteiro de quem se mira; um consolo com pedra de mármore, dando suporte a castiçais de bronze dourado e pingentes de cristal; uma escrivaninha de prata, em forma de concha, contendo a figura de Mercúrio sobre um globo dourado; cadeiras de mogno e apetrechos complementares.

A sétima sala era o aposento de repouso. Assoalho forrado de esteira e paredes cobertas de papel adamascado. Ao centro, uma bela cama francesa de erable com guarnições de mogno. Uma espessa colcha de seda amarela, sobre finos lençóis de linho bordado, revestia o colchão. Almofadas de cetim também amarelas e cor-de-rosa, ocultas em fronhas de linho com enfeites de crivos bordados à agulha, adornavam as cabeceiras da cama. Da cúpula envolta em sanefas de seda verde pendia sobre o leito riquíssimo cortinado de linho branco, bordado também à agulha. Em cada lado da cama, à cabeceira, uma banquinha de erable com guarnição de mogno e tampo de mármore; também em ambos os lados, capachos de lã de carneiro. O revestimento das vidraças, abertas sobre o camarim, repetia o gosto das cores quase sempre preferidas: forro de seda amarela com franjas verdes. As cores principais do Pavilhão Nacional.

A oitava sala, a do camarim de vestir do Imperador, não variou na apresentação interna: assoalho forrado de esteiras e paredes revestidas de papel branco adamascado. O guarda-roupa, à mesma feição do que existia no camarim da Imperatriz, também de mogno. O mogno valeu, ainda, à confecção de quase todo o mobiliário: do lavatório de erable por ele guarnecido e coberto de mármore, contendo peças de porcelana e perfumaria variada; dos dois consolos também com *mármore em* pedra granitosa; da cama coberta por uma colcha de damasco verde, escondendo o colchão macio e pondo à mostra almofadas de encosto, em cetim cor-de-rosa, vestidas com fronhas de linho bordado à agulha. Castiçais de bronze dourado, com figuras que imitavam Orfeu, ressaíam sobre os consolos. A diferença maior entre os camarins, o da Imperatriz e o do Imperador, estava em que o de D. Pedro II ainda continha

um repositário de charutos finos e um pequeno castiçal de prata, em cuja luz poderiam ser acendidos.

As demais salas possuíam cunho menos acentuado na decoração. A nona fora reservada como aposento da Dama de Honor da Imperatriz; seu mobiliário de jacarandá era vistoso e suas paredes faziam realçar o forro escuro de papel adamascado. As outras salas, da décima à décima quinta, com móveis de jurema, não discrepavam na distinção. A sala décima sexta possuía em suas paredes vários quadros, um dos quais com inscrição dos nomes de todos os Capitães-Mores, Governadores, membros do Governo Provisório, Presidentes e Vice-Presidentes que governaram a Província desde o ano de 1684. Outro quadro ilustrava em miniatura o Planisfério do Mundo e uma planta da Cidade de autoria do Capitão-Engenheiro e Bacharel em Direito Francisco Pereira da Silva. No conjunto, o mesmo apuro, o mesmo gosto artístico. Nenhuma valia menos que as outras, em conforto e decência.

A décima sétima era a Sala de Orações do Imperador e da Imperatriz. Contígua à Capela-Mor da Igreja do Colégio e à tribuna da mesma Capela, que era a do Paço, a sala apresentava-se inteiramente esteirada. Sua mobília era toda de jacarandá e sobre as mesas eram vistos castiçais de cristal. Na tribuna voltada para a Capela-Mor, de onde o Imperador e a Imperatriz assistiam à celebração dos atos religiosos, existia um genuflexório revestido com um forro de tecido adamascado. Por fim, a última e discreta sala, a sala décima oitava. Ali, onde existiam uma larga banheira e alguns móveis de jurema, os Augustos visitantes faziam suas abluções. No recinto, os ingredientes necessários: esponjas, escovas, desodorantes, sabonetes e demais produtos necessários ao asseio, apresentados conforme a fabricação da época.

As peças juntavam-se através de um corredor principal forrado com uma esteira esguia; globos dourados nas paredes e ao amplo, espaçadamente, cadeiras de braços. Os quartos da criadagem, uma cozinha imensa e a cocheira ocupavam áreas do andar térreo. A descrição alinhavada neste capítulo encontra-se com pormenores nos documentários daquele tempo. Então, ainda não existia alcatifa adequada para o revestimento do piso: o sucedâneo foi encontrado nas esteiras da melhor qualidade, confeccionadas pelos bons artesãos. Sobre algumas, estendiam-se coberturas de tecido espesso. As esteiras assim dispostas, em cores vivas, alegravam o ambiente e ocultavam as falhas existentes nas madeiras dos assoalhos. Nada se omitiu; tudo foi imaginado e atraído, até mesmo os charutos fumados pelo Imperador.

A Imperatriz voltou a ser ternamente lembrada com a idéia de estampar-se nos desenhos do papel de revestimento das paredes da

sala de refeições uma série de paisagens do Reino de Nápoles. Sabe-se que o bem-querer verdadeiro não se revela de forma ostensiva; muito mais, dá ares de presença em suas provas veladas. A Paraíba não se alheou ao sentimento que assim se manifesta, tanto no preparo da hospedagem do Imperador e da Imperatriz como durante a permanência de ambos na Província. Em não poucos momentos D. Pedro II e Dona Tereza Cristina hão de ter sentido, sem quebra do respeito que lhes era devido, o afeto e o júbilo da população. Tais sinais de benquerença até nos olhos se cruzam; às vezes, mais intensamente do que nos lábios ou nas mãos. Os olhos do Imperador e da Imperatriz tiveram certeza disto.

A Igreja da Matriz, na qual os Augustos Visitantes deveriam assistir ao *Te-Déum*, não dispunha de paramentos condignos. Para suprir-se a falta, promoveu-se a aquisição em Pernambuco de ricas alfaias e um pálio; tudo foi confiado ao Vigário a fim de ser utilizado no dia programado para a celebração do ato solene. A entrega foi feita em forma de doação incorporada ao patrimônio da Igreja referida. Além do pálio, incluíram-se na encomenda cinco capas de asperge e um véu de ombro, segundo o registro da crônica; a compra totalizou a importância de 3:922$940. Conforme a referida crônica esclarece, a cerimônia primou pela imponência e pela contrição. O templo abriu-se à comunhão de todos os devotos e viveu hora de grandeza sacra.

As mesmas insuficiências de acervo religioso, verificadas na Igreja da Matriz, existiam na Capela do Colégio situada ao lado do Palácio da Presidência. A Capela atravessava fase deplorável: sua conservação não apresentava sinais de sustento. Este aspecto negativo deprimiu o ânimo dos responsáveis pela execução do programa que deveria ser cumprido no curso da permanência dos Augustos Hóspedes. A Capela havia sido escolhida para servir de ambiente às práticas religiosas de ambos e o Presidente da Província se deu conta de que se tornava imprescindível sujeitá-la a reforma severa. Os reparos foram de substância, acrescendo-se ao valor das despesas a aquisição de paramentos e peças de altar; inclusive, hostiário, cálice, patena. O culto nunca talvez se tivesse julgado tão enriquecido.

Os pertences de prata que antigamente foram de propriedade da Igreja, depois custodiados na Tesouraria da Fazenda, vieram a ser postos na Capela. Esta adquiriu fisionomia nova e ainda maior expressão passou a possuir com os equipamentos de que foi dotada. Sua recuperação e seu enriquecimento foram favorecidos pela idéia dominante de torná-la em condições de servir ao bem da alma dos crentes durante a permanência do Imperador e após o regresso de Sua Majestade à

Corte. Assim, a Igreja da Conceição pôde restaurar as primitivas características do tempo em que era freqüentada pelos Jesuítas e conservar-se tal como então constituída. O Presidente da Província desejou que as tradições fossem salvaguardadas. Ele afortunou-se ao ver concluídos todos os preparativos, restando-lhe, apenas — o que foi feito — convidar as autoridades civis, militares e religiosas, bem como o povo em geral, para receber no Cais do Porto e acompanhar ao Paço, no dia e hora aprazados, o Imperador e a Imperatriz.

VI. DESEMBARQUE DO IMPERADOR

No dia 24 de dezembro de 1859, a uma hora da tarde, a Esquadrilha Imperial estava passando em frente ao Forte de Cabedelo. O Forte saudou-a com uma descarga de canhão. Decorridos alguns minutos, voltou a saudá-la com duas descargas de todas as peças no exato momento de entrada da Esquadrilha no estuário do Paraíba. O Pavilhão Nacional luzia. A exultação da guarnição crescia. As emoções pulsavam no íntimo de todos. Nada teria força para desviar as atenções num só ponto concentradas. As ordens de comando, o burburinho cálido, o cheiro penetrante de pólvora, o recuo e o avanço das peças, a agitação festiva, nada! Tudo fazia lembrar os dias de glória daquela sentinela avançada da Paraíba. Por mais de uma vez ela teve de defender a terra onde permanece plantada. Mas, então, os fatos heróicos do passado se convertiam no fausto de uma nova alegria soberana.

Duas girândolas subiram ao ar com intervalo de dois minutos, partindo da torre do Colégio. Dois tiros de canhão foram disparados do Quartel de 1.ª Linha. Os sinos repicaram do alto das Igrejas o anúncio da presença da Esquadra Imperial. A Esquadra vinha chegando, sulcava as águas do Paraíba e aproximava-se da Cidade. Frêmitos, ovações, exultação incontida. Ninguém seria mais ninguém; todos eram gente de corpo e alma no alto nivelamento cívico do amor à Pátria ali simbolizada na presença do Imperador em terras paraibanas. Voz nenhuma discrepava. Nenhum coração adulto e válido esteve ausente. A imagem de Sua Majestade entranhava-se no seio do povo. Os embalos do sentimento engrandeciam o peito dos homens e faziam ondular a multidão compacta. Nunca mais a Paraíba viverá tarde igual.

De inòpino, o meio Batalhão de Linha e a Guarda Nacional, ambos de prontidão, as autoridades, o clero, os funcionários públicos de todos os níveis, a burguesia, a gente de todos os estamentos ou o povo, em suma, todos se acotovelaram na beira do Cais do Porto. Dir-se-ia que uma procissão maciça se havia dissolvido de repente para reaparecer

adiante em tumulto, sem encontro de rumo ou rumando com a alma indiferente aos passos. Dali, do Cais do Porto, ninguém haveria de sair enquanto o Imperador não sentisse o pé no chão e o povo não tivesse nos olhos a presença do Imperador. Ninguém deixaria de fazer conjeturas sobre a sua maneira física de ser, ou sobre o porte da Imperatriz, ou sobre esse ou aquele homem importante da Comitiva Imperial. Os comentários cruzavam-se no regozijo. Anseios pulavam do peito de toda a gente e generalizavam clima de euforia.

Afinal, chegaria o momento posto no auge das vibrações; o momento em que, quase ombro a ombro, todos veriam o Esperado supostamente caído do céu. Suas Majestades pisariam o chão paraibano, sentiriam o ar da terra paraibana, viveriam a Paraíba tal como a sentiam os paraibanos. La vinha o vapor APA, deslizando mansamente! Quem olhasse o relógio mediria a altura do tempo: três horas da tarde. O rio parecia também cheio de íntimo conforto; suas águas límpidas e tranqüilas talvez quisessem refletir uma serenidade predisposta à comunhão das lágrimas que porventura desabrolhassem no silêncio emotivo de quantos chorassem de alegria. Mas a vibração cobriria as emoções silenciosas. Logo foram ouvidos no espocar de sucessivas girândolas, que riscavam as alturas abertas em todas as distâncias, os sinais da presença do Imperador.

As embarcações nacionais e estrangeiras ancoradas no Porto, em linha, com suas bandeiras ao vento, saudavam a passagem do APA com tiros de canhão acompanhados pelos aplausos das tripulações. Apenas cinco minutos haviam passado quando o navio que conduzia o Imperador e sua comitiva fundeou no Porto. O Hino Nacional, ouvido com emoção intensa, vibrou a bordo nos acordes da Banda de Música do vapor. A multidão comprimida no Cais, juntando-se às tripulações dos navios reunidos, fartaram-se nas ovações delirantes. Já eram ouvidas as Bandas de Música alinhadas em terra, mas ninguém poderia calcular a intensidade dos seus arroubos, que se misturavam aos vivas frenéticos e às aclamações retumbantes do povo em hora de arrebatamento inédito. A Paraíba nunca sentira antes, nem sentiria depois, maior momento de apoteose. A grandeza por ela então vivida justifica o preparo desta monografia.

Houve uma pausa que valeu ao Presidente Ambrósio Leitão da Cunha, posto no palanque em companhia do Secretário e do Ajudante de Ordens, para uma comunicação dirigida ao povo de viva voz: «Suas Majestades desembarcariam às 4 horas e trinta minutos». A tarde subia ao encontro de outro anúncio estrelado: o de chegada do Natal no dia seguinte. A alma do povo sentia-se duplamente purificada. A comunicação do Presidente da Província não falhou; o cerimonial em nenhum

momento claudicaria. À hora aprazada, sem um instante de atraso ou avanço, Suas Majestades desceram à galeota acompanhadas de toda a comitiva e do Presidente Ambrósio. Na descida, o cortejo atravessou à frente das embarcações enfileiradas, que se juntaram de um lado; do outro lado, barcos, jangadas e canoas também desfraldando bandeiras. Por todos os lados, sinais sonoros de hosana.

D. Pedro II, em uniforme de General, assomou à ponte de desembarque juntamente com D. Tereza Cristina e ali foi recebido pelos membros da Câmara dos Vereadores em suas vestes oficiais e por mais de cinqüenta senhoras que se encontravam no Pavilhão. A mão de Sua Majestade foi beijada naquele mesmo local sob «os mais frenéticos e entusiásticos vivas e aclamações do povo». Dali, sob o pálio, dirigiram-se para o Pavilhão, onde lhes foi oferecido pelo Padre Chacon, visitador da Província, o crucifixo a ser osculado. Ainda ali, no Pavilhão, onde se sentara ao lado da Imperatriz, ambos em ricas cadeiras de mogno estofadas em damasco amarelo, D. Pedro II recebeu as chaves da Cidade colocadas numa bandeja de prata. As chaves lhe foram oferecidas pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Francisco Alves de Souza Carvalho, que se fazia acompanhar de todos os membros da edilidade. Na ocasião, o ofertante pronunciou breve discurso.

Os soldados do Primeiro Batalhão da Guarda Nacional e os de Primeira Linha, no total de seis mil, postaram-se de um lado e de outro das ruas a serem percorridas por Suas Majestades, desde o Pavilhão de desembarque até ao Paço Imperial, compreendendo o Varadouro, Paço, Rua da Areia, Rua da Conciliação, Largo do Quartel, Ladeira das Pedras, Rua Nova. Todo o trajeto recamava-se com folhas de pitanga, junco e canela. Bandeiras Imperiais e colchas de damasco pendiam das varandas dos sobrados e das janelas das demais casas. As senhoras jogavam flores em direção às Suas Majestades, acenavam-lhes lenços brancos e as vivavam insistentemente. Tais manifestações de regozijo, por vê-las tão de perto, se repetiram em todo o trajeto, mostrando-se o Imperador e a Imperatriz extremamente agradecidos.

No chamado Paço, local do Varadouro, o cortejo atravessou sob o primeiro arco erigido pelos comerciantes da Capital. Adiante, entrando na Rua da Areia, a travessia foi feita por baixo de outro arco triunfal. Perto, havia um ajuntamento de vinte meninas vestidas de branco e ostentando os cabelos soltos. Todas tinham aproximadamente a mesma idade e traziam na cabeça capela também branca de flores naturais, além de uma larga banda de estofo nas cores verde e amarelo; em cada banda lia-se o nome de uma das vinte Províncias do Império. Em certo momento, a menina que representava a Paraíba adiantou-se para ofe-

recer a D. Pedro II vistoso ramo de flores naturais. Ao fazer o oferecimento, recitou com voz trêmula de emoção estas palavras:

«Deus te salve, ó Soberano,
Filho de D. Pedro I».

O Imperador não pôde conter o impulso de sua emotividade ao estender carinhosamente a mão ao beijo da graciosa ofertante, que, em seguida, ofereceu ramalhete semelhante à Imperatriz, dizendo-lhe:

«Deus te salve, Augusta Esposa
Do Monarca Brasileiro».

Dona Tereza Cristina, tal como D. Pedro II, teve sua mão beijada pela menina, a quem amaciou o rosto com ternura numa prova de amor maternal. Todas as demais meninas beijaram em seguida as mãos de Suas Majestades.

O séquito continuou o desfile, rumando em direção à Matriz. Era imensa a multidão que o acompanhou. A cada instante, novas ovações que desciam das janelas ou subiam das calçadas. Quase não havia pausa; quando os aplausos serenavam aqui, ainda mais vivamente eram ouvidos além. O cortejo ia indo, compassado e vibrante, como se não desejasse ter hora de parar. Mas, depois de longo tempo de arrastamento, chegou à porta do templo aberto. Divisavam-se de longe os altares floridos, a iluminação viva, a disposição das alfaias preciosas, a ordem das acomodações. Eis que se movimenta o povo à espera, abrindo passagem ao Imperador e aos demais membros de sua comitiva. Há um instante de atenção quase religiosa. D. Pedro II e os demais tomam seus lugares, achegando-se nos espaços vazios do templo parte do povo acompanhante.

O sermão do Padre Lindolfo José Correia das Neves, pregador da Capela Imperial, é ouvido ao final do *Te-Déum*. O sermão, longo e bem torneado, mais traduzia uma oração em que o orador dava graças a Deus pela «próspera e feliz viagem de Suas Majestades à Província da Paraíba». Cumpria-se parte do programa pacientemente organizado com aquela cerimônia religiosa. Sempre sob aplausos e vivas, o cortejo volta a movimentar-se; já então, rumo ao Paço Imperial. Ouvem-se girândolas, aclamações, estrépitos que traduzem entusiasmo incontido. Os Augustos Visitantes, sob o pálio conduzido pelos membros da Câmara Municipal, passam por baixo do arco construído em frente à Igreja da Santa Casa de Misericórdia e seguem adiante. D. Pedro II em nenhum momento revelou cansaço; o entusiasmo popular retemperava-lhe o ânimo. Ele havia completado 35 anos de idade naquele mês de dezembro.

Enfim, o Imperador e a Imperatriz chegam ao Paço e dirigem-se a uma das janelas abertas sobre a praça. A crônica realça aqueles instantes de sua permanência ali, frente a frente do povo compactamente aglomerado. As manifestações de amizade e carinho da multidão imensa, que parecia sintetizar toda a Paraíba, não se dispunham a aceitar armistício. Embora a guerra fosse de amor filial, a impressão generalizou-se no sentido de que ela se prolongaria indefinidamente. Mas haveria de chegar com os prenúncios do anoitecer a hora do lento esvaziamento da praça. Pudera! O povo estivera em expectativa, à espera do Imperador, durante o dia inteiro. Talvez muita gente tivesse amanhecido fora de casa. Mas quanto valeu a pena aquela demorada confraternização cívica! A Paraíba ainda mais se uniu.

Naquela sala do docel, forrada por um tapete de veludo e com suas paredes revestidas de papel adamascado, via-se o trono ao fundo. Subindo a escadaria com os pés movimentando-se nos degraus cobertos de veludo verde, D. Pedro II atingiu o topo e sentou-se no trono. Dava-se início à cerimônia do beija-mão. As senhoras, seguidas pelos membros do Corpo Consular, tinham precedência. Uma pausa interrompeu a cerimônia para abrir-se à saudação do Cônsul Britânico Henrique Krausee, interpretando os seus sentimentos e os dos seus colegas de missão. Após a alocução, a cerimônia teve prosseguimento. Ninguém ali presente deixou de beijar a mão do Imperador. Mas o cerimonial confundiu-se em alguns instantes, pois o calor humano despercebeu-se de sua rigidez. Não suava, decerto; soava na vibração de todos.

Lá fora, a Cidade já se apresentava iluminada ao findar-se aquele encontro solene. As ruas, as casas, os arcos e o pavilhão pareciam mesclar a claridade da luz com a alegria popular. Em frente ao Paço, principalmente ali, a parecença imaginada era de feerismo. As ruas provincianas, quase sempre desertas à noite, não tinham temor nem sono. Mesmo se um ou outro as surpreendessem, elas contariam com a vigilância festiva das Bandas de Música que as cruzavam a miúdo. Não só homens feitos e mulheres eram vistos nos passeios levados pelo entusiasmo, também as crianças já taludas. O entusiasmo gerava o entusiasmo, que às vezes se tornava frenético. A Capital da Província estava realmente, de corpo e alma, engalanada. E a euforia só passou com o regresso do Imperador à Corte.

Às 9 horas da noite foi servido o jantar numa florida mesa ao centro da Sala de Refeições. Ali estavam D. Pedro II e D. Tereza Cristina. Ao lado, noutra mesa de maiores dimensões, viam-se o Ministro do Império; o Presidente da Província e Senhora Ambrósio Leitão da Cunha, D. Maria José, em companhia de Maurícia, filha do casal; o senador Frederico de Almeida e Albuquerque; o Chefe de Polícia e semanários.

A refeição prolongou-se em ambiente amistoso, descontraído, cordial. Os pratos sucediam-se numa lentidão que estimulava as conversas amenas. O apurado sabor das iguarias e o festejado humor dos diálogos revezavam-se no sustento das horas. À sobremesa, foram oferecidos aos convivas doces vindos do Pará por encomenda do Presidente Ambrósio.

À meia-noite, Suas Majestades, em companhia dos membros da comitiva, dirigiram-se à Igreja da Conceição, a Capela Imperial. A Capela ficava contígua ao Palácio, como lembrado em página anterior, ao mesmo comunicando-se por uma porta. Todos assistiram à Missa de Natal, à chamada Missa do Galo, que tanto valeu à imaginação de Machado de Assis no preparo de um dos contos famosos do seu livro *Páginas Recolhidas.* O ato comemorativo do nascimento de Cristo foi celebrado pelo Cônego José de Melo, Capelão de Suas Majestades. Ambos seguiram depois para os seus aposentos. A hora já tardia exigia repouso. As emoções por ambos intensamente vividas hão de lhes ter afadigado. O repouso viria de imediato. O Paço hospedou todos os membros da Comitiva Imperial, exceto o Ministro do Império. Já ficou historiado no capítulo próprio que o Ministro do Império residiu durante sua permanência na Capital da Paraíba em casa do Primeiro Vice-Presidente da Província, Dr. Flávio Clementino da Silva Freire.

Querendo avivar ainda mais a gratidão do povo paraibano, ao longo dos tempos, J. Tertuliano de Medeiros compôs um hino dedicado a D. Pedro II. O hino foi difundido rapidamente, sendo cantado ou recitado com a seguinte letra:

«De dezembro o vinte e quatro
Raiou alegre, e fagueiro.
Já se acha em nossos braços
O Monarca Brasileiro.

Estribilho

Temos por dita
Um céu d'anil
Monarca exímio
De encantos mil.

Nossa Excelsa Imperatriz
A maior das Soberanas,
Honrou com sua visita
As plagas paraibanas.

Temos por dita...

Entre as Nações do Universo,
É o Brasil mui ditoso,
Áureo cetro nele empunha
Um Monarca estudioso.

Temos por dita...

Paraibanos cantemos
Neste tão festivo dia,
A Pedro e a tirse bela,
Hinos d'amor, d'alegria.

Temos por dita...

Seja o céu sempre propício
A Pedro, a sua consorte,
Que feliz se tornará
O Brasil de Sul a Norte.

Temos por dita...

Aos Augustos Visitantes
Juremos sempre amizade,
Juremos ser sempre unidos,
Juremos fidelidade.

Temos por dita...
Um céu d'anil
Monarca exímio
De encantos mil».

Não há lavor poético nas quadras transcritas, é certo, mas resumam na ingenuidade amorável do texto sinais da ternura que envolveu o povo simples da Cidade. Sim, o Brasil poderia considerar-se ditoso por possuir no seu trono um Imperador estudioso. Não só estudioso: austero, sem ser áspero; generoso, mas sem complacências nocivas; compenetrado, culto, coerente, sóbrio, exemplar. Imperador que apostalava a permanente vitalização de uma trilogia infelizmente ameaçada de ser dissolvida: Deus, Pátria e Família. D. Pedro II amou a Deus, amou a Pátria e amou a Família. Não houve discrepância, em sua vida a serviço do Brasil, que lhe possa ser pessoalmente debitada. Ele soube sentir, pensar e agir em todas as ocasiões, de fato e de direito, como um Poder Moderador. A História guardou a consciência desta verdade.

VII. CABEDELO, IDA E VOLTA

No dia 25 de dezembro, domingo, dia seguinte ao de sua chegada à Capital da Província, D. Pedro II deixou o Palácio a cavalo em direção ao Porto do Varadouro; era ainda cedo, 6 horas da manhã. Ali, no Porto do Varadouro, em companhia do Presidente Ambrósio, do Ministro do Império e outros membros de sua comitiva, embarcou no navio APA com destino a Cabedelo. A bordo, durante a viagem, subiu e desceu o Rio Paraíba com o Presidente Ambrósio ao seu lado. Ambos dialogaram ininterruptamente; o Imperador ouvia e era ouvido. A conversação teve um objetivo básico: D. Pedro II desejava conhecer por dentro a situação da Província, em face de suas expectativas e perspectivas. Queria conhecer, também, o Forte de Cabedelo.

Ali, em Cabedelo, percorreu a povoação de ponta a ponta, visitando a Escola Pública, a Fortaleza e o Lazareto da Ilha da Restinga. Acolá e além, ia desdobrando uma seqüência de perguntas. Mas não confiava as respostas à sua memória; uma a uma, todas eram anotadas em caderno que levava no bolso. Copiosas foram suas anotações a lápis. Tivemos a fortuna de compulsar no Museu de Petrópolis as páginas do caderno em que foram escritas; o Museu tornou-se responsável pela guarda do Arquivo Imperial. Por hábito ordenado e meticuloso, avesso à superficialidade, o Imperador não poucas vezes, em situações idênticas, antecipou-se ao preparo de questionários; alinhavou no papel indagações a serem esclarecidas e esquematizou assuntos sujeitos a interrogatórios.

O Diário pessoal de suas viagens tinha certa semelhança com aqueles famosos cadernos do jovem D. Pedro V, seu sobrinho, que imperou em Portugal em curto reinado. Dir-se-ia que o rei havia herdado do tio o hábito ordeiro e meticuloso agora realçado. As notas tomadas pelo Imperador durante sua viagem à Paraíba foram manuscritas em cima da perna, alinhavadamente. Não poucas ele redigiu montado a cavalo ou, caminhando a pé, em qualquer pausa de propósito atraída. Os apontamentos não primavam pela caligrafia; as letras se juntavam na

formação de palavras nem sempre legíveis. Muitos foram recopiados pelo próprio autor, ganhando clareza. Mas o *pente fino* deixou de passar pelas madeixas daqueles que foram escritos na Paraíba, que se apresentam em rabiscos e frases soltas. Denunciam pressa.

As distâncias percorridas na Província da Paraíba pelo Augusto Visitante foram longas e tomaram direções diferentes. Ademais, ao contrário de hoje, os transportes de regra utilizados não ofereciam o mínimo conforto; basta ter-se em conta o número de vezes em que D. Pedro II se adentrou em caminhos ínvios montado a cavalo. A pressa era exigida por não desejar que lhe escapasse observação oportuna a respeito de qualquer coisa. Ele fazia empenho em visualizar todos os aspectos econômicos, sociais, materiais e administrativos das realidades paraibanas. As notas a respeito guardadas no seu Diário lhe valeriam à adoção das providências cabíveis. Muitas foram aquelas escritas em Cabedelo; como quase todas as outras, redigidas sem sabor vernacular. Eis alguns dos seus apontamentos:

> «Cabedelo. 25 xadres 1 militar e 4 de Justiça — Frente para rua e ar bafio. A povoação boa a 800 almas com aula de meninos com 34 matr. 16 a 20 freq. Capelinha da Fortaleza de Sta. Catarina. O Xadrez da esquerda que serve agora ainda é mais escuro e menos arejado. 50 a 60 arrobas de pólvora não há dos particulares. Não há livro de entrada e saída de pólvora particular, e do Estado outro da carga geral. O Comandante diz que não há ordem para haver livro para a pólvora particular. 6 soldados e 1 cabo da G. Nacional do interior. Há uma casa destelhada e meio arruinada sobre arcos que diz o Comandante ter sido mandada desmanchar por Fernando de Portugal por exceder a altura da muralha — fora feita para casa do Comandante. A casa abobadada da pólvora — úmido. 40 peças das quais 21 mal montadas. Peça portuguesa — Sta. Catarina — amolgada por uma bala do lado no sentido do eixo. Peça com a cifra (GAC) num escudo com esta figura (desenho) (1629-1662) — Wilen Wegewaerk me Fecit Hagae. Peça espanhola de Felipe 4 — D. Pedro Pacheco Marques de Castro. Fuerte del Consejo de Guerra Capitan Gl. de Artill.ª. Outra espanhola 1D. — Outra, outra, outra. Nos ângulos havia peças mas taparam as aberturas para as peças e fizeram barquetes para a infantaria. Fortaleza espanhola hexagonal irregular com baluartes e redentes. Lado do sul com grande brecha que começou em 1825. A do Brum é menor. Um dos espanhóis tem uma parte do rebordo da boca levado por uma bala. Peça holandeza das sereias (?). Em baixo, Die Geoctroi Erde Wesh. Indice Compnih e Amsterdam. Worten me Fecerunt Ivirecht (ver o papel). Tarja com instrumentos de guerra e um escudete com leão rompante armado

de espada curva na mão direita. Peça espanhola ID. — Outra ID. Peça da galera Manuel Monte que encalhou há 4 meses. — 2 espanholas ID. Peça com as armas espanholas 1622-Iohannes Sithoef me Fecit Bruxelles. Lazareto na Ilha da Restinga. Convento de S. Bento. Pedido de terra 1599 — começo suposto da edificação 1600. Claustro reedificado é sacristia — Linda vista do salão Nor (sic). Descobre-se quase toda a cidade e o Cabedelo muito longe. Cerca muito pequena. Não tem biblioteca. Talha da capela-mor nova. Hnic est chorus — como em Olinda. As cadeiras muito estragadas. Cornija e umbrais de pedra pintada para fingir mármore. Lápide mais antiga de 1758».

O Comandante da Fortaleza de Cabedelo, Capitão Luiz Estanislau Rodrigues Chaves, prestou a Sua Majestade todas as informações solicitadas. O Comandante antecipou-se, imaginando até onde poderia ir a curiosidade imperial, em promover o polimento das inscrições existentes em várias peças de artilharia a fim de facilitar a leitura do Imperador. Este valeu-se do demorado encontro para reafirmar seus reconhecidos, mas discretos pendores humanitários. O Diário não conta aquilo que pôde ser sabido: D. Pedro II deixou trezentos mil réis com a autoridade local para serem distribuídos aos membros mais necessitados da povoação; a entrega do dinheiro foi feita às escondidas. Outra importância do mesmo valor foi por ele desembolsada para obras indispensáveis à conservação do cemitério de Cabedelo.

A munificência imperial não se deteve aí. Dirigindo-se a uns e outros, no convívio da gente do povo, quis auscultar angústias e esperanças. Um velho soldado aproximou-se ainda mais do Imperador, sussurrando-lhe aos ouvidos que precisava de uma ajuda imediata, um socorro pecuniário para suavizar aflição aguda. O soldo da reforma do suplicante era ínfimo; não supriria ao menos a despesa com sua dieta, quanto mais aquela outra necessária à mitigação dos seus padecimentos físicos à mostra. O Imperador não se contentou em dar-lhe a esmola implorada, com um desembolso correspondente ao dobro; recomendou ao suplicante que lhe enviasse requerimento de majoração do soldo por direito pago, mesmo subscrito a rogo. Sim, por direito pago. Mas esse direito às vezes reflete iniqüidade, como no caso daqueles que percebem muito aquém do mínimo indispensável ao sustento da velhice e ao refrigério de doenças crônicas.

Sua Majestade regressou à Capital da Província a bordo do mesmo vapor APA, que havia levado a Cabedelo; viajou de volta, como na ida, ao lado do Presidente da Província. Às 11 horas já estaria no Cais do Varadouro, onde encontraria o cavalo à sua disposição. A galope, retornou ao Paço; seguia-o, a distância, os companheiros de viagem e

os integrantes do Batalhão Popular. Não só no Cais o Imperador foi ovacionado; ao longo do percurso, pelas ruas da cidade, ao ovações ainda mais cresceram. O entusiasmo contagiou as casas, em cujas varandas e janelas a aglomeração humana era notória. Por toda parte, pipocar de girândolas. A mão esquerda segurando as rédeas e a direita livre; esta correspondia aos acenos das multidões concentradas nos pontos largos. O entusiasmo não cessaria, mesmo após o Imperador atingir, dentro do Paço, o local de recolhimento.

À tarde, aproximadamente a uma hora, Sua Majestade recebeu uma comissão de representantes da cidade de Areia, já então florescente. O objetivo da visita consistia na transmissão de um apelo caloroso: o povo de Areia desejava merecer a honra de receber a visita imperial. Por muito que procurasse conciliar seus compromissos programados, para atender àquela expressiva prova de estima e júbilo, o Imperador não pôde assentir ao apelo. O tempo lhe era escasso e as distâncias longas não poderiam ser encurtadas. O tempo não era de automóvel, e, muito menos, de avião. O mesmo convite, que importava apelo, já na véspera lhe havia sido formulado pelo Dr. Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, Juiz Municipal naquela cidade. Entretanto, o Presidente Ambrósio já estava prevendo, ante a hipótese de ao Imperador ser possível aquiescer. O Presidente havia solicitado ao Coronel Ismael da Cruz Gouveia o preparo de hospedagem condigna.

O Imperador saiu logo depois do encontro agora relembrado. Saiu ainda a cavalo, acompanhado pelo Batalhão Popular, com um programa de visitas às seguintes igrejas e conventos: Igreja do Rosário, Mercês e Misericórdia; Convento de São Francisco e de São Bento, assim como às respectivas igrejas. A última visita, em aditamento, seria à Ponte do Sanhauá. Como havia acontecido em Cabedelo, a atenção imperial não se distraiu; concentrou-se detidamente. Nada lhe escapou; minudente, afeiçoado às elucidações com mostras de cultura, o espírito crítico do Imperador viveu instantes de aguçamento agradável. De tudo quanto viu e sentiu pôde extrair e anotar no seu Diário o essencial, como se lê no texto seguinte:

> «CARMO. Começada Igreja 1764 acabada 1779 — Altares de pedra pintada fingindo mármore. As cadeiras dos 2 coros estão bem conservadas. Igrejas de boas proporções. Mais bonita que a de S. Bento. Sepultura de 1677 perto dos cancelos. O Convento serviu 30 anos desde 1817 até 46.200$000 por ano de patrimônio, que poderia integrado dar 3 a 4 contos anuais esbanjados pelos procuradores. Claustro em ruínas. A Igreja está arruinada. A Praça do Mercado está em patrimônio do Convento, segundo diz

o Provincial. Hinc est chorus. A livraria desapareceu. Degraus de pedra que quase desapareceram com o pisar».

«SÃO FRANCISCO. Belisário e Cruzeiro. Os 1.ºs religiosos vieram em 1590. O guardião fretou o Cabedelo e um forte defronte — que foi reparado pelo mesmo. 2 anos depois morreu num combate. 135 Guardiães desde o 1.º, como consta de um livro manuscrito do Convento. No teto da casa de oração dos 3.ºs onde há o andor da procissão de cinzas existe representada a visão de um dos fundadores do Convento que viu um companheiro arrebatado ao céu num carro de fogo para tomar por sua humildade o lugar que Lúcifer perdeu por sua soberba. Sepultura que parece antiga cuja data não se lê estando as letras gastas — É de Frei José Monteiro da França — corpo da Igreja. Outra no claustro de Frei Luiz da Anunciação. Claustro o maior depois do da Bahia. Sepultura na Capela do Tte. Coronel Gonçalo Rové de Castro sua mr. e herdos. com data de 1706 — Serve de consistório da Irmandade de São Benedito. Degraus de pedra gastos. Grande cerca arrendada com poço de boa água para beber. Livro das alfaias do Convento de S. Antonio da Paraíba. Ano 1741 — Jaboatão Fecit — mas a má letra não parece a mesma que a do *Jaboatão Fecit* — em baixo da folha do frontespício».

«MISERICÓRDIA — Capela de S. Salvador onde o sacramento está à esquerda — 1639. Duarte Gomes da Silveira e sua mulher, cujos retratos estão no altar da Capela. Hospital de antes dos holandeses, reparado por Duarte — etc. e em 1755 6 mulheres e 3 homens, asseado, mas não admitindo mais de 40 camas. 2 celas para doidos em baixo, estreitas. Dr. Inocêncio Pogge. Procurador Dr. Assis Pª. Rocha».

«ROSÁRIO. Compromisso aprovado em 1780».

«MERCÊS. Está dourando o altar-mor».

«PONTE DO SANHAUÁ — não tem 80 braças — Projeto Lowden — Esteios da ponte já carcomidos, estrado estragado carecendo a ponto de reconstrução. Passei pelo Horto Botânico, que tem muitas ervas. Acha-se apenas cercado de paus finos e com algumas árvores plantadas. Mora aí um homem com o fim de cuidar do jardim, mas não o traz limpo, desce-se do Palácio para lá ir».

O Imperador reservou horário especial para visitar a Santa Casa de Misericórdia, sem esquecer-se de ir até mesmo a Capelas. Muito ele se dava à religião católica e às artes, inclusive à arquitetura e à pintura,

tendo gosto de crítica do jogo dos confrontos. Seu bolso voltaria a alentar a vida da gente pobre e de várias instituições pias mais necessitadas. Assim, doou à Santa Casa seis contos de réis e a Igrejas e Capelas dois contos e oitocentos mil réis. Não se imagine que houvesse ânimo de ostentação nas doações; não eram pródigos seus recursos pessoais nem manhosa sua abnegação. Não havia no seu ânimo intenção velada, muito menos de caráter político. O trono lhe pertencia em caráter vitalício; não estaria à mercê das ambições eleitorais. Não disputava as preferências do povo; queria ao povo, e não o povo.

Os tempos mudaram. Àquela época, o Chefe de Estado viajava, inspecionando a Nação, às suas próprias expensas; o orçamento público não o contemplava com dotações especiais. A gente pobre e as instituições pias mais necessitadas não eram cumprimentadas pelo Imperador com chapéu alheio; no caso, o Erário do Império. Ao juízo de quantos possam supor que esta verdade constituiu balela bastará consultar os Livros da Mordomia. A escrituração comprova a parcimônia do Imperador em relação ao emprego dos dinheiros públicos. Hoje, não é mais assim; a República não prezou as práticas antigas. Hoje, os subsídios de um Chefe de Estado convertem-se em economia individual amealhada para emprego no tempo que lhe vier depois na vida privada. D. Pedro II viveu no exílio de pobreza. A vida republicana permite aos antigos Chefes de Estado que se alheiam a novas ambições políticas mealheiro bastante aos derivativos até mesmo da mundanidade.

O Imperador impressionou-se desfavoravelmente com a sorte da Ponte montada no Sanhauá, cujo estado precário constituía ameaça constante à segurança do tráfego. Ele pôde certificar-se de que aquela ponte possuía importância cada vez maior, pois sustentava o escoamento das pessoas e das cargas com destino ao interior da Província. A vasão do tráfego era garantida com o recurso de sua travessia. Daí haver recomendado ao Presidente Ambrósio urgência «na elaboração de um plano e no preparo de orçamento da despesa correspondente, que lhe deveriam ser submetidos mediante remessa para a Côrte». O Presidente da Província não perdeu tempo; logo tratou de escolher pessoa competente que pudesse dar conta do recado imperial. A notícia da iniciativa de D. Pedro II não encenava propósito destinado a sensibilizar ou engabelar o povo; não se espalharia em manchetes de jornal ou, se porventura existissem, em boca de rádio ou em propaganda televisada. Havia, na iniciativa, senso de governante interessado no cumprimento do dever público.

O Engenheiro Carlos Bless ficou encarregado da execução de ambos os encargos. Para bem cumprir a incumbência, que envolvia matéria de sua especialização, reformulou dois estudos de sua autoria: o pri-

meiro considerava a construção de uma ponte de madeira, orçada em 75:555$881, e o segundo a construção de uma ponte de ferro com pilares, orçada em 292:226$950. Ambos os estudos foram remetidos ao Ministro do Império, para apreciação de Sua Majestade, juntamente com um terceiro da autoria do Engenheiro Thomaz Dixon Lowdem, de nacionalidade inglesa. Este último propunha-se a construir uma ponte de ferro por vinte e quatro mil libras. O Imperador havia chegado à Capital da Província na tarde de um sábado; hoje, sábado é dia pouco amigo do trabalho ardente. Dedicou-se à vida paraibana durante todo o domingo seguinte, dia dedicado ao descanso. Para servir ao bem público qualquer dia lhe seria útil.

O trabalho do domingo vivido por Sua Majestade não estaria encerrado com as inspeções e as providências agora expostas. D. Pedro II voltou a sair do Palácio na mesma tarde, após breve descanso, por volta das 5 horas; seu retorno só se deu depois das 9 horas da noite. As quatro horas de permeio foram utilizadas em visitas de inspeção ao Quartel do Batalhão de 1.ª Linha, à Cadeia Pública e ao Quartel de Polícia. Tudo quanto observou dentro ou fora das dependências públicas visitadas foi por ele anotado em seu Diário:

> «Tarde: recrutas com sentenciados. Novas espingardas más. 5 1/4 Quartel do Meio Batalhão bom, ainda que algumas comp. estejam acanhadas. Armamento pouco limpo e velho. Queixas como em todos os Quartéis dos fornecimentos do — Arsenal de Pernambuco — Mochilas novas que molestam os soldados. Comida que parece boa, menos a farinha — deixei de ver todos os gêneros por não os haver à mostra na arrecadação e ter ido o arroz para o Hospital. As camas são de ferro com tábuas. Disseram que não havia mais economia de rancho e achando eu sobra responderam que fora para a caixa do rancho e não das ecomias (sic.). Tem pouco dinheiro em cofre. Água de cacimba, próxima em depósito. Hospital bem arranjado menos o despejo em cubas de pau na latrina do Quartel que vai depositar tudo num vão da terra. O aparelho cirúrgico está em casa do 1.º cirurgião do Hospital, que se defende dizendo que ficara em sua casa para o ter limpo apesar de haver cirurgião de dia no Hospital. Os gêneros são pedidos pelo agente dos fornecedores, não há arrecadação deles no Hospital».
>
> «CADEIA — ótima a não ser a má construção feita por arrematação e limpeza das latrinas apesar de haver cacimba e bomba que poderia elevar a água que jorrasse dentro das latrinas. O Chefe de Polícia ficou de dar a lista dos presos. O aspecto exte-

rior não deixa de dar-me vista e logo notei este edifício ao aproximar-me do porto da cidade».

«Quartel da Polícia. Sofrível edifício e bonito por fora. Espingardas de pederneira. Tarimbas. Baia com assoalho de madeira, pois a pedra ofende os cascos dos cavalos que não são ferrados, mas com esgotos de pedra por baixo. Ração de um cavalo por dia 1/2 arroba de capim que é mau comprando-se a carga de um cavalo 5 arrobas por 4.400; 1/64 de alqueire de milho dobro do Rio por 6.400 e mel cada canada a 300 e tantos rs. Rancho fora. Clavina com vareta solta, tudo de pederneira. Batalhão Popular».

As provas da acuidade posta pelo Imperador no exame de tudo quanto viu e sentiu têm suas amostras nos apontamentos pessoais constantes do Diário referido; não poderiam ser mais convincentes. Não era do seu vezo observar pela rama, superficialmente, mas penetrar no âmago das realidades vividas, apalpadas ou auscultadas. Não se distraía: absorvia-se. Decerto que não possuía esponjas nos olhos, mas talvez tivesse poros, na intuição, para absorver mazelas que porventura pretendessem ocultar-se. Daí seu empenho em ver a alimentação dos soldados, o estado sanitário da cadeia, os alojamentos e mais tudo quanto se reúne ao passadio humano. Causou-lhe estranheza, por isso, que o Cirurgião-Mor Dr. Inocêncio Pogge conservasse em sua casa material cirúrgico pertencente ao Estado. Tratava-se de uma apropriação indébita.

O Imperador retomou o cavalo e voltou ao Paço já noite feita; depois das 9 horas, conforme já recordado. A volta foi festiva. Além das ovações recebidas no trajeto, das palmas, dos vivas, das exclamações vibrantes, uma extensa multidão cercou-o nas proximidades do Palácio e ainda mais se agigantou no Largo em frente. Achava-se ali o Batalhão Popular com um conjunto de cavaleiros cujo número era superior a trezentos; nenhum deixou de associar-se às manifestações prolongadas. O regozijo popular extremou-se a ponto de ser o Imperador compelido a estacionar entre acenos de mãos e sinais visíveis de emoção. Pela noite adentro as manifestações recrudesceriam. Os jornais do tempo ampliaram os noticiários com a descrição dos acontecimentos nutridos pelo regozijo público em face da presença do Imperador na Paraíba.

No Largo fronteiro ao Paço encontravam-se as Bandas de Música militares existentes na Cidade e mais a Banda do navio APA. Até altas horas da noite todas foram ouvidas em revezamento empolgante; hinos, marchas, dobrados, valsas e outras várias peças musicais iam sendo sucessivamente executadas num crescendo de entusiasmo que parecia pretender varar a madrugada. O espetáculo tornou-se ainda mais deslumbrante por seu ineditismo; nunca havia vivido e jamais viveria.

Sua singularidade concedeu àqueles que o sentiram ao vivo uma dádiva privilegiada. A luz casou-se com o som e ali se juntaram numa lua de mel abençoada pela memória dos contemporâneos. Os anos passaram, mas durante algumas décadas os fatos e os fastos viveram na lembrança do povo.

Enquanto assim a Cidade se empolgava, sem vontade de dormir, Sua Majestade recebia no interior do Paço os cumprimentos da Assembléia Provincial e do Clero Paraibano, ambos representados por suas figuras de maior projeção. Então, foram ouvidos dois discursos: o do Padre Galvão, em nome da Assembléia, e o do Padre Chacon, por delegação do Clero. O Poder Legislativo Provincial estava ali reunido com o comparecimento de quase todos os seus membros, a começar pelo respectivo Presidente, Dr. Felinto Henrique de Almeida. Viam-se juntos mais os seguintes Deputados: Dr. João Leite Ferreira, Francisco Inácio de Souza Gouveia, Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho, Padre Felipe Benício F. Galvão, o orador, Padre Leonardo Antunes Meira Henriques, Padre Bernardino da Rocha Formiga, Padre Lindolfo José Correia das Neves, Antônio do Rego Moura, Padre Francisco Pinto Pessoa, João Florentino Meira de Vasconcelos, Francisco José Rosário Júnior, Dr. Antônio da Cruz Cordeiro, Dr. Claudino Bezerra Cavalcanti, Pedro Travassos da Costa, Manuel de Assunção Santiago, Padre Augusto Cirilo de O. Melo, Dr. Elias Elíaco da Costa Ramos, Padre Bento de Barros Mendonça, Marcolino Xavier Tavares da Silva e Manoel da Fonseca de Andrade.

Após o ato agora rememorado, simples e cordial, o Imperador concedeu o beija-mão ao Batalhão Popular — sua Guarda de Honra. O Batalhão em nenhum momento se alheou às manifestações coletivas recebidas pelos Augustos Visitantes e os demais membros da comitiva imperial. Os membros da corporação acompanhavam D. Pedro II onde quer que ele fosse ou estivesse. Em fila dupla, tendo à frente o Comandante e os Oficiais, eles beijaram a mão do Imperador, reverenciando-o no trono onde então se pusera e instalado na sala do docel. Em nenhum momento o hóspede conspícuo da Província revelou cansaço, introversão ou colapso em sua habitual serenidade. Sorridente e expansivo, embora senhor de suas prerrogativas, D. Pedro II ainda mais avivou no sentimento do povo a segurança de ser, no corpo, na alma e no espírito, a simbólica presença do Brasil.

VIII. PILAR, DEPOIS MAMANGUAPE

O Imperador deixou a Capital em direção ao interior da Província no amanhecer do dia 26 de dezembro daquele ano de 1859; uma segunda-feira. Iria conhecer a Paraíba por dentro. O sol ainda não havia aparecido. A viagem iniciou-se às 4 horas da manhã. Muita gente ilustre fez-lhe companhia: o Presidente da Província, o Ministro do Império, o Chefe de Polícia, o Visconde de Sapucaí, o Comandante da Guarda Nacional, membros da Assembléia Legislativa, outras autoridades e pessoas gradas, além do Batalhão Popular. A Comitiva Imperial iria diretamente a Pilar; depois, a Mamanguape. Todos os seus componentes, montados a cavalo, revelavam-se jubilosos e solidários. A manhã prometia claridade e o sol haveria de arder intensamente. Tudo pronto, iniciou-se a jornada.

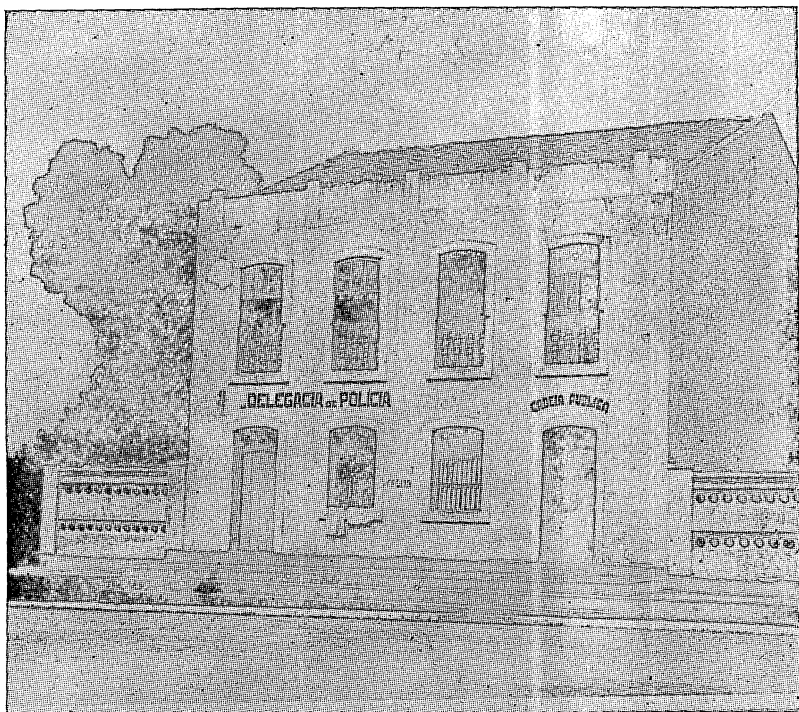
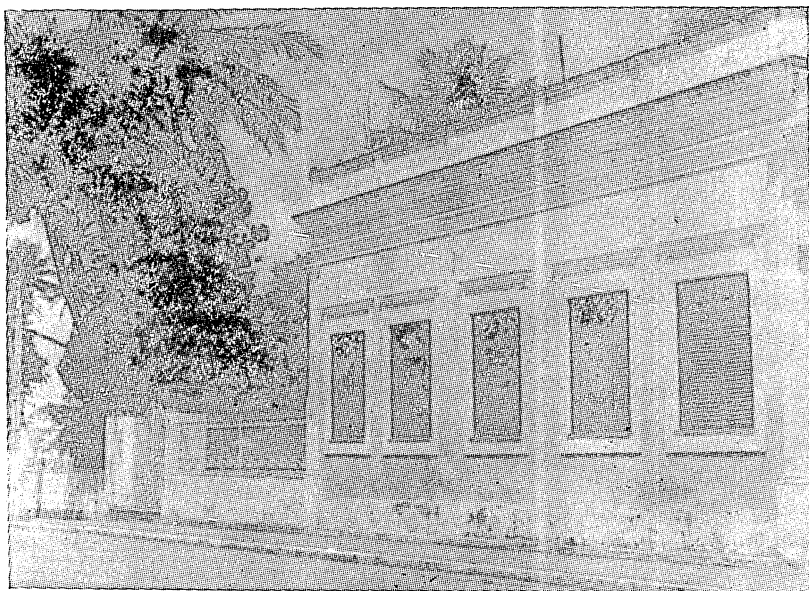
Segundo o noticiário da imprensa de então, a caravana deveria chegar às 6 horas, duas horas depois, ao Engenho São João, do qual era proprietário o Coronel José Teixeira de Vasconcelos. Ali os integrantes da Comitiva Imperial fariam a primeira refeição do dia. Dali rumariam para o Engenho Maraú, pertencente aos frades beneditinos, onde almoçariam; previa-se a chegada para as 9 horas. Mas o horário não foi cumprido à risca: D. Pedro II e sua comitiva chegaram ao primeiro engenho às 5h30m e, em comum, tomaram o café da manhã. Já às 8 horas D. Pedro II foi recebido pelos frades do Engenho Maraú, do qual prosseguiu a viagem. Mas, ao que parece, todos saíram do engenho sem almoço. Uma nota do Imperador, constante do seu Diário, faz-nos admitir isto: «Os Frades Bento são donos do Engenho e nada está preparado para o almoço».

Se houve alimento, deve ter sido frugal. O certo é que todos foram adiante sem estômagos convenientemente forrados. O Augusto Visitante retomou o cavalo e foi indo, aos trotes, de batida apressada. Como o pai, governava com mestria o animal. As distâncias iam sendo vencidas a galope, revelando-se o Imperador como se na prática hípica de um desporto em que se tivesse feito campeão. O máximo de rendi-

mento lograva dar à montaria, numa exibição de habilidade que causava inveja aos demais cavaleiros postos para trás. Mostra nenhuma dava de fazer esforço. A prova de sua perícia esteve nos fatos: D. Pedro II venceu todos os percursos durante as viagens no interior da Paraíba com folgada sobra de tempo; antecipava-se aos horários previstos pelos que mais conheciam os caminhos.

A chegada a Pilar causou-lhe decepção. Registre-se este que foi um dos raros pontos negativos do programa de recepção e estada na Paraíba do Visitante Augusto: nada havia sido preparado. O Presidente da Província viveu horas desagradáveis. A Câmara local havia recebido ordem expressa, três meses antes, para aprontar em condições sua própria Casa a fim de nela hospedar Sua Majestade. Para este efeito, foi remetida ao responsável pela administração do imóvel a importância de um conto de réis. Mas nenhuma providência havia sido adotada; a Casa apresentava-se em condições imprestáveis. O próprio Dr. Ambrósio confessou seu desapontamento no relatório que lhe coube redigir: «Encontrei a Casa em estado de não ser habitada, nem mesmo por qualquer particular». O desleixo injustificável deu causa à suspensão das atividades da Câmara, conforme Portaria Provincial expedida.

D. Pedro II chegou à Vila de Pilar como um visitante quase despercebido; nenhuma recepção condizente lhe foi ensejada. A Casa da Câmara, onde deveria hospedar-se, ainda estava sendo caiada; entulhos e destroços acumulavam-se por dentro e por fora. O dinheiro que havia sido remetido pelo Presidente da Província para as despesas necessárias à reforma do prédio já não existia: fora desviado. O mal-estar generalizou-se no ânimo do povo da vila. Os fatos provocaram repercussão rotundamente mordaz e geraram no espírito popular estórias que por muito tempo deram pano para as mangas. As pimentas brabas arderam na boca de uns e na consciência de outros. Os comentários, os sussuros ferinos e as versões azedas proliferaram em clima agitado. Os pormenores imaginados chegaram a constituir riqueza de anedotário.

Uma das versões, por muitos anos circulante, prosperou a ponto de ressoar na literatura fecunda e ágil de José Lins do Rego. Ela parecia tornar-se vitalícia na boca do povo, de tanto ser propalada, glosada e alimentada. A história havia ido aos ouvidos do famoso romancista através do seu avô, o velho José Paulino. Há de ter constituído derivativo de serão familiar numa tarde em que o inverno costuma dar o ar de sua graça. Senão ali, ao pé do fogo, em conversa de alpendre ou de mesa, quando a figura exponencial à cabeceira abre o baú da memória. O certo é que a estória ou versão foi recolhida por aquele escritor paraibano e narrada no seu livro *Menino de Engenho*. Vale a pena recordá-la tal como redigida pelo romancista:

Casa da Câmara de Pilar, onde se hospedou o Imperador, atualmente usada como Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Mamanguape, casa em que se hospedou D. Pedro II.

«D. Pedro chegou no Pilar uma tarde. Ninguém esperava por ele. A casa da Câmara estava fechada. Era certo que estaria na vila no outro dia, mas o Imperador só andava correndo, cansando os cavalos. Quando a cavalhada entrou na Rua Grande, o povo todo correu prá ver. D. Pedro parou defronte da Casa da Câmara. Vieram abrir. Tio Henrique, vereador, tremia de medo. Não havia nem uma cadeira lá dentro. Estava tudo no marceneiro se envernizando. A grande sala do júri, vazia. D. Pedro subiu com o seu grande chapéu do Chile, olhou para os cantos: não viu móveis. Sacudiu o chapéu no chão e deitou-se na rede do pedreiro que estava limpando a casa para a festa. O Presidente da Província mandou prender o Tio Henrique pelo desastre».

O episódio do vereador na prisão e a atitude assumida pelo Imperador talvez tenham constituído versões inverossímeis. Não é de crer que Sua Majestade tenha jogado ao chão seu chapéu, deitando-se em seguida na rede do pedreiro. Nenhuma referência ele registrou a respeito no seu Diário. Nenhuma existe no relatório do Presidente da Província ou nos comentários contidos na imprensa da época. Nem parece admissível que D. Pedro II se dispusesse a perder a linha majestática. Ressalve-se, além disto, que o Imperador chegou a Pilar com sua comitiva às 11 horas da manhã; não chegou à tarde, como foi narrado. A narrativa deve ter sido imaginada por adversários políticos e incluída em algum saburá de pescaria das futricas. O fato de pertencer o Tio Henrique à Câmara responsável pela vergonha a que se expuseram os representantes do Poder Público Provincial não justificaria sua prisão. Nem o Imperador a permitiria, por formação moral e nobreza. Além disto, Sua Majestade não deixaria de ter em conta que o Tio Henrique pertencia a uma das famílias de maior projeção regional.

O Augusto Visitante não registrou na página do seu Diário, relativa àquele dia, senão o que vai em seguida transcrito; aliás, pormenorizadamente, como se pretendesse esgotar os assuntos sem omissão de qualquer natureza:

«Engenho de Sto. Amaro — Descida do mesmo onde o Pedro Chaves levou o tiro dado do lado esquerdo da ribanceira da estrada. Riacho Tibiri, Engenho Tibiri. Sta. Rita, engenhos Sto. André, Outeiro e S. João todos de José Teixeira de Vasconcelos, chegando ao último às 5 1/2. É de água e faz 2 mil sacos ou 10.000 arrobas por ano com 30 escravos de campo, muito boa água para beber. Partida às 6. Socorro, 6 e 34' passagem do Paraíba a cavalo, Flor de Mussambé, 6 e 35' (Saboeiro nome de uma árvore cujo fruto tem casca que faz espuma como sabão

Peixe). (Cruz do Espírito Santo 7 horas), passei mais 2 vezes o Paraíba cada vez com menos água, cortando pouco acima, anús brancos, lindos concrizes. 8 horas. Maraú. Terra boa e boas canas. Os Frades Bento são donos do engenho e nada está preparado para almoço. A Batalha não tem compromisso, é apenas um livro das eleições da Irmandade. O Socorro tem compromisso e mandei buscá-lo. Produz o Engenho 1.500 a 2.000 formas de 5 arrobas — há-as na Província menos de 7. Vi bastantes negros. Saída às 9 1/2. Engenho Una, Itapurá. Ponte má sobre riacho. Engenho Paciência de Chacon. Passei o Paraíba mais três vezes e cheguei à pequena vila do Pilar às 11 horas. Está bem situada numa várzea ondulada descobrindo-se no horizonte a Serra Borborema. Não esperavam na vila senão das 6 para as 7 da noite. Nada pronto e parte dos troles ainda está de viagem do Recife. Água o povo bebe do rio, mas há cacimbas e uma fonte perto da casa do Dr. Filinto que é bem má se é da que bebi já. Um cemitério. Matriz em construção, a velha está em ruínas e tem atrás um edifício de convento ou recolhimento.

Desde antes da povoação de S. Miguel de Taipu a mais de légua do Pilar terreno dos altos por onde vai a estrada catinguenta. Engenhos (espaço em branco) e Taipu em vales. No município 2 batalhões o daqui com 1.200 praças alistadas, apenas alguns oficiais fardados.

Depois do jantar incendiou-se um partido de cana do Presidente da Câmara Murilo Falcão, não sendo de admirar pois está mesmo por detrás das casas da vila não tendo a Assembléia Provincial aprovado a postura que lhe propusera a Câmara, permitindo a plantação de cana junto à vila. As canas estalavam com grandes labaredas, cujo calor incomodava na varanda da casa da Câmara onde estou. Felizmente não ofendeu casa alguma nem passou aos partidos imediatos.

Nota do vigário a respeito da Matriz. Cadeia toda esburacada com dois guardas quase em fraldas de camisa que se puseram a correr atrás do único preso que saiu da prisão para me ver. O Juiz aqui julga com regularidade apesar de haver suas apelações? Só em Ingá é que se reuniu o Júri duas vezes este ano, não havendo processos em (urg.) para 2º júri, e tendo se aberto correição aqui e no Ingá. No Ingá há plantações de algodão e alguns engenhos de cana. Em Campina Grande há criação de gado principalmente, e o maior açude da Província com 400 braças de extensão pelo menos, mas, como está em terras de lavoura, dá

lugar a contestações com os criadores. Aqui matam-se 6 rezes aos soldados, 40 engenhos no termo do Pilar.

Há mudanças rápidas de temperatura e suas doenças, mas não graves nas transições da estação.

A Câmara Municipal recebeu 1 conto para preparos, mas quase nada fez, tendo sido hoje parte da pintura feita pelos particulares. A Câmara recebeu aviso da visita há 2 meses, e sabia desde ontem que ela se realizaria hoje. O Vereador imediato já esteve em Fernando por comprometido na revolta de Pernambuco e acusado de assassinato do Coronel Euprísio. Vigário bom e liberal, sendo o Coronel Comandante do Corpo conservador. Ainda duram estas denominações. O Presidente diz que o Coronel Ismael de tal Lisboa liga-se aos rasgados ou liberais, os conservadores são os baetas. Música vinda de Goiana de (ininteligível). Noite (?).»

A Página do Diário, como se observa, é bem minuciosa. As minúcias envolvem a narrativa do trajeto realizado pelo Imperador e sua comitiva da Capital da Província à Vila de Pilar. À luz dos apontamentos reunidos, chega a ser possível uma reconstituição veraz, abrangendo engenhos visitados, acidentes geográficos encontrados e localidades atravessadas. Tudo é referido com precisão. O Imperador se deteve, inclusive, nas terras do Engenho Santo Amaro. Ali reparou o local onde o antigo Presidente da Província, Pedro Rodrigues Fernando Chaves, sofreu um atentado atribuído ao pai de Aristides Lobo: Manoel Lobo de Miranda Henriques. Nada lhe escapou à observação arguta e discreta. Sua atenção subiu morros, estendeu-se nas planícies e desceu aos socavões; às furnas, grutas, lapas. Ela permaneceu constantemente de atalaia.

O Augusto Visitante deixou Pilar às 4 horas da manhã do dia seguinte, 27 de dezembro. Antes, concedeu beija-mão à população da Vila. O amanhecer revelava-se propício à caminhada. O sol despontava excitante e límpido. Cada qual no seu cavalo, com D. Pedro II à frente, lá se foram todos em direção de Mamanguape; depois da Capital, a cidade mais florescente, rica e dadivosa da Província. A aristocracia rural lhe dava aspectos promissores. Suas origens remontam a fins do século XVI ou começo do século XVII. Então, ao querer tornar-se adulta, após a expulsão dos holandeses, os jesuítas associaram nativos e portugueses no aldeamento que mais tarde a valorizaria consideravelmente. A união dos indígenas e lusos intensificou-se até que os autóctones se foram despregando daquelas terras. Os índios deslocaram-se para outro aldeamento existente numa colina, perto da praia.

O novo núcleo dènominou-se Montemor, mas veio a chamar-se Preguiça devido à indolência dos seus habitantes. Este último aldea-

mento entrou em decadência, ao contrário do primeiro, que rapidamente se foi desenvolvendo até atingir, entre 1850 e 1900, sua fase de maior esplendor. Depois, o marasmo tomou conta do meio e o declínio o envolveu. Mamanguape possuía em 1859, quando visitada pelo Imperador, todos os foros de centro a tal ponto desenvolto que chegou quase a ombrear com a Capital da Província. Suas ruas já eram calçadas, a construção dos seus sobrados ostentava azulejos, florescia o comércio com tecidos finos e mercadorias importadas. O relevo por ela adquirido, então, era de causar inveja às suas demais irmãs da Província. Não só suas irmãs da Província, muitas outras existentes na vizinhança.

Recife conheceu-lhe a riqueza. Para os seus mercados era distribuída parte considerável dos produtos de Mamanguape, inclusive algodão, açúcar e café. Todo o Brejo e parte do Cariri paraibano também se abasteciam naquele centro dinâmico da Província. Sua agressiva penetração estendia-se ao Rio Grande do Norte e, muitas vezes, a outros redutos de comércio do país. Mamanguape fizera-se empório atraente, florescente e influente. Sua aristocracia rural dominava mais de quarenta engenhos, sem contar-se no total expressivo número de propriedades destinadas à criação de gado, localizadas na caatinga e às margens do rio que possui seu nome. A terra era fértil, o trabalho constante e a produção variada. Não muito longe da Capital, com ela mantinha intercâmbio que ainda mais a valorizava.

O poderio em crescendo permitiu-lhe projetar-se na vida política, social e econômica do Brasil daquele tempo através de representantes altamente conceituados. Muitas de suas figuras humanas se puseram em evidência, como, por exemplo, Flávio Clementino da Silva Freire, futuro Barão de Mamanguape, e Senador Frederico de Almeida e Albuquerque; ambos exerceram por mais de uma vez a Presidência da Província. Vários outros também se notabilizam, dentre os quais Dr. Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque, Padre Frederico de Almeida Albuquerque e Melo, Padre Antônio Batista e Dr. Francisco Jovita Cavalcanti de Albuquerque. Almeidas e Alburquerques ilustres alastraram-se pelo Nordeste com sangue luso. Repetimos Camões, nos *Lusíadas*: «Almeidas, por quem sempre o Tejo chora, Albuquerque teribil».

D. Pedro II estacionou no hoje famoso Engenho Pau D'Arco, então de propriedade do Dr. João Antônio Fernandes de Carvalho. Ali, naquele engenho, lhe foi oferecido almoço preparado a capricho. A propriedade tornou-se histórica porque nela, possivelmente na mesma casa, nasceu Augusto dos Anjos, o maior poeta paraibano. Augusto dos Anjos viria a situar-se num dos pontos mais altos da Poesia Brasileira, como tanto

se sabe e tanto é repetido. As tendências poéticas podem variar de escola e os estruturalistas podem tentar desmerecer no mapa literário do país líricos, românticos, simbolistas, parnasianos ou poetas de gosto na métrica e nas rimas, mas não lograrão apagar a clareira do nome de Augusto dos Anjos, embora autor de um único livro. O *Eu* continua a correr o país em sucessivas edições.

A chegada do Imperador e sua comitiva em Mamanguape deu-se às 11 horas da manhã. Todos foram recebidos festivamente por grande massa popular; à frente, os membros da Câmara, por intermédio de cujo principal representante Sua Majestade recebeu as chaves da cidade. O Augusto Visitante foi levado em seguida à residência do Dr. Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque, sobrinho do Senador Frederico de Almeida e Albuquerque, onde se hospedou. Apesar de esperado pelos anfitriões somente à tarde, Sua Majestade encontrou tudo em ordem e «a casa bem arrumada». Ampla e confortável, ela se revestia de azulejos portugueses, possuindo duas salas assoalhadas de frente com um total de cinco janelas; no interior, quatro amplos quartos, espaçosa sala de jantar e demais dependências. Fora, um jardim bem cuidado, com estatuetas de louça e canteiros cercados de tijolos. Entre as flores, multiplicando-se, miosótis, cravina, suspiro, sempre-viva, amor-perfeito, rosa-maxixe, rosa-amarela, boca-de-leão e jasmim do cabo.

O Imperador tomou contato ligeiro com a casa e entregou-se de imediato ao cumprimento do programa de visitas à cidade. Dirigiu-se em primeiro lugar à Igreja Matriz, construída em 1630 pelos jesuítas sob a invocação dos Apóstolos São Pedro e São Paulo. No Templo, largo e bem edificado, salientavam-se imagens de madeira em tamanho natural, lustres de bacará, a grande lâmpada de prata do sacrário e as tribunas pertencentes aos senhores de engenho e comerciantes abastados. Uns e outros assistiam juntamente com os membros das respectivas famílias às cerimônias religiosas do catolicismo; assistiam às missas dominicais, ouviam os sermões e acompanhavam as novenas nos dias de festa dos padroeiros. O culto religioso era seguido com pontualidade e respeito, àquele tempo, sem discrepância social de nota.

Cada família constituía um elo da cadeia comunitária que envolvia toda a cidade; o número dos elos correspondia ao total das casas existentes. A sociedade somava todos os lares, exprimindo o mesmo amor a Deus, Pátria e Família. Hoje, infelizmente já não é assim. Amanhã, talvez, ainda seja pior. A igreja era como a síntese de todas as famílias, a confluência de toda a gente em hora de culto; homens e mulheres, independentemente de idade. Mamanguape espelhava um exemplo que valia como amostra das práticas também reinantes nas

demais cidades já crescidas. Sua Igreja Matriz testemunhava a verdade agora recordada. Pendiam das varandas belas colchas adamascadas, vez por outra substituídas; estariam sempre limpas, lavadas. A substituição seria diária em certas ocasiões como, por exemplo, durante as nove noites da festa dos padroeiros São Pedro e São Paulo.

Sua Majestade ainda visitou a Igreja do Rosário, construída pelos escravos, assim como a Cadeia Pública. Alí, na Cadeia Pública, inquiriu vários internos sobre o tratamento que recebiam na prisão, sobre a qualidade dos alimentos fornecidos, a higiene, o trabalho, o lazer ou, em suma, o passadio. No prosseguimento de suas visitas, esteve na Casa da Câmara e foi inspecionar depois a escola primária de maior freqüência. Os alunos ficaram surpreendidos com sua chegada, quando em aula de latim; aula de latim, numa escola primária... Eles foram ouvidos, em leitura de um texto da autoria de Horácio, pelo Imperador e pelo Presidente da Câmara; este, além de padre, era o professor. Os tempos mudaram substancialmente; o latim não constitui somente uma língua morta, pois a tradição do seu estudo também morreu.

Em Mamanguape repetiram-se as cenas a que o Imperador esteve habituado enquanto permaneceu na Paraíba: as cenas animadas pelo regozijo popular em face de sua presença. As ovações lhe foram até à porta da casa em que se hospedou. Ele as ouvia à janela, vivas e prolongadas, entre acenos permutados com emoção. As cenas repetiam-se em todas as ruas, do melhor modo iluminadas. O consumo de óleo nos candeeiros em profusão nunca havia crescido tanto; daria normalmente, para o abastecimento da cidade durante um mês ou mais. O consumo de óleo crescia nos candeeiros na medida em que também aumentava o das velas de estearina, acesas nos castiçais. Muito povo transitou ou estacionou na rua para ver o Imperador, é certo, mas nunca pôde ver, novamente, tantos novos lampiões espalhados. O ar de festa adensou-se para palpitar na boca e no íntimo das multidões.

Tudo consumado, cumprido integralmente o programa das visitas, D. Pedro II teve pausa para voltar aos apontamentos do seu Diário:

> «4 — 5 1/2 Maraú, 6 e 10 de Boa Vista, Riacho Tanhaengo? menos 10. Pau D'Arco engenho (espaço em branco) de Carvalho faz 1.500 a 2.000 pães por ano de 5 a 6 arrobas com 16 escravos do campo e por tudo 20 e tantos trabalhadores. O Engenho Tabocas para o lado da Cruz do Espírito Santo do Tte. Coronel Irmão do Carvalho faz 2.000 pães de 4 a 5 arrobas com 20 escravos (desenho).
>
> Saída às 8 e 20. Pedro com as figuras — 9 menos 20 a caminho taboleiro arenoso catinguento — vale menos arenoso, Engenho

Miriri com elegante casa a concluir de vivenda, Engenho Guarita na falda de um outeiro à vista de Mamanguape do Cunha Vasconcelos. A cidade dista 1/4 de légua do rio, segundo me disse o Almeida Vasconcelos (Frederico). Freguesia de 10.000 almas, cidade de 3 a 4.000 (vigário encomendado sobrinho do Frederico e Cunha Vasconcelos). A vila esteve antigamente em Montemor dos Índios ou Preguiça, mas já antes de passada sua sede legalmente para Mamanguape já aí estava de fato. Tem crescido o 6 plo em 20 anos. Talvez em lugar de remover a pedra da barra seja melhor abrir outra segundo ouvi ao Frederico.

Batalhão com 1.200 alistados e 400 fardados, mas sem armas, comandado pelo Irmão do Cunha Vasconcelos. Casa dos sobrinhos do Frederico dos quais um, o Augusto, é o Juiz Municipal, bem arranjado tudo, ainda que julgassem que eu chegaria à tarde.

Aula de meninos. 55 matr. freq. 42 — Má e pequena. Aula de Latim. Matr. 15 — freq. id. bem em Horácio. O Professor Padre Presidente da Câmara é bom. O Presidente ficou de pedir à tesouraria um mapa do movimento da inspeção do algodão nos últimos 5 anos — Massa de curiosos. — Vesti-me para vê-la passar na janela».

No dia seguinte, às 4 horas da manhã, D. Pedro II e sua comitiva deixaram a cidade de Mamanguape em viagem direta de regresso à Capital da Província. Às 11.30, sete horas e trinta minutos depois, todos já estavam de novo na referida Capital; foram vencidas quatorze léguas de distância em tempo veloz. Uma única parada existiu, mais ou menos às 8 horas: no Engenho Gargaú, de propriedade do Coronel Joaquim Gomes da Silveira. Ali almoçou Sua Majestade com todos os membros da comitiva, sem deixar de percorrer após a refeição, como do seu hábito noutras ocasiões semelhantes, as dependências construídas e as áreas de produção vegetal ou animal. O Diário de D. Pedro II ficou muito enriquecido com os apontamentos registrados sobre tudo quanto lhe foi dado ver naquele e nos demais engenhos visitados: a produção de açúcar, o número de escravos, a qualidade da cana, o estado da indústria e mais o que pudesse ser observado a respeito da economia regional.

O tempo teria de alongar-se. A comitiva era grande, compunha-se de quase duzentos cavaleiros, e as estradas estreitas não ofereciam bom estado de conservação. Não raras vezes, os cavaleiros foram obrigados a desdobrar a atenção e a apurar a perícia para se livrarem de acidentes. Embora todas as cautelas, não foi possível evitar-se a baixa de quatro cavalos, que morreram, nem as lesões que tornaram alguns outros imprestáveis. Os riscos foram grandes e os animais não possuíam

resistência imbatível ao longo de tão ínvias e inseguras distâncias. Basta relembrar que nenhum viajante voltou à Capital no mesmo cavalo montado ao iniciar-se a excursão. O próprio Imperador mudou várias vezes de montaria. Já perto do ponto final de retorno, um voluntário do Batalhão Popular tombou do cavalo e acidentou-se com uma fratura na perna.

Ao regressar à Capital, àquela hora já indicada, o Augusto Visitante permanecia lépido. Nenhum sinal de cansaço demonstrava; regressou exibindo «o mesmo vigor com que havia saído». Sua Majestade encontrava-se em pleno vigor físico e mental; àquele tempo, conforme já lembrado, D. Pedro II só possuía 35 anos de idade. Sua vitalidade impressionava, assim como seu humor e seu ânimo para aderir a qualquer sugestão que lhe exigisse caminhada sujeita a surpresas ginásticas. O gosto do pedestrianismo parecia ser-lhe inato e as práticas desportivas do hipismo afeiçoaram-lhe o corpo às manobras arriscadas. Petrópolis, a cidade serrana acostumada a vê-lo, não poucas vezes testemunhou as proezas do Imperador, a pé ou montado a cavalo, subindo morros ou descendo escarpas. Os percursos poderiam ser-lhe penosos, mas a têmpera permanecia vigorosa.

À noite, após dia cheio de compromissos cumpridos, ainda teve disposição para acompanhar da sacada do Paço a queima dos fogos de artifício que faiscavam em sua homenagem. O povo punha-se alí numa concentração imponente, extremando-se em provas de carinho e solidariedade. D. Pedro II permaneceu durante muito tempo na sacada cheia, que abrigava também o maior número dos membros de sua comitiva. O logradouro formigava. O fogo do entusiasmo coletivo não queimava, punha ainda mais luz no coração de todos. Já era muito tarde quando o Augusto Hóspede se recolheu aos seus aposentos. Talvez não fosse em busca de repouso imediato, mas para resumir no seu Diário, primeiramente, as notas de suas observações relativas à viagem entre Mamanguape e a Capital da Província. Eis aqui um dos seus tópicos:

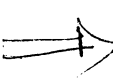
> «Areial — Gravatá 8 — 2 a 3 mil pães de 5 arrobas com 70 a 80 escravos. Boa roda de água, triste alambique, começou a moer há 15 anos, boa cana, a Imperial não dá bem, o dono Joaquim Gomes da Silveira, Comandante superior deste Município parece lavrador inteligente. Engenho do Meio do Silveira; passagem em canoa do Paraíba, Engenho Caiengo, riacho Tambaí, Santo Amaro, Cidade do Palácio. 11 1/2 fogo de artifício».

Na manhã daquele 27 de dezembro, quando ausente o Imperador, Dona Teresa Cristina dispôs-se a visitar as igrejas existentes na Capital. A Imperatriz fez-se acompanhar de muita gente qualificada: o

Conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz, seu veador; D. Josefina da Fonseca Costa, sua Dama de Companhia; Conselheiro Antônio Manuel de Melo, Guarda-Roupa; Dionísio da Cunha Ribeiro Feijó, Secretário-Geral Interino do Ministério do Império; Vice-Almirante Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré; Capelão Cônego Antônio José de Melo e demais Oficiais da Esquadrilha Imperial. Na Igreja do Carmo, a Imperatriz foi empossada no cargo de Prioreza Perpétua; o termo de posse, lavrado na ocasião, foi por ela assinado juntamente com os membros da comitiva e os da Ordem Terceira ali presentes.

Os dias iam correndo, mas a sensação por todos vivida era de que o Imperador e a Imperatriz ainda não haviam acabado de chegar. O regozijo popular permanecia vivo como se fosse o do momento em que a Capital da Província abriu os braços para acolhê-los. Em verdade, o que é bom dura pouco. O povo preferia entregar as mãos aos acenos, até mesmo para iludir-se; para não ter que contar com os dedos os dias que ainda lhe restavam no convívio com os Augustos Visitantes. Talvez quisesse aumentar o número dos dedos, se isto lhe desse a certeza de que D. Pedro II permaneceria na Paraíba tanto mais tempo quanto maior o número dos referidos dedos. Mas eis o que não se tornaria possível, nem mesmo por milagre. O Imperador tinha programa a cumprir fora da Província, precisava estar de volta à Corte. Ali não seriam poucos os problemas de solução à sua espera.

IX. VÉSPERA DO REGRESSO

Na véspera do dia marcado para o início da sua viagem de regresso à Corte, ainda bem cedo, D. Pedro II já estava pronto para visitar o Liceu, algumas Escolas Primárias, o Depósito de Produtos Bélicos, o Cemitério, as Fontes de Tambiá, a Capitania do Porto, o Tesouro Provincial, a Alfândega e o Tesouro da Fazenda Pública. O programa das visitas era longo, mas o Imperador não deixou de cumpri-lo à risca. Ele esteve nos quatro cantos da Cidade, não apenas no Centro; adentrou-se em Tambiá, então um arrabalde mais próprio para o remanso das chácaras sem sabor urbano de arquitetura residencial. Já situamos no mapa topográfico da Cidade a posição do arrabalde distante. Hoje, Tambiá integra-se na vida mais íntima da Capital paraibana, com suas vivendas vistosas, suas ruas bem alinhadas, seus parques e jardins. Hoje a quem esteja no Centro e pretenda ir a Tambiá, é possível sintetizar: «Vou ali».

De Pedro II foi um Chefe de Estado que sempre se manteve muito atarefado. Nunca lhe faltou tempo para refugiar-se em sua biblioteca, embora tivesse de forçar o encontro de horas propícias. No cultivo das boas leituras engrandeceu o espírito e logrou fazer-se um sábio em vários domínios do conhecimento humano. Seu humanismo adquiriu autenticidade no convívio dos livros. Não poucas vezes, quando lhe era possível espairecer o tempo no derivativo das conversas gratas, reafirmou o desejo de ser professor. Mais lhe valeria transmitir o saber do que o afogar nos meandros da burocracia ou esterilizá-lo nas tricas e futricas do jogo partidário da política. O Imperador sabia que a cultura pode servir de ornamento ao espírito, mas que se presta preferencialmente a uma utilização capaz de criar proveitos comunitários.

Fazia gosto vê-lo em visita de inspeção às escolas mantidas pela Província. Não poucas vezes, em sala de aula, demorava-se na cadeira do professor como se lhe fosse própria. Sua atenção acompanhava a leitura dos alunos, a timidez ou segurança com que iam, no quadro negro, à solução dos problemas de aritmética e o desembaraço ou

acanhamento das respostas oferecidas às perguntas a cargo dos lentes. Postado à frente dos alunos, com doçura no olhar e blandícia na voz, participou com freqüência das argüições. A Paraíba presenciou vários episódios que isto comprovaram. Aulas de português, aritmética, religião, latim e outros estudos surpreenderam na Paraíba o gosto do Imperador na prática do ensino. Bem se evidenciava o apuro do seu didatismo, como se o magistério se entranhasse em sua vocação acima de quaisquer outras tendências do espírito.

O Imperador sabia medir o aproveitamento de um aluno em simples teste improvisado e, através do juízo que formasse, graduava a qualificação dos professores, distinguindo os bons e identificando os maus. Em algumas escolas visitadas, na capital e no interior da Província, não teve a sorte de encontrar alunos; a hora era de recesso escolar. Mas não se dava por mal pago: ia aos livros de matrículas para examinar *de visu* a caligrafia dos estudantes. Nas vezes em que lhe foi dado estar em sala cheia, numa hora de aula, fácil é imaginar o nervosismo da criançada em face do professor descido do trono. A aflição crescia no olhar de cada aluno, pressionado pela emoção íntima com que o menino se afortunava por estar no convívio do homem mais importante do Brasil. Não obstante, modesto, despretensioso e comunicativo.

A propósito deste aspecto agora recordado, sabido por todos os contemporâneos do Imperador e referido pelos historiadores idôneos, o Diário de Sua Majestade nos oferece páginas rascunhadas e assinadas no dia 29 de dezembro daquele ano de 1859:

> «Liceu. 100 meninos. Rapaz de Matemática. Colégio das Neves. 9 meninas — 2 professoras 1ªs letras e regente e geografia. Morreu a de música. A de 1ªs letras há um ano que é professora tendo sido antes particular — Casa pequeníssima e arruinada. Nenhuma presente. Aula de meninos. Padre Joaquim Vítor Pereira
>
> — Caderno pois ainda não recebeu livro apesar de pedido. — 110 que têm freqüentado de julho para cá — ordinariamente de 72 a 96 — 1º e 2º anos na *aula do Padre* lêem mal — 2º há 6 meses tendo já estado há tempo em outra aula lê melhor. 3º há 4 meses, começou fora, lê menos bem — 4º sabe já em gramática respondendo sofrivelmente e em frações quase nada respondeu, dividindo muito devagar mas certo e tira a prova mal errando a princípio a multiplicação. Não estão muito certos em geral na doutrina. O Professor parece bom. Letra sofrível.
>
> Aula de meninas da Rua Direita. 50 matr. freq. id. Má letra no livro da matrícula. Nenhuma presente. Aula de meninos. Professor

Joaquim Couto de Almeida Nobre, há 7 anos. 22 constantes de um papel. Pediu livro, mas não é costume segundo diz o professor dar-se. 1º há 3 anos. Lê demorando-se. 2º 2 anos 1/2 — leitura sofrível. Divide bem e tira a prova real. Em frações quase nada disse. Os outros dos presentes dividem alguns, porém mal. Não sabem nada de doutrina. Mau Professor.

Aula de meninas. Professora Maria das Neves Manuela de Melo — 23 matr. Letra má a que vi das meninas com erros de ortografia nas mesmas palavras.

Aula de meninos. Joaquim da Silva Guimarães Ferreira. Livro com 20 matr. Estavam só 5. 12 freq. Sala muito vasta. 1º lê soletrando para si, tem 3 anos. Não soube escrever os números para dividir, divide bem e tira prova. Depois das 4 operações é que o Professor ensina a ler os números. Só sabem rezar orações e mandamentos, etc. Mau professor.

Aula de meninos de Estêvão Coelho de Melo. Matr. em livros 65 — freq. 40 e tantos a 50. Presentes 4. Há ano e tanto lê soletrando, e já soma mal. Má casa, telhado arruinado. O pequeno interrogado é sobrinho do República filho de um Professor particular de 1ªs letras, tem cabeça grande e redonda e ar carregado. O contínuo do Liceu só avisou ao menos a este professor no fogo de ontem. Antes do almoço saímos às 6 1/4 — depósito de artigos bélicos, inútil e dispendioso somente. Cemitério bom falta de correspondência do portão com a porta da Capela — segundo novo plano com catacumbas para ossos. Tambiá lugar bom para passeio, fonte antiga abundante de água de rocha.

Capitania do Porto — Igreja bonita mas não acabada — obra dos negociantes — de S. Pedro Gonçalves — Nova casa da Tesouraria por arrematação, péssimo sistema de madeiramento — Ponte já rachada. Alfândega — Estado do Porto — Cais — Armazém — questão entre o Inspetor Dr. José da Costa Machado e Escrivão João José Henriques, irmão do Antônio.

Inspetoria Provincial. Inspeção de algodão, segundo marcação do que já vem de Mamanguape — má qualidade do algodão de 1ª — fraude na mistura das qualidades. Depósito de 1.000 quintais talvez de pau-brasil. Conveniência de sua venda pronta.

Tesouraria Geral — Aumento da casa para um terreno nacional anexo — Livros para Guarda Nacional — Lugar do arquivo. Correio 2 horas para aviar as malas do sul e uma para as do norte. Pedreira de cal e forno — cadeia velha 1703. O rapaz das matemáticas chama-se Manuel Clementino da Cunha Aranha».

O Imperador impressionou-se em sua visita ao Matadouro da Capital com a precariedade das condições sanitárias do edifício. O prédio todo se apresentava em estado deprimente, não merecia manter-se; a conservação seria fonte de encarecimento sem proveito, tão substancial a reforma exigível. Sem dizer nada, bastando-lhe a inspeção direta, desembolsou a importância de quatro contos de réis para a construção de outro matadouro. Já foram lembrados numerosos outros desembolsos de D. Pedro II, em doações feitas a favor de obras públicas e instituições pias ou filantrópicas. Não se torna possível levantar o rol de todas, inclusive porque várias permaneceram no desconhecimento público. Mas a pesquisa procedida a respeito permite-nos registrar algumas outras: 375 mil réis de esmolas a particulares; 6 contos e cem mil réis aos pobres indigentes e 800 mil réis para obras em diferentes cemitérios.

A pesquisa empreendida faz-nos crer que Sua Majestade despendeu vinte contos e quinze mil réis, pelo menos, em donativos espontaneamente realizados. Insistimos no reparo: os tempos mudaram. Hoje, não só os governantes que ocupam cargos do Poder Executivo manobram recursos públicos, mobilizados em investimentos do gênero; os próprios membros do Poder Legislativo têm como incluir no orçamento de cada ano, seja da União, dos Estados ou dos Municípios, dotações de que se valem pessoalmente para agradar aos dirigentes de instituições através de recursos compensados com uma contrapartida capaz de favorecer suas ambições eleitorais. São bem poucos aqueles que tiram do bolso dinheiro para a mitigação dos males sofridos por outros entes físicos ou jurídicos, mesmo se possuidores de haveres graúdos.

A noite do último dia de permanência do Imperador e sua comitiva na Paraíba foi dedicada à Festa de Despedida, coroada com o baile majestoso realizado em honra de Suas Majestades no edifício-sede do Legislativo Provincial. Ao sarau de gala, «concorrido e suntuoso» segundo a crônica social do tempo, compareceram mais de duzentas senhoras e quinhentos cavalheiros. Nunca fora visto na Província encontro de tanta distinção. Os homens apresentaram-se bem postos em suas roupas regradas conforme a elegância em voga. As mulheres ostentaram-se no apuro dos vestidos ricos, levando nos cabelos, pescoço, orelhas, colo e dedos jóias preciosas que cintilavam no salão amplo. Elas ofereceram ao baile ar de deslumbramento. No fundo do salão, comprida, larga e bem sortida, a mesa dos doces, bolos, assados e mais uma variada sorte de iguarias raras. Tudo devido às mãos habilidosas que se amestraram na culinária.

O Imperador e a Imperatriz chegaram ao salão precisamente às 10 horas e trinta minutos da noite. Nunca ninguém vira ou ouvira tantas

e tão quentes manifestações de júbilo. Por muito tempo ressoaram as aclamações. A festa entraria pela noite adentro, sem pausa e sem quebra de entusiasmo. A gente ilustre, os homens de prol da sociedade, as senhoras elegantes, a juventude sonhadora, o mundo todo da Paraíba seleta ali se comprimia. Ao contrário de hoje, não havia na imprensa cronistas especialmente dedicados ao registro dos fatos de maior relevo na vida da sociedade. Mas, em momento como aquele, alguns comentaristas se improvisaram na coleta das notícias que pudessem dar sabor de crônica aos registros publicitários. Eis aqui uma amostra:

> «Tiveram a honra de dançar com Sua Majestade o Imperador as consortes do Presidente da Província, do Senador Frederico de Almeida e Albuquerque e do Dr. Antônio de Souza Carvalho. Com Sua Majestade a Imperatriz dançaram o Ministro do Império, o Presidente da Província e o Senador Frederico de Almeida e Albuquerque. Tiveram a honra de ser *vis a vis* de Sua Majestade o Imperador o Dr. Vitorino R. T. Barreto com a consorte do Senador Frederico, o Chefe de Polícia com a consorte do Dr. Francisco Antônio de Vital Oliveira e o Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha com sua filha, D. Maria. E *vis a vis* com Sua Majestade a Imperatriz o Dr. Francisco Alves de Souza Carvalho com a Senhora Eugênia e filha do Dr. Felizardo Toscano de Brito, o Dr. Silvino Elvídeo Carneiro da Cunha com sua cunhada, a Sra. D. Leonarda, o Dr. José da Costa Machado com a consorte de Francisco de S. da Silva Retumba».

Depois, e por fim, as despedidas. Os cumprimentos amistosos, cordiais. Os olhares de toda gente alongados em direção à porta principal. Os apertos de coração. Suas Majestades deixariam a Paraíba no dia seguinte. Sairiam do Paço em direção ao Cais do Varadouro às 8 horas da manhã. Ambas e mais os membros da Comitiva Imperial não iriam sozinhos ao encontro do vapor APA. Aquela mesma frenética multidão do dia da chegada os acompanharia na hora da partida. Todos queriam revê-los pela última vez. Sim, pela última vez! As vibrações seriam intensas, mas as emoções haveriam de ser profundas. E assim aconteceu. A Cidade chorou a separação. A Cidade viveu na tristeza o dia 30 de dezembro de 1859. Por muito tempo viveria assim, com a imagem do Imperador nos olhos e a lembrança da Imperatriz no coração. Ambos continuariam a viver no pensamento do povo. Mesmo depois que o exílio os afogou na saudade.

X. RESTOS DE APOTEOSE

D. Pedro II e D. Teresa Cristina puseram-se juntos ante o balaústre do tombadilho, já a bordo do APA, para distribuir os últimos acenos ao povo aglomerado na beira do cais. Cabeças, olhos e mãos, simultaneamente, movimentaram sinais cruzados de despedida. As amarras do vapor já estavam soltas da embarcação que lhe valia no rio como ancoradouro. Soaram silvos melancólicos como prenúncios de saudades. Lá ia o navio singrando lentamente as águas plácidas do Sanhauá, que talvez também chorasse. Mas as águas do rio levavam o conforto de tê-los ainda até o encontro do mar. A distância ia crescendo e as imagens do Imperador e da Imperatriz se apagaram aos poucos, até sumirem para sempre na última curva visível.

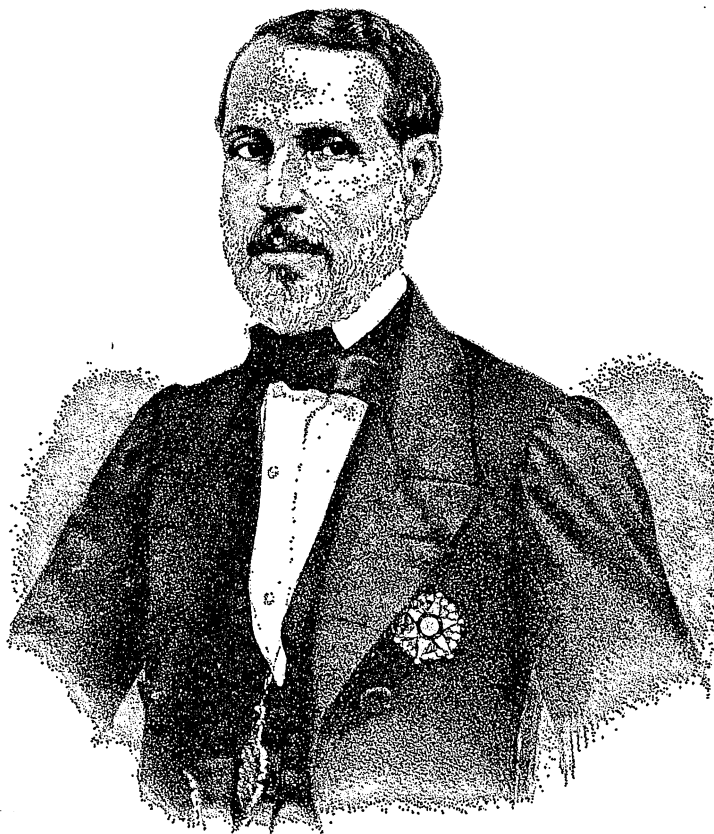
Durante cinco dias cheios a Paraíba viveu embandeirada. Nenhum momento deixou de ser festejado com exultação. D. Pedro II e D. Teresa Cristina sempre foram admirados pela Província, embora distanciados na Corte. Entretanto, a partir da presença do Imperador e da Imperatriz na Paraíba, ambos passaram a ser queridos. Três décadas depois, a República teria sua hora dilucular. Mas o Império não declinou por inteiro no ocaso; pelo menos, no sentimento do povo paraibano. O povo paraibano sentiu que deveria querer ao Imperador. E jamais o esqueceu.

XI. TÍTULOS DE NOBREZA E DIGNITÁRIOS

Várias pessoas foram agraciadas pelo Imperador, após seu regresso à Corte, em reconhecimento por serviços prestados durante sua visita à Paraíba. A agraciação concretizou-se através de títulos e comendas da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo. As principais condecorações foram concedidas por decreto imperial de 14 de março de 1860, dia do aniversário natalício da Imperatriz. Elas compreenderam títulos de Barão (2); em relação à Ordem da Rosa, Comendador (61), Oficiais (21) e Cavaleiros (36). Em relação à Ordem de Cristo, compreenderam títulos de Comendador (4) e Cavaleiro (25). A distribuição obedeceu à seguinte ordem:

Títulos de Barão — Barão de Mamanguape, Dr. Flávio Clementino da Silva Freire; Barão de Maraú, Coronel José Teixeira de Vasconcelos.

Ordem da Rosa — Comendadores: Senador Antônio da Cunha Vasconcelos; Senador Frederico de Almeida e Albuquerque; Coronel Ismael da Cruz Gouveia; Joaquim Moreira Lima; Coronel Joaquim Gomes da Silveira; e Dr. Lindolfo José Correia das Neves.

Oficiais — Antônio dos Santos Coelho, Tenente-Coronel Amaro José Coelho, Dr. Anísio Salatiel Carneiro da Cunha, Dr. Felizardo Toscano de Brito, Padre Felipe Benício da Fonseca Galvão, Dr. Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque, Francisco Manoel Carneiro da Cunha, Francisco Soares da Silva Retumba, Dr. Felinto Henriques de Almeida, Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Vieira Leitão, Capitão-Mor José Francisco de Albuquerque Maranhão, Tenente-Coronel José Fernandes de Carvalho, Dr. João Antônio Fernandes de Carvalho, Dr. José Bandeira de Melo, Dr. Padre Leonardo Antunes Meira Henriques, Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha, Tenente-Coronel Manoel Florentino Carneiro da Cunha, Manoel Teixeira de Vasconcelos, Dr. Vitorino do Rego Toscano Barreto, Tomás de Aquino Mindelo, Umbelino Guedes de Melo e Coronel João Valentim Peixoto de Vasconcelos.

Lith. S. A. Sisson, Rua da Assemblea, 67, Rio de Janeiro.

BARÃO DE MAMANGUAPE

Barão de Mamanguape

Cavaleiros — Antônio Batista Espínola, Antônio de Oliveira, Tenente-Coronel Antônio Camilo de Holanda, Dr. Antônio da Cruz Cordeiro, Padre Augusto Cirilo de Oliveira e Melo, Brás Teixeira de Vasconcelos, Padre Bento José de Barros Mendonça, Bento José da Costa, Claudino do Rego Barros, Dr. Claudiano Bezerra Cavalcanti, Dr. Elias Elíaco Eliseu da Costa Ramos, Dr. Francisco Inácio de Souza Gouveia, Dr. Francisco Lucas de Souza Rangel, Dr. Fausto Benjamim da Cruz Gouveia, Dr. Francisco Antônio Vital de Oliveira, Francisco José do Rosário Júnior, João Fernandes de Carvalho, Joaquim da Silva Coelho, Dr. João Leite Ferreira, Vigário José Gonçalves Ourique, Vigário Joaquim Antônio Marques, José Lucas de Souza Rangel, João Rodolfo Gomes, Luiz Maurício da Gama, Dr. Luiz Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Manoel Marques Camacho, Major Manoel Gomes da Silveira, Alferes Manoel Raimundo Cordeiro, Manuel D'Assunção Santiago, Dr. Manoel da Fonseca Xavier de Andrade, Marcolino Xavier Tavares da Silva, Pedro Tavares da Costa, Simplício Narciso de Carvalho, Major Vicente do Rego Toscano, José Domingues Porto e Joaquim Antônio de Andrade Lima.

Ordem de Cristo — Comendadores: Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, Padre Inácio de Souza Rolim, João José Inocêncio Poggi e Vitorino Pereira Maia.

Cavaleiros — Antônio Pereira de Castro, Dr. Antônio Carlos D'Almeida e Albuquerque, Dr. Astolfo José Meira, Antônio Xavier Monteiro da Franca, Antônio do Rego Moura, Padre Bernardino José da Rocha Formiga, Vigário Antônio Higino de Holanda Chacon, Custódio Domingues dos Santos, Cipriano Arroxelas Galvão, Padre Frederico de Almeida e Albuquerque Melo, Dr. Francisco Alves de Souza Carvalho, Fernando Antônio de Menezes, Dr. Francisco Jovita Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Bruno Jácome Bezerra, Padre Francisco Pinto Pessoa, Dr. Henrique Krausee, José Luís Pereira Lima, José Severino de Albuquerque, João Teixeira de Vasconcelos, Joaquim Marques Damásio, Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques, Salustino Efigênio Carneiro da Cunha, Vitorino Pereira Maia Júnior e Dr. Brás Florentino Henriques de Souza.

No início daquele ano de 1860, dia 23 de janeiro, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Presidente do Conselho de Ministros e ocupante interino da pasta de Ministro do Império, dirigiu carta ao Presidente da Província em que lhe solicitava uma relação completa «das pessoas que prestaram serviços ou concorreram com donativos para a recepção, nessa Província, a Suas Majestades Imperiais». Em resposta de 6 do seguinte mês de fevereiro, com o timbre *confidencial,* Ambrósio Leitão da Cunha atendeu à solicitação ministerial mediante juntada de uma

relação composta de oitenta e um nomes «a serem levados à augusta presença de Sua Majestade».

Na relação estavam incluídos todos quantos deveriam ser agraciados, com o acréscimo de um alvitre. O alvitre consistia em conceder-se a quase todos comendas da Ordem Honorífica, segundo os graus expressamente indicados. A sugestão do Presidente da Província e suas indicações mereceram acolhimento, com irrelevantes emendas. Mas sobrevieram divergências de fundo relativamente à Ordem e ao Grau das comendas, bastando a quem pretender certificar-se a respeito o confronto entre os termos da proposta do Presidente da Província e os do decreto imperial de agraciação. O Presidente do Conselho de Ministros e Ministro Interino do Império desejou apenas que o Presidente da Província lhe oferecesse os nomes dos mais destacados na prestação de serviços à Sua Majestade.

O critério deveria limitar-se a nomes e referências que esclarecessem, por exemplo, quais os anfitriões nas viagens do Imperador ao interior da Província, os membros das diferentes comissões responsáveis pela execução do programa de solenidades e festejos, etc. Mas Ambrósio Leitão da Cunha julgou-se autorizado a formalizar juízo próprio a ser encampado pelas autoridades do Governo Central. Assim, organizou uma relação de acordo com seu juízo pessoal, na qual contemplava os nomes de todos os membros da Assembléia Provincial. Sua justificativa não parecia convincente: prova de reconhecimento por haverem todos votado favoravelmente à aprovação do projeto convertido na Lei nº 30, de 3 de outubro de 1859, que o autorizou a despender, à conta dos cofres públicos, quanto necessário à prestação das homenagens às Suas Majestades.

O Presidente da Província concedeu relevo à razão agora exposta, justificando-se: «Os cofres gerais não tinham recursos suficientes; a lei referida veio poupar muitos dissabores por que teria de passar». Sem embargo, deferência não seria merecida por aqueles que, pessoalmente, em nada contribuíram para o maior brilho das homenagens e para o bem-estar do Imperador na Província, mas pelos que mobilizaram recursos próprios e abriram mão do seu conforto por desejarem participar das iniciativas em louvor de D. Pedro II, servindo à Paraíba. Uma de duas: ou os deputados concederam autorização ao Presidente da Província, para a abertura de crédito ilimitado, por dever de consciência — e a nada fariam jus em troca — ou faltaram à consciência e, neste caso, não mereceriam prova de apreço.

Mas alguma omissão deve ter havido na escolha dos agraciados. Em ocasiões como aquela da visita imperial não são em número reduzido as pessoas que contribuem para o brilhantismo das manifestações e

apuro da *hospitalidade*. Evento do gênero, preparado e vivido com fidalguia e prodigalidade, tanto sensibiliza quem é distinguido quanto enaltece os promotores e colaboradores. Dentre estes últimos, pelo menos alguns hão de ter sido esquecidos pelos que tenham desejado provar reconhecimento. Alguns se fazem ostensivamente lembrados por vaidade ou interesse bastardo, embora pouco de positivo tenham feito; outros, por se terem postos a serviço exclusivo do sentimento, a si mesmos se esquecem. A vida pública sempre viveu cheia de contradições.

O certo é que, com excessos ou omissões, a Paraíba foi contemplada pelo Imperador com títulos nobiliárquicos e comendas concedidos a figuras de sua vida em conseqüência da viagem imperial recordada nesta monografia. Não obstante, ela só possuiu quatro Barões e um Visconde, ao longo de todo o reinado: Barão de Mamanguape e Barão de Maraú, agraciados logo em seguida à invocada viagem Imperial; Barão de Araruna e Barão de Abiaí (Abihay), distinguidos noutras oportunidades vindas do futuro. Visconde houve um só, o Visconde de Cavalcanti. Aqueles e esse, os quatro Barões e o único Visconde, foram expressões que muito se valorizaram nas atividades políticas, sobretudo as da Província. Fizeram histórias que podem ser contadas e ouvidas com respeito. Todos honraram a terra onde nasceram.

Dr. Flávio Clementino da Silva Freire — o Barão de Mamanguape — graduou-se em direito pela Faculdade de Olinda; foi Deputado Geral duas vezes e Deputado Provincial em quatro legislaturas. Numa das legislaturas da Câmara Provincial exerceu a respectiva Presidência. Chegou a ser Vice-Presidente da Paraíba e a ocupar interinamente a Presidência da própria Província, em quatro diferentes oportunidades, no impedimento do titular efetivo. Mais que isso: além de Presidente da Província, foi Senador do Império.

Estêvão José da Rocha — o Barão de Araruna — militou na política intensamente como membro do Partido Conservador. O município de Bananeiras constituiu seu maior reduto eleitoral, mas a projeção que adquiriu cresceu consideravelmente noutras regiões e cobriu a distância entre a zona do Brejo e do Curimataú. Sua participação na política partidária foi influente. O Barão de Araruna residiu no Engenho Jardim, próximo à cidade de Bananeiras, mas nos meses de inverno preferia morar na sua Fazenda Capivara, situada no mesmo município. Era Coronel da Guarda Nacional.

Faleceu em 30 de março de 1874, na cidade de Bananeiras.

José Teixeira de Vasconcelos — o Barão de Maraú — fez-se abastado senhor de engenho. Vários foram os engenhos que possuiu na

várzea do Rio Paraíba. Além de possuir tais propriedades, era dono de muitas terras. Político prestigioso, batalhou nas fileiras do Partido Conservador, no qual era muito ouvido pelos chefes saquaremas. Sua atuação política na Província da Paraíba destacou-se em numerosas ocasiões, inclusive como seu 2º Vice-Presidente. Chegou a exercer a Presidência, interinamente, no ano de 1867. Na Guarda Nacional, Corporação que muito lhe deveu, chegou a ser o Comandante Superior.

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha — o Barão de Abiaí — graduou-se em direito pela Faculdade de Olinda, foi quatro vezes Deputado Provincial e exerceu a Presidência da Câmara durante uma legislatura. O Barão ocupou também a Vice-Presidência da Paraíba e por duas vezes a Presidência, em caráter interino. Não só: foi seu Presidente efetivo. Além de presidir à Paraíba, governou o Maranhão, o Rio Grande do Norte e Alagoas. Ele possuiu insígnias, tendo sido Cavaleiro e Oficial da Ordem da Rosa, Comendador de Cristo e da Rosa, assim como membro da Legião de Honra da França. Destacou-se internacionalmente.

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque — Visconde de Cavalcanti — projetou-se de modo marcante dentro e fora da Paraíba. Seu nome e seus feitos atuaram em altos postos do País e projetaram-se no Exterior, inclusive quando lhe coube exercer o cargo de Comissário-Geral do Brasil na Exposição Universal de Paris (1889). Paraibano de Pilar, nascido a 9 de novembro de 1829, era filho de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e Ângela Sofia Cavalcanti Pessoa. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Olinda (1852) e militou na política desde o verdor dos anos; adepto do Partido Conservador, neste logrou posições de alta influência. Ainda quando estudante, suas primícias literárias prenunciaram a valia dos dotes intelectuais que o fariam sobressair. Em seguida à formatura, dedicou-se à profissão como Promotor Público em Areia.

A Promotoria Pública só o ocupou até 1857, ano em que foi eleito para a Assembléia Geral, na qual permaneceu durante várias legislaturas. Na administração da Paraíba exerceu o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública e no plano mais alto do Governo a Vice-Presidência da Província (1862). As sementes que plantou no tempo da juventude transformaram-se em árvore prócera.

O Visconde de Cavalcanti foi casado com Amélia Machado Coelho de Castro, filha do Dr. Constantino Machado Coelho de Castro e sua mulher Mariana Barbosa de Assis Machado, constituindo ambos os cônjuges uma prole de dois filhos: Fernando e Estela (Stella). Dona Amélia também foi justamente festejada pelos dotes formosos do seu físico e do seu espírito, atraindo aos salões da residência do casal, pela sua distinção e fidalguia, a gente seleta da vida social, cultural

e política. Ela sobreviveu ao marido durante quase meio século e sua viuvez foi modelo de renúncia e retraimento piedoso. Tornou-se comovedora a assistência que concedeu ao Visconde nos últimos anos de sua existência; alquebrara-o uma cegueira martirizante que o acompanhou à morte, ocorrida na cidade mineira de Juiz de Fora nas últimas horas do dia 13 de junho de 1899, quando perto de completar setenta anos de idade.

Grande do Império, Veador da Imperatriz, Comendador da Ordem de Cristo do Brasil, possuiu a Grã-Cruz da Ordem Portuguesa de Vila Viçosa, a Grã-Cruz da Coroa Real da Prússia e as insígnias de Grande Oficial da Legião de Honra da França. Além de qualificar-se como membro de numerosas associações científicas e literárias do País e do Exterior, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque notabilizou-se pela riqueza do espírito, grandeza do sentimento e inteireza do caráter. Ele foi do tempo em que um fio de barba valia mais que uma assinatura sobre selo de contrato. Os méritos permitiram-lhe vôos altos. Depois de servir na Paraíba ao bem de sua terra a esta foi servir em terras dos outros. Em sua terra, havia sido Deputado e Vice-Presidente da Província; por sua terra foi Deputado Geral (1857-1864 e de 1869-1877). Em terras dos outros foi Presidente do Piauí (1859-1860), do Ceará (1868-1869) e de Pernambuco (1870-1871).

Já nome nacional, cada vez mais prestigioso, foi Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1870); e da Justiça (1875 a 1877), em 1877 passou a dirigir o Ministério dos Estrangeiros, no qual permaneceu até janeiro de 1878. Seus salões tornaram-se célebres, sobretudo nesse tempo; neles irradiavam o donaire e os requintes da Viscondessa. Ainda hoje a memória dos tempos repassa os dotes daquela dama que, «senhora de grandes virtudes, era também dona de rara beleza». Muito caridosa, ajudava especialmente aos cegos no longo período de sua viuvez; com certeza, por aconchegar a saudade à imagem do marido para sempre ausente. Não poucas foram as obras que escreveu, ainda existentes em anagliptografia, ou sistema *braille*. De sua autoria é o *Catálogo das Medalhas Brasileiras e das Estrangeiras referentes ao País*, da sua Coleção Numismática. A Viscondessa deixou este mundo em 21 de fevereiro de 1946 com a avançada idade de 94 anos, quarenta e seis anos após a morte do marido; faleceu na atual Capital do Estado do Rio de Janeiro e foi sepultada no Cemitério do Catumbi.

Além de Deputado à Assembléia Provincial e à Assembléia Geral, sucessivamente; além de Vice-Presidente de sua Província e de Presidente do Piauí, Ceará e Pernambuco; de Senador do Império e titular de três pastas de Ministro, o Visconde foi Conselheiro Extraordinário

de Estado (1889). Tarde e sem plenitude chegou a essa última posição; as injunções políticas o preteriram, embora com estranheza da imprensa e de vozes ilustres da opinião pública. Em fins de 1886, quando várias nomeações foram feitas para o Conselho de Estado, conceituado órgão da imprensa do Rio de Janeiro publicou: «O lugar de Diogo Velho deveria ser, hoje, nessa corporação onde se congregam os homens da política dos dois partidos para aconselhar a Nação e o seu Chefe, preparar, na meditação do gabinete, obras que atenuem a esterilidade da administração pública e sirvam de alimento às câmaras legislativas. Mas... há falta de *advogados do diabo* no grande conclave, e a vez do ilustre homem de Estado e de letras ainda não chegou. A justiça política nunca começa por casa».

Diogo Velho foi o único paraibano que teve acesso ao Conselho de Estado do Império. A referida instituição e o Senado, escreveu A. Tavares de Lyra, «foram duas assembléias notáveis pela ilustração, pelo patriotismo e pela independência dos que as compunham, mercê do escrúpulo e da isenção de ânimo com que o Imperador nomeava os conselheiros e escolhia os senadores; em ambos fulguraram nossos maiores estadistas».

Os paraibanos, sobretudo, precisam conhecer a história de sua grande e longa vida, para que saibam orgulhar-se dos feitos desse conterrâneo eminente e estóico, cheio de serviços prestados à terra natal e ao País. Que esse dia não demore a chegar; muitas e muitas décadas já se passaram em branco. Este bosquejo reflete uma pálida amostragem de uma vida modelar, que soube preservar-se na coerência e na retidão, sem desfigurar-se por força dos vendavais, das contradições e das injustiças. O seio materno da terra amada haverá de aconchegar seus despojos, esquecidos no ossário de um cemitério longínquo.

XII. HUMOR DA VISITA

As provas do humor popular, suas medidas e variações, correm o mundo e atravessam os séculos; não pertencem ao *aqui* nem ao *agora.* Tais provas chegam a interessar pesquisas de cientistas sociais, que por meio delas captam e coletam sinais úteis à fixação de traços relativos à psicologia social de um povo ou de outro; relativos às suas tendências, ao seu nível cultural e mais alguns índices. As provas de humor chegam a enriquecer anedotários tanto mais cultivados quanto maior a importância dos homens que os nutrem. Não são poucos os livros do gênero que instruem os historiadores. A literatura incorpora alguns que constituem preciosidades e outros que servem à leitura recreativa com maior ou menor dose de temperos apimentados. Os varões ilustres de preferência alimentam os textos, lidos e relidos através de edições sucessivas.

Minha juventude começou a tomar corpo, dando-me gosto ao espírito em formação, quando um dos referidos livros me fez compreender a importância que existe em certos aspectos aparentemente frívolos da vida de grandes estadistas, cientistas, artistas, pensadores, escritores, poetas e outros expoentes famosos. Daquele meu tempo é o livro de Múcio da Paixão, intitulado *Tipos, Curiosidades, Esquisitices dos Homens Célebres.* Passei a interessar-me pela biografia de alguns dos homens exponenciais referidos no livro provocado pelas anedotas e boutades incluídas no texto. E por aí fui dando rumo aos pendores ainda imprecisos do meu espírito. O certo é que a vida de certos varões ilustres passou a interessar-me, então, por influência de algumas anedotas de sabor marcante. Às vezes, a anedota recomenda o prócere que a tenha motivado; recomenda-o ou define-lhe a plasticidade mental.

No Brasil tornou-se comum a produção de alimento para o anedotário pitoresco ou malicioso, numa cidade ou noutra, ao ensejo da visita de um homem de porte famoso e rareada presença. Ao povo curioso nada escapa na observação do seu jeito ou na coleta das versões a seu respeito enredadas. O povo mesmo incumbe-se de cultivar a verve,

quase sempre dando provas de talento, vivacidade ou malícia saborosa. Sua jocosidade adquire asas, espalha-se e envolve distâncias. D. Pedro II não escapou às farpas dos repentes improvisados pela inteligência chistosa ou irreverente do povo paraibano; D. Pedro II, D. Tereza Cristina e alguns dos membros mais destacados da Comitiva Imperial. Mas em nada ficou desmerecida a benquerença do povo, que, conforme demonstrado nesta monografia, recebeu de braços abertos o Imperador e a Imperatriz.

Conta-se que o Augusto Visitante, após um almoço em casa de influente personagem da época, quis espairecer ante o pomar existente na propriedade do anfitrião. D. Pedro II caminhou em direção ao alpendre largo, construído à frente da residência, de onde seu olhar poderia envolver os longes cheios de árvores de frutas sumarentas e sombras acolhedoras. O calor intenso lhe forçava a transpiração. Por muito que desejasse disfarçar, não se conteve: abriu o paletó na vã tentativa de arejar o corpo com o refrigério de uma viração sonolenta. O dono da casa olhou-o, surpreendido, levando-o a justificar-se: — «A atmosfera está carregada!» O dono da casa era amigo íntimo da lisonja e, com o apoio dela, sacou a concordância estapafúrdia: — «Vossa Majestade não viu nada; no ano passado o carrego foi grande, era cada atmosferão deste tamanho».

Até aí a lisonja só teria homenageado sua própria ignorância, com uma explicação que não frutificou ao menos por influência das frutas sumarentas pendidas das árvores esgalhadas no pomar. Mas viria uma cobertura física para socorrer o interlocutor e fazê-lo ilustrado: Sim, «era cada atmosferão deste tamanho!» O tamanho alargou-se em suas mãos, que se espaçaram para medição do volume de uma fruta-pão imaginada com um diâmetro de causar inveja a uma jaca de proporções incomuns. O Imperador não há de ter entendido o simbolismo picaresco da lisonja, mas várias risadas maliciosas hão de ter sido abafadas pelos circunstantes esclarecidos. O próprio dono da casa terá sido sabedor, depois, do ridículo em que se emaranhou. A sorte foi que no cerco da roda não se contava ninguém do sexo oposto. As mulheres são ainda mais maliciosas; a malícia lhes aflora nos olhos.

Outro episódio envolveu «a Imperatriz e o nosso famoso queijo de manteiga, preparado a capricho para regalo do paladar dos eminentes convivas», conforme escrito em «De Convento a Palácio». D. Tereza Cristina desejou livrar-se da iguaria, talvez por ser refratária a alimentos feitos com produto de vaca leiteira sem clima de Corte. Mas a insistência abusiva tornou-se chocante. «Ceder ou irritar-se» poderia ser o lema exposto à opção da Imperatriz. A fidalguia fê-la decidir ante a alternativa: — «Servir-me-ei de uma naquinha». O ofertante explodiu:

— «Não! Vossa Majestade vai comer uma nacona!» Nacona deve ser corrutela de nacada, naco; grande fatia, pedaço. Mas a corrutela com certeza pertence a dicionário de gíria pornográfica... Por isto mesmo, o espanto há de ter arrepiado o ânimo dos ouvintes. A pulcritude feminina da imaginação imperial deve ter desfeito os constrangimentos.

Muitas outras estórias poderiam ser recordadas, assim frascárias, brejeiras ou até certo ponto atraentes e de humor festejado. Se alongasse a repetição esta monografia sofreria o risco de comprometer o intuito narrativo que o autor tem desejado avivar no texto. Os episódios recordados valem como peças avulsas de um mostruário por muito tempo enriquecido. Bastam as amostras que eles exprimem para medir-se o nível da instrução incorporada ao espírito do povo e até mesmo ao dos homens então tidos e havidos como representativos da inteligência e da cultura. Hoje, se uma situação idêntica aparecesse, decerto que o referido nível se elevaria expressivamente. O povo paraibano adquiriu bem mais amplo poder de domínio e suas elites oferecem ao país e ao mundo exemplos numerosos de valores humanos realmente admiráveis. A Paraíba cresceu muito por dentro.

XIII. SALDO POSITIVO DA VISITA IMPERIAL

Uma nação cujo povo se deixa cindir por influências de cismas ideológicas dificilmente é favorecida por alguma volta que lhe restitua a unidade de espírito e sentimento antes porventura existente. Ainda que seja possível, contrariando pressupostos de ciência política, a volta custará muito tempo. A unidade de espírito tornar-se-á menos difícil, na hipótese de restaurar-se, quando o poder persuasivo de uma ideologia adquire força capaz de aglutinar o povo de uma nação em sua quase totalidade. Não há quem possa jurar a existência de unidade no espírito de um povo cindido em correntes ideológicas. Poderá ocorrer eventualmente é a presença de um sentimento inspirado no amor à pátria, se o civismo adquirir ênfase no momento em que ela se julgue ultrajada.

A mobilização marcial é neste caso consentida, sem defecções ponderáveis, ante a solidariedade maciça do povo que se julgue ofendido ou contrariado em algum interesse vital. A despeito destas considerações, que foram ilustradas aqui mesmo no Brasil durante a guerra contra o Paraguai, o certo é que o sentimento dos paraibanos esteve ostensivamente unificado a partir de quando a Província se preparou para receber o Imperador e até muito tempo após o regresso de Sua Majestade à Corte. Os documentários e as crônicas nos deixam seguros a respeito desta verdade. O povo paraibano viveu os mesmos pensamentos e os mesmos sentimentos naquela oportunidade. Ninguém se retraiu ou se tornou omisso, embora a existência de facções políticas contrapostas e de algumas tragédias sanguinolentas resultantes das exacerbações partidárias.

A solidariedade popular que então envolveu a Província pareceu estimular os paraibanos a uma vida em comum, como se todos constituíssem uma numerosa família unida, coesa, indissolúvel. Ainda hoje, não obstante a diversificação das opiniões políticas, a impressão que se tem, na Paraíba, é de um permanente congraçamento da população; a população parece haver adquirido o hábito de viver enlaçada. A visita

do Imperador fortaleceu a convivência cordial de quase todos os paraibanos, *sobretudo* aqueles que vivem na Capital da antiga Província. Não poucas vezes tem sido observada essa união. A Cidade metropolitana continua a dar-se ao nivelamento social, que exclui diferenciações ostensivas entre os componentes das classes; o *status* próprio de cada classe não entra em linha preponderante. O invocado nivelamento é sentido, por exemplo, durante as festas anuais em louvor à padroeira da Cidade referida, Nossa Senhora das Neves.

A visita do Imperador parece haver habituado o povo paraibano a viver junto, embora juntos não estejamos todos nas manifestações de caráter político. Tais manifestações só eventualmente fazem o povo vibrar. Por outro lado, ainda é muito rala a influência ideológica de uma doutrina ou de outra. Nenhuma doutrina ideológica prospera em meio social ou economicamente tênue; as doutrinas políticas e sociais só adquirem corpo nos centros densamente desenvolvidos. A visita do Imperador há de ter influenciado o convívio dos paraibanos em clima de aderências espontâneas. Além da inexistência de ideologias atuantes, na Paraíba, nela também não ocorrem conflitos motivados por preconceitos étnicos. Brancos, negros e mestiços cruzam-se sem constrangimento ou complexos. As alturas sociais não pertencem, privativamente, a ricos ou brancos.

A Paraíba não superestima nem rebaixa nenhum dos tipos antropológicos grupados pelo admirável Roquete Pinto no livro intitulado *Ensaios de Antropologia Brasiliana*: leucodermos (brancos), faiodermos (branco x negro), xantodermos (branco x índio) e melanodermos (negros). Aliás, conforme o autor citado recordou, o problema das raças não existe no Brasil; negros, índios, brancos e mestiços exercem, mais ou menos, a mesma influência social. A influência de negros e mestiços tem-se tornado ainda mais atuante a partir de quando as redes de rádio e televisão começaram a alargar e intensificar a comunicação social. A maior comunicação social que favorece o *status* de negros e mestiços, estimulada pelo rádio e pela televisão, é observada com a participação de uns e outros, sobretudo daquelas que se valorizam no desporto, no canto, na música e noutras revelações de méritos artísticos.

A Paraíba parece empenhada, desde a visita do Imperador, em cultivar clima que concorra para a desestratificação social. À sua mesa de comunhão social todos têm acesso. A presença de D. Pedro II ensejou-lhe na conglomeração de todas as classes o apagamento de quaisquer distinções fundadas em preconceitos raciais ou sociais. Ela aguçou o sentimento de sua hospitalidade ao receber a visita do Imperador com a participação indistinta de todo o seu povo. Nenhum proveito material ou político foi calculado. Bastou à Província o júbilo de receber

Trecho do Diário do Imperador D. Pedro II quando de sua estada na Paraíba.

o Augusto Visitante, embora tenha lucrado ainda mais extensamente a irradiação do seu nome. Em verdade, a partir de então, a voz paraibana adquiriu tônica de ressonância crescente no cenário da vida nacional. A presença de D. Pedro II, na Paraíba, tornou mais influente, na Corte, a simbólica presença da Paraíba.

O Imperador conheceu ao vivo a tenacidade do povo paraibano e sentiu de perto o estoicismo do referido povo no afã de realizar-se com segurança. De imediato, algumas providências foram concatenadas por D. Pedro II no sentido de vitalizar atividades ainda à espera de recursos. Sua Majestade levou em sua volta a convicção de que deveriam ser melhorados o sistema de comunicações, o ritmo administrativo da Província, a legislação militar e o mecanismo judiciário que, em verdade, adquiriram promissor alento. Como espontânea contribuição direta em benefício comunitário, não é despiciendo lembrar o encaminhamento e a solução de alguns problemas então relevantes, dentre os quais a construção da ponte sobre o rio Sanhauá e a de um novo matadouro. A certas Províncias favorecidas com direitos de precedência juntou-se a Paraíba, que, como no caso de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, passou a representar-se nos altos centros do Império; no Ministério, no Conselho de Estado e no Senado.

A visita imperial ao Nordeste reforçou no ânimo geral do Segundo Reinado o imperativo da integração nacional, que ainda mais se calcificou. A Paraíba passou a adquirir maiores dimensões no âmbito das atividades públicas; passou a ser vista e sentida não apenas como uma estrela pálida no desenho da Bandeira Nacional. Sua luz adquiriu projeção e brilho em áreas numerosas da ordem política, social e econômica. A Paraíba foi crescendo a ponto de constituir foco de atração da cultura diversificada nos domínios do pensamento e da ação. O pesquisador paciente que pretenda arrolar os nomes dos grandes paraibanos postos a serviço do Império como expoentes haverá de certificar-se desta verdade: a Paraíba engrandeceu-se em diferentes redutos com a elevação a postos de relevo, na vida pública, de muitos dos seus filhos que se fizeram ilustres.

BIBLIOGRAFIA

ALCINDO Sodré — *Visita dos Imperadores à Bahia* (Anuário do Museu Imperial. Vol. II. Petrópolis, 1950).

AMBRÓSIO Leitão da Cunha — *Relatório ao Dr. Luiz da Silva Nunes.* (Apresentado na transmissão do cargo de Administrador da Província da Paraíba do Norte. Tip. Paraibana, Paraíba, 1860).

ANTÔNIO Carlos Ribeiro de Andrada — *Bancos de Emissão no Brasil.* (Edição da Livraria Leite Ribeiro. Rio de Janeiro, 1923).

ANTÔNIO da Cruz Cordeiro — *Instruções Sanitárias Populares.* (Tip. J. R. da Costa; Paraíba, 1862).

AUGUSTO Tavares de Lyra — *O Conselho de Estado.* (Edição da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1934).

AUGUSTO Tavares de Lyra — *A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros.* (Tipografia do «Jornal do Comércio». Rio de Janeiro, 1923).

BELMAR — *Voyage aux Provinces Bresiliennes du Pará et des Amazones en 1860.* Barbican. Londres, 1861.

CELSO Mariz — *Cidades e Homens.* (A União. João Pessoa PB, 1945).

CORIOLANO de Medeiros — *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba.* (Imprensa Oficial, Paraíba, 1914).

ESCRAGNOLLE Dória — *Relação dos Baronatos.* (Anuário do Museu Imperial. Vol. VI. Petrópolis, 1945).

FALAS do Trono. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1977.

FLORENTINO Barbosa, Cônego — *Monumentos Artísticos e Históricos da Paraíba.* (A União. Paraíba, 1953).

F. Vidal Filho — *Nossa Capital em 1850.* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Vol. 13. 1958, João Pessoa, PB).

GILBERTO Amado — *Grão de Areia.* (Livraria José Olympio. Rio de Janeiro, 1963).

GILBERTO FREYRE — *Sobrados e Mocambos.* (Vol. I, Livraria José

Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1951).

GOLFFREDO Escragnolle Taunay — *A Morte do Imperador.* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo 98, Vol. 152. Rio de Janeiro, 1925).

GUILHERME Auler — *Viagem a Pernambuco em 1859.* (Diário do Imperador D. Pedro II. Revista do Arquivo Público de Pernambuco. 1º e 2º Semestres, Anos V e VI, números VII e VIII, Recife).

HEITOR Lira — *História de D. Pedro II.* (Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938).

HENRIQUE de Beaurepaire Rohan — *Corografia da Província da Paraíba do Norte.* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Ano III, Vol. 3º, 1911).

HENRIQUE de Beaurepaire Rohan — *Relatório ao Dr. Ambrósio Leitão da Cunha ao assumir este a Presidência da Província da Paraíba do Norte.* (Tip. de J. R. da Costa. Paraíba, 1859).

HUMBERTO de Campos — *Carvalhos e Roseiras.* (Edição da Gráfica Editora Brasileira Ltda. W. M. Jackson. Inc., São Paulo, 1939).

HUMBERTO Nóbrega — *De Convento a Palácio* (A União. João Pessoa, 1965).

INVENTÁRIO do Arquivo Leitão da Cunha, Barão de Mamoré — Série: *O Arquivo Histórico do Museu Imperial, I.* (Editora Vozes Ltda.). Petrópolis, 1972).

IRINEU Ferreira Pinto — *Datas e Notas para a História da Paraíba.* (Vol. II, Imprensa Oficial. Paraíba, 1916).

JAVARI, Barão de — *Organizações e Programas Ministeriais.* (Edição da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1889).

JOAQUIM Nabuco — *Um Estadista do Império.* (Edição de H. Garnier. Rio de Janeiro, 1897).

JOÃO R. da Veiga Pessoa Júnior — *Os Viscondes de Cavalcanti.* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Vol. 10, 1946. João Pessoa, PB).

J. M. Pereira da Silva — *Memórias do Meu Tempo.* (Edição de H. Garnier. Rio de Janeiro, 1895).

JOSÉ Batista Melo — *Evolução do Ensino na Paraíba.* (2ª ed., Imprensa Oficial. Paraíba, 1956).

JOSÉ Lins do Rego — *Menino de Engenho.* (Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1960).

JOSÉ Leite de Abreu Brito (Publicado sem o nome do autor) — *Apontamentos Biográficos para a História das Campanhas do Uruguai e Paraguai desde MDCCLXIV.* (Tipografia Perseverança. Rio de Janeiro, 1866).

LEVY Rocha — *Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo.* (Departamento da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1960).

LOURENÇO Luiz Lacombe — *Diário da Viagem ao Norte do Brasil.* D. Pedro II. (Edição da Universidade da Bahia, 1959).

LUIZ da Câmara Cascudo — *O Marquês de Olinda e seu Tempo.* (Edição da Companhia Editora Nacional. São Paulo. Vol. 107. Brasiliana, 1938).

MAURÍLIO Augusto de Almeida — *Diogo Velho, em síntese (Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque,* Visconde de Cavalcanti). (Tip. Chaves Ltda. Paraíba, 1977).

MAURÍLIO Augusto de Almeida — *O Barão de Araruna e Sua Prole.* (A União Cia. Editora. João Pessoa, PB, 1978).

NELSON Werneck Sodré — *Panorama do Segundo Reinado.* (Edição da Companhia Editora Nacional, São Paulo. Vol. 170. Brasiliana, 1938).

OLIVINA Carneiro da Cunha — *Barão de Abiahy.* (A União Editora, Paraíba, 1940).

OSCAR de Oliveira Castro — *Medicina na Paraíba.* (A União. Paraíba, 1945).

P. de S. (Bernardo Xavier Pinto de Souza) — *Memórias da Viagem de Suas Majestades Imperiais à Província da Bahia.* (Tipografia Indústria Nacional de Cotrim e Campos. Rio de Janeiro, 1867).

P. de S. (Bernardo Xavier Pinto de Souza) — *Memórias da Viagem de Suas Majestades Imperiais à Província de Pernambuco.* (Tipografia Indústria Nacional de Cotrim e Campos. Rio de Janeiro, 1867).

RODOLFO Garcia — *Viagem de D. Pedro II — 1º no Brasil, 2º no Exterior.* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 98, Vol. 152, 1925).

R. Magalhães Júnior — *Três Panfletários do Segundo Reinado.* (Edição da Companhia Editora Nacional, São Paulo. Vol. 286. Brasiliana, 1956).

SACRAMENTO Blake — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro.* 1º Vol. (Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1883).

SERAFIM Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Vol. V. (Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1945).

TAUNAY, Visconde de — *Reminiscências.* (Edição da Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, 1908).

TEIXEIRA de Melo — *Efemérides Nacionais.* (Tipografia da Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1881).

TIMON (Pseudônimo de Eunápio Deiró) — *Estadistas e Parlamentares.* (Tipografia de Molarinho S. Mont'Alverne. Rio de Janeiro, 1883).

TITO Franco de Almeida — *O Conselheiro Francisco José Furtado.* (Edição da Companhia Editora Nacional, São Paulo. Vol. 245. Brasiliana, 1944).

VASCONCELOS, Barão de — *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.* (Lausane. Suíça, 1918).

VITOR Viana — *O Banco do Brasil.* (Edição do «Jornal do Comércio». Rio de Janeiro, 1926).

WALFREDO Rodrigues — *História do Teatro na Paraíba.* (Imprensa Oficial. Paraíba, 1960).

JORNAIS E DOCUMENTOS

A Imprensa. (Coleção, 1859, Paraíba).

COLEÇÃO de Leis Provinciais da Paraíba do Norte. Ano de 1859. (Tip. de José Rodrigues da Costa. Paraíba, 1859).

COMERCIAL Paraibano. (Números avulsos de 1860. Paraíba).

CORREIO MERCANTIL. (Coleção, 1859 e 1860. Rio de Janeiro).

CORREIO da Tarde. (Coleção, 1860. Rio de Janeiro).

CORRESPONDÊNCIA do Governo da Província da Paraíba à Direção do Tesouro Público Provincial entre 1857 e 1860. (Manuscritos existentes no Arquivo Público do Estado da Paraíba).

CORRESPONDÊNCIA Reservada do Presidente da Província da Paraíba, 1859. (Manuscritos existentes no Arquivo Público do Estado da Paraíba).

CORRESPONDÊNCIA do Presidente da Província da Paraíba ao Ministro do Império. (Manuscritos existentes no Arquivo Nacional).

DIÁRIO do Imperador D. Pedro II. Diário nº 4, em manuscrito. (Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis).

LIVRO de Registro de Ofícios Expedidos pela Secretaria da Assembléia Legislativa da Província da Paraíba, 1850 a 1871. (Manuscritos existentes no Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado. Paraíba).

VICENTE Gomes Jardim — *Monografia da Cidade da Paraíba do Norte.* (Manuscrito de 1887, incorporado à Biblioteca do Autor).

ALGUMAS APRECIAÇÕES SOBRE ESTE LIVRO

PEDRO CALMON: «Foi pena que eu não tivesse conhecido antes o livro *Presença de D. Pedro II na Paraíba*, pois o teria citado, com prazer e necessariamente, na minha História de D. Pedro II, que tem um capítulo a respeito. O livro é sério, bem documentado, descritivo e sumamente valioso».

D. PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA: «Vários amigos do Arquivo Nacional já me haviam falado a respeito deste livro com os maiores elogios. Vejo, agora, que as referências ouvidas estiveram aquém das merecidas. A apresentação do trabalho, a capa primorosa, as pesquisas do autor, tudo torna o livro precioso».

A. DE LYRA TAVARES: «Excelente livro. Li-o de ponta a ponta com prazer e proveito. A História, como seus grandes personagens, tem que ser estudada no quadro da época, para que sua visão não seja deformada pelos pósteros. É o que vejo neste livro. Trata-se de um estudo precioso».

CAIO TÁCITO: «Seu ensaio tem a precisão documental e o dom poético da reconstituição. As ruas e as gentes das vésperas do Natal de 1859 ressuscitam com autenticidade e emoção, retratando, em suas minúncias, uma fatia quase fotográfica da história. As notas de Pedro II, em visita a Cabedelo ou às igrejas, confirmam sua alma de zeloso burocrata, misturando turismo e auditoria. Parabéns cordiais pelo livro, que é um modelo de trabalho de pesquisa histórica».

AUSTREGÉSILO DE ATHAYDE: «... é um trabalho de documentação histórica que demandou paciente pesquisa feita com inteligência e objetividade».

FERNANDO PIO: «Confesso, meu caro Maurílio que, embora com a vida tão cheia de compromissos como tenho a minha, li seu livro em menos de 24 horas. Leitura que não cansa. Linguagem simples e sedutora. Você fotografou, admiravelmente, a velha Paraíba de outrora

e dentro dessa moldura magnífica de um humilde burgo dos meados do século XIX, fez desfilar, pomposamente, a Comitiva Real de Sua Majestade. E dentro desse milagre de comunicação soube você ainda fazer de cada um de nós um autêntico espectador desse desfile soberbo».

MANOEL XAVIER DE V. PEDROSA: «Foi pena que este primoroso trabalho não tivesse sido enviado ao Congresso do Sesquicentenário de D. Pedro II; sua leitura é de real proveito».

WALDEMAR DE OLIVEIRA: «A narração contida neste livro, real, viva e objetiva, é enriquecida por um documentário que tudo autentica e ainda mais ilumina».

LUIZ WANDERLEY TORRES: «A segurança no dizer, a seqüência lógica na explanação do assunto, a beleza e o desdobramento dos detalhes, dentro de rigorosa compreensão histórica, fazem do livro um documentário de altíssimo valor para a História, sobretudo a da Paraíba».

VITÓRIA CHIANCA: «A história paraibana enriqueceu-se com este livro, escrito com seriedade e autenticidade. Permaneci em minha varanda doméstica, após sua leitura, mostrando ao meu filho caçula o rio Paraíba. Contei-lhe que um dia o Imperador esteve nesta terra, desembarcando perto do local indicado pelo meu dedo, e andou por várias de nossas ruas provincianas. Vi a curiosidade nos olhos do meu filho, idêntica ao encanto com que o livro embeveceu meu espírito».

HERODOTO PINHEIRO RAMOS: «A monografia é excelente; pena que seja curta. Mas, em verdade, não precisaria ser comprida. Tudo quanto deveria ser recordado se encontra no seu texto».

FERREYRA DOS SANTOS: «Esplêndida monografia! O estilo simples, claro e escorreito conduz o assunto histórico nela tratado a todos os pormenores descritivos. Trata-se de uma contribuição fundada em pesquisa histórica exata e cheia de requintes da arte de quem sabe escrever bem sobre fatos, coisas e gente».

SOLIDONIO C. LACERDA: «O livro fez-me voltar à Paraíba de um século e tantos atrás. Percorri ruas, visitei igrejas, aqueci-me à luz de lampiões, ouvi o badalar de sinos, fugi dos miasmas condutores das febres e da morte e por fim pude ver a chegada de SS.MM. Valeu! Quando a história é bem contada, e contada com autenticidade, o valor da narrativa é permanente».

JOSÉ GABRIEL DA COSTA PINTO: «O livro causou-me a mais lisonjeira impressão. Tudo nele agrada: a linguagem acessível e clara, a copiosa variedade das informações presas ao tema central e o bom uso

da documentação transcrita, assim como o ambiente da província traçado logo no primeiro capítulo. Para que não pareça que os louvores sejam convencionais, ofereço ao autor algumas sugestões a título de colaboração, tendo em vista o preparo de uma nova edição (pág. 43): «após a visita do Imperador, foi ele agraciado com o título de Barão de Mamoré» (o título foi concedido tempos depois, por decreto de 3 de março de 1883; ele foi condecorado, após a visita, com a comenda da Ordem de Cristo, conforme o autor consigna, aliás, na pág. 109; (pág. 57) «os padres Bento, proprietários do Engenho Maraú» (talvez seja melhor dizer «os monges beneditos», etc.); (pág. 109) deve ser Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império, e não «Ministro Interino», etc.; (pág. 112) talvez seja melhor dizer que possuía «a Ordem de Cristo, a Grã-Cruz de Vila Viçosa, de Portugal, e a Grã-Cruz da Coroa Real, da Prússia», ou «e as Grã-Cruzes de Vila Viçosa, de Portugal, e da Coroa Real, da Prússia». Como se vê, estas observações são insignificantes, apenas comprovam a atenção com que li o livro; por isto mesmo, servem para realçar seu valor».

VELOSO COSTA: «O autor deste livro, profissional das pipetas e dos reativos, acresce às suas atividades cotidianas, com a paciência e a pertinácia de quem sabe pesquisar conhecimentos novos nos meandros da História, um acervo de cultura que lhe enriquece o espírito e ilustra seus leitores».

FERNANDO OLIVEIRA: «A leitura deste livro, em cujas páginas as palavras fluem com a maior simplicidade, dá-nos a impressão de conviver com D. Pedro II durante seu percurso pelas ruas provincianas da Paraíba. O autor atraiu uma rica fonte de dados desconhecidos, teceu comentários lúcidos e avivou uma retrospectiva segura da cidade, permitindo ao leitor acompanhar com segurança a narrativa. De colecionador de documentos e livros preciosos, passa a ser colecionado, alinhado em estante de leigos ou profissionais da bibliografia paraibana. Sua forma de escrever é simples, direta e didática; prende o leitor mais exigente».

WALDEMIR MIRANDA: «A leitura desta monografia trouxe-me a impressão de estar no meio do povo, ouvindo os aplausos recebidos pelo Imperador. Trouxe-me, assim como ao prefaciador João Lyra Filho, conterrâneo do autor, a mesma sensação da vivência emocional de um passado redivivo após mais de um século. Tudo parece ganhar atualidade em sua pena de escritor».

JOSÉ RAFAEL MENEZES: «O estilo do autor adquiriu características singulares. O empenho de sua responsabilidade é tão lúcido e ordenado quanto o exercício de suas atividades médicas de analista».

AURELIO DE ALBUQUERQUE: «Não se trata de uma dissertação maçante, carregada de citações mal arranjadas, mas de uma leitura sugestiva, repassada de fatos curiosos ou pitorescos ocorridos no longínquo ano de 1859, quando ainda reinava o mil réis e a palavra inflação era inteiramente desconhecida. E quanta coisa curiosa o autor nos conta, narrando suavemente a honrosa chegada de D. Pedro II ao solo paraibano!»

CARLOS ROMERO: «Trata-se de um livro de fôlego, resultante de exaustivas e pacientes sondagens históricas, o que comprova o amor do autor à cultura e, sobretudo, à comunidade a que vem servindo há muito tempo como médico e cidadão dos melhores. Com o seu «Presença de D. Pedro II na Paraíba», ele nos surpreende. A surpresa não é por faltar-lhe capacidade para um estudo dessa natureza, mas por tratar-se de um ocupadíssimo profissional de medicina, um verdadeiro apóstolo da ciência, que passa todo o tempo fechado no seu laboratório de analista, somente o abrindo para atender à clientela ou às atividades universitárias. É certo que o sabíamos reverente à cultura e devotado ao estudo paraibano do povo e da terra. O autor guarda em sua biblioteca quase tudo quanto se tem publicado sobre a Paraíba ou na Paraíba, seja a mais insignificante plaqueta ou a brochura mais humilde. A Paraíba em livro está hospedada em sua casa. Eis aí uma de suas maiores riquezas. O amor ilimitado à sua província foi, pois, que levou o autor a escrever a monografia com que documenta a visita do bondoso monarca à Paraíba na segunda metade do século passado. O levantamento por ele feito dessa significativa presença, através de vasta documentação e qualificada bibliografia, constituem precioso legado cultural».

SINVAL FERNANDES: «Reviver a presença de D. Pedro II na Paraíba, em suas minúcias, foi o objetivo da monografia de Maurílio de Almeida. Há, porém, na circunstanciada narrativa da visita imperial uma prova que o ilustre autor oferece aos velhos e moços como lição preciosa: o valor dos arquivos. A origem dos elementos por ele coligidos em forma de pesquisa confere ao livro um cunho de autenticidade indiscutível. Ultimada a busca paciente e farta, o autor soube valer-se dos seus próprios atributos pessoais: linguagem amena, estilo preciso e narrativa segura».

GENÉSIO DE SOUSA: «Revela-se neste livro a genuína intenção de recompor e fixar os fatos com a mais clara interpretação do seu significado. O autor valeu-se, em sua pesquisa, de 27 obras preciosas e 9 documentos esquecidos. Recorro ao prefaciador e sigo no rastro de sua opinião para dizer que «a leitura desta excelente monografia

alenta o espírito daqueles que apreciam o sabor da verdadeira História, ao mesmo tempo que nos entretém e ilustra».

JOÃO MILANEZ DA CUNHA LIMA: «Fez bem meu ilustre conterrâneo Maurílio de Almeida, detentor da maior e talvez única biblioteca constituída principalmente de livros escritos por paraibanos ou sobre a Paraíba, em escrever uma monografia sobre a presença de D. Pedro II em nossa província. Uma das vantagens dos estudos históricos, fundados em pesquisas, consiste, como sabemos, em permitir à luz dos fatos a constituição do pretérito. Passagens pitorescas e curiosas da momentosa viagem do Imperador a terras longínquas do seu império, reunidas neste livro, fornecem-nos valiosos subsídios sobre a interpretação dos costumes nacionais e até exemplos que ainda se poderiam apontar às gerações atuais».

EPITÁCIO SOARES: «Sei, por informações, que o autor deste livro é possuidor de uma das maiores bibliotecas de assuntos paraibanos e que é um pesquisador apaixonado da história da terra do seu nascimento. Sua paixão revela-se na abundância do material informativo com que ilustra este texto histórico. O livro deu-nos a certeza de estar diante de um historiador nato. Suas páginas constituem um importante documentário agora incorporado ao valioso acervo da historiografia paraibana. O autor não se ateve ao simples registro de fatos; ele procurou envolver em suas páginas, sobretudo, uma visão nítida do ambiente provincial à época da visita de D. Pedro II à Paraíba, como se fosse uma testemunha ocular que a tudo tivesse assistido e tudo tivesse anotado numa espécie de diário pessoal. A leitura deste livro agrada consideravelmente, tanto pela limpidez e agilidade do estilo quanto pela soma de informações sobre a Paraíba de 1859, época da visita da Família Real a esta antiga província do Império».